



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

REFERENTE AOS TRABALHOS DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

A wide-angle architectural rendering of the modern Senate building in Brasília, Brazil. The building features a prominent white tower and a large, curved, bowl-shaped structure. It is surrounded by green lawns, trees, and a paved road with streetlights. The sky is a clear, bright blue with some light clouds.

2018

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

Brasília

2018



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

Presidência: Senador Eunício Oliveira

Referente aos trabalhos da

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

(Período de 02/02/2018 a 22/12/2018 - art. 57, § 1º, da Constituição Federal)

Brasília
2018

Publicado desde 1830

SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Brasília – DF

CEP: 70165-900

www.senado.leg.br

Telefone: 0800 61 22 11

Brasil. Congresso Nacional. Presidência.

Relatório da Presidência : Senado Federal e Congresso Nacional / Presidência: Senador Eunício Oliveira.

-- Brasília : Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2018.

192 p.

Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (Período de 02/02/2018 a 22/12/2018 - art.57, § 1º da Constituição Federal).

1. Brasil. Congresso Nacional. Presidência, relatório. 2. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Presidência, relatório. I. Título.

CDDir 341.2533

Ronaldo Gallo Morais

Projeto gráfico e capa

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

Senador José Pimentel (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º SUPLENTE

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º SUPLENTE

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º SUPLENTE

Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Secretário-Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello

Diretora-Geral

Ilana Trombka

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário-Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello (Supervisão Geral)

Secretários-Gerais da Mesa Adjuntos

Adriana Alves Zaban

João Pedro de Souza Lobo Caetano

José Roberto Leite de Matos (Revisão)

Diretor da Secretaria de Informação Legislativa

Fábio Liberal

Diretor da Secretaria Legislativa do Senado Federal

Fernando Sachetti

Diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Waldir Bezerra Miranda

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretor da Secretaria de Comissões

Dirceu Vieira Machado Filho

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Quésia de Farias Cunha

Diretor da Secretaria de Expediente

Celso Dias dos Santos

Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Ludmila Fernandes de Miranda Castro

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E RELATÓRIOS LEGISLATIVOS

Coordenador

João Marcos Murce Meneses

Chefe do Serviço do Relatório da Presidência

Rogério Viana Bernardes

Chefe do Serviço de Relatórios Mensais e Estatísticas Legislativas

Daniel Wilson Cabral de Lemos

Camilla Evellyn Carvalho Silva

Iranildo Batista de Melo

Jorge Peil Marques Vaz

Robson Tetsuo Ito

Ronaldo Gallo Morais

Wendell Barros Carvalho

APRESENTAÇÃO

Ao apresentar o Relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional para o ano de 2018, contendo a consolidação de todo o trabalho realizado nesta Casa e nas sessões conjuntas, gostaria de destacar duas certezas obtidas ao presidir o Senado Federal, honra que me foi concedida pelo Plenário desta Casa: avançamos em todas as áreas e continuaremos a trilhar um caminho sem retrocessos na consolidação de nossa democracia parlamentar. As vitórias foram muitas, construídas de forma consensual, coletiva, sem personalismo e sem enfrentamentos improdutivos.

Graças à participação parlamentar ativa na apresentação de proposições, na relatoria dos projetos, nos debates e votações, alcançamos alta produtividade para um ano de encerramento de legislatura e eleições gerais.

No Senado Federal, foram realizadas 161 sessões plenárias e 554 reuniões de comissões, entre as quais 240 consistiram em audiências públicas. Já o Congresso Nacional realizou 21 sessões conjuntas e suas quatro comissões mistas permanentes tiveram 33 reuniões, entre as quais 19 foram audiências públicas.

A participação dos Senadores em Plenário foi extremamente relevante: além de terem apresentado 1.099 proposições e proferido 1.106 pareceres, este Relatório da Presidência registrou 3.528 usos da palavra, entre pronunciamentos, apartes, discussões, encaminhamentos de votações etc.

Com relação à produção legislativa, o Senado Federal deliberou 478 matérias, entre propostas de Emenda à Constituição, medidas provisórias, projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução. Dessas, 363 foram aprovadas e 115 rejeitadas. Dentre as aprovadas, 227 foram transformadas diretamente em norma jurídica e 136 foram encaminhadas à Câmara dos Deputados para prosseguimento de tramitação. No âmbito do Congresso Nacional, foram 47 projetos aprovados e 44 vetos apreciados, dentre os quais 37 foram mantidos integral ou parcialmente, 4 rejeitados e 3 prejudicados.

Dentre as proposições aprovadas, merecem destaque os avanços na aprovação de medidas voltadas para a segurança pública, entre as quais a proibição do contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública previstos no orçamento da União e a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, com metas de redução da violência nessa faixa da nossa população, preservando milhões de famílias do sofrimento de perder um filho ou uma filha.

É relevante mencionar ainda que, assim como ocorreu em 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual foram aprovadas tempestivamente pelo Congresso Nacional, cumprindo-se, com estrito respeito, os prazos constitucionais.

Neste biênio em que tive a honra de presidir a Câmara Alta de nosso Parlamento, posso afirmar que busquei sempre a conciliação, o entendimento e o consenso possível. E os resultados dessa gestão são concretos: nesta Casa, o poder da palavra reinou, o diálogo venceu e os valores democráticos foram sempre preservados.

Agi assim porque tenho convicção, a convicção dos democratas, de que assim deve ser um Estado republicano: nenhum poder prepondera sobre os demais. Nenhum poder fala mais alto do que seus congêneres. Executivo, Legislativo e Judiciário têm de conviver com independência e harmonia - e sempre obedecendo à vontade popular, ao veredito das urnas.

O Senado Federal foi respeitado e ouvido - e a recíproca é verdadeira - pela Presidência da República, pela Câmara dos Deputados, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Ministério Público, pelos governadores de Estado e por toda a sociedade brasileira.

O sucesso, que é de todos nós, se deu porque soubemos exercitar práticas democráticas como o diálogo e a busca do entendimento.

Prevaleceu o Estado Democrático de Direito. Ganhou o Brasil. É essa a democracia viva que nos ensina a política. E fora da política não há outro caminho - só aventuras.

O simbolismo histórico deste ano de 2018, em que comemoramos os 30 anos da promulgação da Constituição da República, assegura que nossa democracia tem maturidade para renovarmos os princípios da convivência entre filosofias políticas divergentes.

O passado ilumina o futuro, o presente está em nossas mãos. É a partir deles que construiremos um Brasil mais justo e igualitário.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

NOTA INTRODUTÓRIA À PRESENTE EDIÇÃO

Desde 1830, a publicação do Relatório da Presidência permite garantir a publicidade desejada e necessária, ao final de cada Sessão Legislativa, de um balanço dos trabalhos realizados pelos senadores e que permeiam o processo legislativo e regimental. O Relatório representa, ano após ano, a concretização de uma das funções essenciais da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal (SGM) como garantidora do registro da vontade política da maioria dos membros da Casa. Por ter seu caráter histórico, já que publicado há quase dois séculos, trata-se de um documento que narra a evolução do Senado e, por extensão, do próprio Brasil, por meio de informações relevantes do ponto de vista legislativo.

Ao fechar um ciclo que permeia os últimos quatro anos da história legislativa do Senado Federal e do Congresso Nacional, este Relatório da Presidência consolida o seu novo formato, desde 2015, primeiro ano da 55ª Legislatura, que agora se encerra. Com visual mais moderno, repleto de infográficos coloridos, textos introdutórios que facilitam o entendimento de seu conteúdo e dados estatísticos relevantes e de fácil leitura, ausentes nas edições das Legislaturas anteriores (repletas de páginas sem atrativo visual algum), esta publicação formaliza a missão da Secretaria-Geral da Mesa de modernizar o processo legislativo para facilitar o acesso de qualquer cidadão às atividades do Senado Federal.

Os principais norteadores da atividade legislativa do ano estão, mais uma vez, presentes neste documento, desde a representação das Unidades Federativas, dos partidos políticos e blocos parlamentares, passando pelas comissões, com seus respectivos integrantes, pelos órgãos de apoio, tanto do Senado Federal quanto do Congresso e, obviamente, da atividade legislativa realizada em plenário, por meio de sessões onde, sem esgotar outras atividades pertinentes ao Poder Legislativo Federal, as matérias legislativas são a todo instante discutidas e deliberadas, formando o arcabouço legislativo que molda a estrutura e a dinâmica do nosso país.

Como tem se repetido nos últimos quatro anos, a verdadeira essência do Relatório da Presidência não está mais em sua versão impressa, que serve como um indicador da informação legislativa existente, e sim nas diversas possibilidades de consulta atualmente disponíveis, seja por meio do acesso ao portal do Senado Federal na internet, seja pela utilização dos modernos QR Codes, que abrem um leque de dados legislativos ao alcance da tela de um smartphone ou tablet. A cada ano, a preocupação com a qualidade dos dados, que possuem um caráter não apenas legislativo, mas também arquivístico e documental, estimula

todos os responsáveis por este Relatório a buscarem a excelência no fornecimento sistemático e organizado das informações.

Esse esforço vai ao encontro da preocupação constante da Secretaria-Geral da Mesa em modernizar seus processos de trabalho, uma imposição dos tempos atuais, mas também um resultado natural da busca por excelência no tratamento da informação legislativa. O Relatório da Presidência configura-se como um dos principais exemplos desse caminho trilhado.

Faço um agradecimento especial aos colegas da Secretaria de Informação Legislativa (SINFLEG) que, sob o comando de Fábio Liberal, seu diretor, e de João Murce Meneses, responsável pela Coordenação de Estatísticas, Pesquisas e Relatórios Legislativos (COER), atuaram neste projeto: Rogério Viana Bernardes, Chefe do Serviço do Relatório da Presidência, Daniel Wilson Cabral de Lemos, Chefe do Serviço de Relatórios Mensais e Estatísticas Legislativas, Camilla Evellyn Carvalho Silva, Iranildo Batista de Melo, Jorge Peil Marques Vaz, Robson Tetsuo Ito, Ronaldo Gallo Morais, responsável pelo excelente trabalho gráfico que hoje é uma das marcas registradas deste Relatório, e Wendell Barros Carvalho. Por mais um ano, todo esse grupo esteve sob a supervisão de José Roberto Leite de Matos, Secretário-Geral da Mesa Adjunto.

A publicação deste Relatório da Presidência marca o fim da 55ª Legislatura e, desde já, aponta, do ponto de vista da modernidade sempre almejada, para o que será a nova Legislatura que agora se inicia. Um novo ciclo da atuação do Senado Federal e do Congresso Nacional nos rumos do país tem início, e eu tenho certeza de que os próximos Relatórios da Presidência serão um indicativo irrefutável desse processo de modernização da atividade legislativa, felizmente um caminho sem volta.

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO

Secretário-Geral da Mesa

Como acessar os arquivos disponíveis utilizando o QRCode

- 1 Baixe da sua loja de aplicativos um leitor para QRCode



- 2 Inicie o aplicativo e posicione a câmera de seu celular para focalizar o QRCode do documento que você quer acessar



- 3 Depois de reconhecer o QRCode, o próprio aplicativo vai abrir o documento ou a consulta dinâmica



- 4 Na página você tem fácil acesso a todas as informações disponibilizadas virtualmente

Download do Relatório da Presidência 2018:

www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-da-presidencia/2018

SUMÁRIO

INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2018 A 22/12/2018)	20
--	-----------

PARTE I - SENADO FEDERAL

A REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	31
A.1 Representação dos Estados e do Distrito Federal	33
A.2 Histórico das alterações na representação dos Estados e do Distrito Federal	40
B BLOCOS PARLAMENTARES, PARTIDOS POLÍTICOS E LIDERANÇAS	43
B.1 Blocos Parlamentares	45
B.2 Partidos Políticos	47
B.3 Liderança do Governo	54
C DIREÇÃO DOS TRABALHOS	57
C.1 Composição da Mesa	59
C.2 Exercício da Presidência da República pelo Presidente do Senado Federal	59
D SESSÕES E REUNIÕES PLENÁRIAS	61
D.1 Sessões e Reuniões Plenárias por tipo	63
D.2 Sessões Especiais e de Debates Temáticos, por finalidade	64
D.3 Sobrestamento de pauta por Medida Provisória e Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional	65
E PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM PLENÁRIO	69

F COMISSÕES	81
F.1 Comissões Permanentes	83
F.2 Comissões Temporárias	89
G ÓRGÃOS	93
G.1 Órgãos de Premiação	95
G.2 Órgãos Técnicos	98
G.3 Órgãos de Caráter Consultivo	99
H MATÉRIAS LEGISLATIVAS	103
H.1 Propostas de Emenda à Constituição, Projetos e Medidas Provisórias	105
H.2 Demais Matérias Legislativas	110

PARTE II - CONGRESSO NACIONAL

A DIREÇÃO DOS TRABALHOS E LIDERANÇAS	119
A.1 Composição da Mesa	121
A.2 Lideranças do Congresso Nacional	122
B SESSÕES PLENÁRIAS	125
B.1 Sessões Conjuntas por tipo	127
B.2 Sessões Solenes por finalidade	127
C PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS EM PLENÁRIO	129
C.1 Senadores	131
C.2 Deputados	135
D COMISSÕES MISTAS	145
D.1 Comissões Mistas Permanentes	147
D.2 Comissões Mistas Temporárias	149

E	ÓRGÃOS	153
E.1	Órgão de Caráter Representativo	154
E.2	Órgão de Caráter Consultivo	154
E.3	Órgãos de Premiação	154
F	MATÉRIAS LEGISLATIVAS	157
F.1	Projetos e Medidas Provisórias	160
F.2	Vetos e demais Matérias Legislativas	162
	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	167
	NORMAS PROMULGADAS NA 55ª LEGISLATURA	168
	INDICAÇÕES DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA E DEMAIS AUTORIDADES, DELIBERADAS	169
	QUESTÕES DE ORDEM, DECISÕES E ESCLARECIMENTOS	174
	NOTAS	185
	OBSERVAÇÕES RELATIVAS ÀS MATÉRIAS LEGISLATIVAS	186
	SIGLAS UTILIZADAS NESTE RELATÓRIO	188

**INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2018 A 22/12/2018)**



Às 17 horas e 25 minutos do dia 5 de fevereiro de 2018, reuniu-se o Congresso Nacional em Sessão Solene destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Compuseram a Mesa, além do Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira: o Exmo. Sr. Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; o Presidente da Câmara dos Deputados, S. Ex^ª. o Deputado Rodrigo Maia; a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exma.Sra. Ministra Cármen Lúcia; a Procuradora-Geral da República, Sra. Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge; o 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Fábio Ramalho; o 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Senador João Alberto Souza; o 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Giacobbo; o 2º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Senador Gladson Cameli.

Aberta a sessão e inaugurados os trabalhos, foi executado o Hino Nacional Brasileiro pela Banda dos Fuzileiros Navais. A seguir, o Exmo. Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira convidou o Exmo. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, a fazer a entrega da mensagem do Poder Executivo, e o senhor 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Giacobbo, procedeu à leitura da mensagem do Excelentíssimo Senhor

Presidente da República. O Exmo. Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira convidou, a seguir, a Exma. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, para proceder à entrega da Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional. Logo após, o Exmo. Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira concedeu a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia.

Fez uso da palavra, por fim, o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; Exma. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia; Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; Sra. Procuradora-Geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge; 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Federal Fábio Ramalho; 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador João Alberto Souza; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Federal Giacobbo; 2º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Senador Gladson Cameli; Sras. e Srs. Congressistas, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional, trago aqui não apenas meu desejo, mas sobretudo minha esperança de que neste ano legislativo de 2018 os nossos trabalhos se deixem inspirar pela responsabilidade com o povo brasileiro, com o desenvolvimento do Brasil, e pela mais profunda sensibilidade às necessidades dos brasileiros, sobretudo aqueles que têm renda baixa, que estão na base da pirâmide social.

Neste ano, é imperativo estabelecer um confronto com a violência, com a insegurança pública, e vencê-las. É imperioso transformar o ano de 2018 no marco zero da criação do Sistema Federal Unificado de Segurança Pública. Antes de voltar a esse ponto essencial e inescapável, é preciso dizer que 2018 também será o ano em que a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira, se Deus quiser, vai se confirmar.

É unanimidade entre os economistas a perspectiva de crescimento do PIB em torno de 3% e da manutenção da inflação na meta e dos juros muito baixos. Aos poucos, o mercado de trabalho volta a se aquecer e a gerar novos empregos, conseqüentemente, auxiliando a recuperação da arrecadação e dos investimentos.

No Congresso Nacional, em 2017, avançamos, e avançamos muito. Cumprimos,

no prazo constitucional, uma das principais tarefas desta Casa e deste Parlamento, que é estabelecer as diretrizes orçamentárias e alocar os recursos para a execução das políticas públicas ao longo do ano. Votamos todos os vetos que trancavam a pauta do Congresso Nacional. Cumprimos o nosso dever.

Em 2018, avançaremos mais! Precisamos, senhoras e senhores, continuar a retirar o Brasil desta crise econômica de tantas e tão profundas dimensões. O simbolismo histórico deste ano, em que comemoramos 30 anos da promulgação da Constituição da República, assegura que nossa democracia tem maturidade para renovarmos os princípios da convivência democrática entre filosofias políticas divergentes.

A campanha eleitoral, a vontade dos eleitores e a renovação dos votos de confiança da população mostrarão que a política é o único caminho e que a demonização dos políticos e da política não serve a nenhum bom propósito.

Senhoras e senhores, o que os brasileiros nos pedem é responsabilidade fiscal, para realizar muito mais e muito melhor com muito menos, e propostas factíveis, que realmente façam a diferença.

Temos, no Congresso Nacional, o desafio permanente de melhorar as leis existentes e de construir novas leis para este País.

É essencial que reformemos, sim, a Previdência, para eliminar privilégios — muitas vezes privilégios injustificáveis. Não podemos admitir uma reforma que prejudique aqueles que têm menos condições, como o agricultor, as pessoas com necessidades especiais, as pessoas que recebem apenas 1 salário mínimo e todos aqueles que dependem da Previdência para sobreviver.

São os privilégios que desequilibram o sistema previdenciário, e a extinção deles tem de ser o coração e o norte de qualquer mudança nas regras.

O que os brasileiros exigem é que estejamos trabalhando, discutindo e votando os projetos que lhes ofereçam estabilidade econômica, emprego, saúde, educação e segurança.

Senhoras e senhores, quero voltar ao tema que, tenho absoluta convicção, é a nuvem cinza que turva os horizontes do Brasil: a insegurança pública.

Em razão disso, vivemos num ambiente em que poucas, raríssimas famílias, podem dizer que não conhecem uma pessoa vítima de algum tipo de violência.

Já faz algum tempo que a insegurança pública nos assombra, o que exige de todos nós todo o esforço e espírito públicos que possamos reunir em nossas atividades parlamentares.

Já temos, por exemplo, um sistema nacional de saúde, por meio do SUS; um sistema nacional de educação, por meio do FUNDEB, mas nenhum sistema efetivo e unificado na área de segurança pública.

Aproveito, portanto, este momento de abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional para propor uma reflexão sobre a imperativa necessidade de criarmos um novo sistema nacional e unificado de segurança pública.

Para isso, é fundamental que os três Poderes unifiquem esforços para a modernização da administração da Justiça e de todo o aparato de segurança pública do Estado brasileiro, nas três esferas federativas.

Já tive a oportunidade de discutir essas medidas com o Presidente da Câmara dos Deputados, que está ao meu lado, Deputado Rodrigo Maia.

Já tive a oportunidade, Ministro Eliseu Padilha, de conversar esse mesmo assunto com o Presidente da República, Michel Temer, e todos nós concordamos que esse movimento é imprescindível. Igualmente eu sinto, em conversa com Governadores, que essa é a opinião também de todos eles.

Um novo sistema unificado de segurança pública permitirá mais rapidez em processos, o aprimoramento na troca de informações entre agentes e órgãos públicos, e o desenvolvimento de instrumentos de fiscalização, investigação e repressão mais modernos e essenciais para combater a nova configuração da criminalidade.

Senhoras e senhores, preservar a integridade física dos cidadãos é a primeira obrigação de um Estado Democrático de Direito. Sem o direito à vida, todos os outros direitos humanos se dissipam e perdem o verdadeiro sentido.

Nós acreditamos que o Brasil pode vencer os desafios da insegurança pública de maneira firme e corajosa, mas é preciso agir de forma cada vez mais vigorosa e preventiva contra o crime organizado, o tráfico de armas, o tráfico de drogas e a violência que impera.

Como defendem especialistas e autoridades do Judiciário e do Executivo, precisamos de tecnologia, logística e recursos, tanto financeiros quanto humanos.

Como alertou o Ministro Alexandre de Moraes, não é possível combater o crime organizado com um Código de Processo Penal de 1941.

Aliás, o Ministro Alexandre de Moraes, Sra. Presidente Cármen Lúcia, que faz parte daquela Suprema Corte, traz uma sólida experiência de ter sido Secretário de Segurança Pública do Estado mais populoso da Federação e tem muito a contribuir por ter também passado pelo Ministério da Justiça.

Aproveito para prestar o meu reconhecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, aqui ao meu lado esquerdo, que teve a oportuna iniciativa de criação de uma comissão de especialistas presidida pelo Ministro da Suprema Corte deste País, já referido, Alexandre de Moraes, para buscar soluções para a segurança pública do Brasil.

Essa comissão, que passará doravante, com o entendimento que fiz com o Presidente da Câmara dos Deputados, a funcionar sob a égide do Congresso Nacional, tem muito a contribuir na formulação das alternativas.

Assim, concretamente, para não ficar apenas nas palavras, proponho a este Congresso Nacional, já a partir desta semana, as prioridades, que chamarei de reforma da segurança pública do Brasil:

1. Discutir e votar a proposta do novo Código Penal, que está no Senado Federal — e

esse é um dos meus compromissos;

2. Discutir e votar as propostas do novo Código de Processo Penal e da nova Lei de Execução Penal, já aprovadas pelo Senado e atualmente na Câmara dos Deputados;

3. Discutir e votar a PEC que reorganiza as forças policiais da União e dos Estados, bem como dá prerrogativas às Guardas Municipais;

4. Discutir e votar, na Câmara e no Senado, as propostas que vedam contingenciamento de recursos da área de segurança pública;

5. Assegurar condições para que o Ministério da Justiça exerça efetivo controle do tráfico de drogas e de armas, bem como controle de fronteiras, garantindo os recursos necessários para a implementação desse programa;

6. Aprovar, em regime de urgência, a obrigatoriedade da instalação de bloqueadores de celulares nos presídios, o que é essencial para o combate à violência;

7. Iniciar um imediato programa de construção de colônias agrícolas penais para presos de menor potencial ofensivo, a fim de que eles não tenham contato com presos de maior periculosidade, mas também a fim de que possam trabalhar para custear as despesas de seu próprio encarceramento;

8. Criar Comissão Mista Extraordinária para propor medidas adicionais, que tramitarão em regime de urgência em ambas as Casas, conforme entendimento com o Presidente Rodrigo Maia;

9. Finalmente, conforme já mencionamos aqui, propomos a junção e a comunicação entre os órgãos de segurança pública e os órgãos de inteligência já existentes para operarem conjuntamente, de modo ágil e flexível, em uma rede unificada em nível nacional em prol da segurança dos cidadãos.

Meus caros companheiros e minhas companheiras, essas são ideias iniciais que ofereço a este Congresso Nacional e que seguramente serão aperfeiçoadas pelas Sras. e

pelos Srs. Senadores e pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

Concluo e diante de todos e de cada um reafirmo, mais uma vez, em nome do Congresso Nacional, o nosso compromisso com a harmonia e com o equilíbrio entre os Poderes, a nossa confiança na solução pacífica dos conflitos e a nossa fidelidade absoluta ao povo brasileiro e à Constituição Federal.

Meu muito obrigado a todas as autoridades e a todos os convidados que nos honram com o seu comparecimento.

Meu muito obrigado aos senhores servidores do Congresso Nacional e aos membros da imprensa que cobrem este trabalho efetivo.

Um bom ano legislativo a todos nós e um excelente 2018 para o Brasil!

Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer mais uma vez à Ministra Cármen Lúcia, que veio até aqui para prestigiar o Congresso Nacional; à nossa Procuradora-Geral, Dra. Raquel Dodge; e às autoridades que aqui compareceram e nos honraram muito com suas presenças.

Portanto, agradecendo a presença de todos, eu declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos.”

Encerrou-se a sessão às 18 horas e 13 minutos.

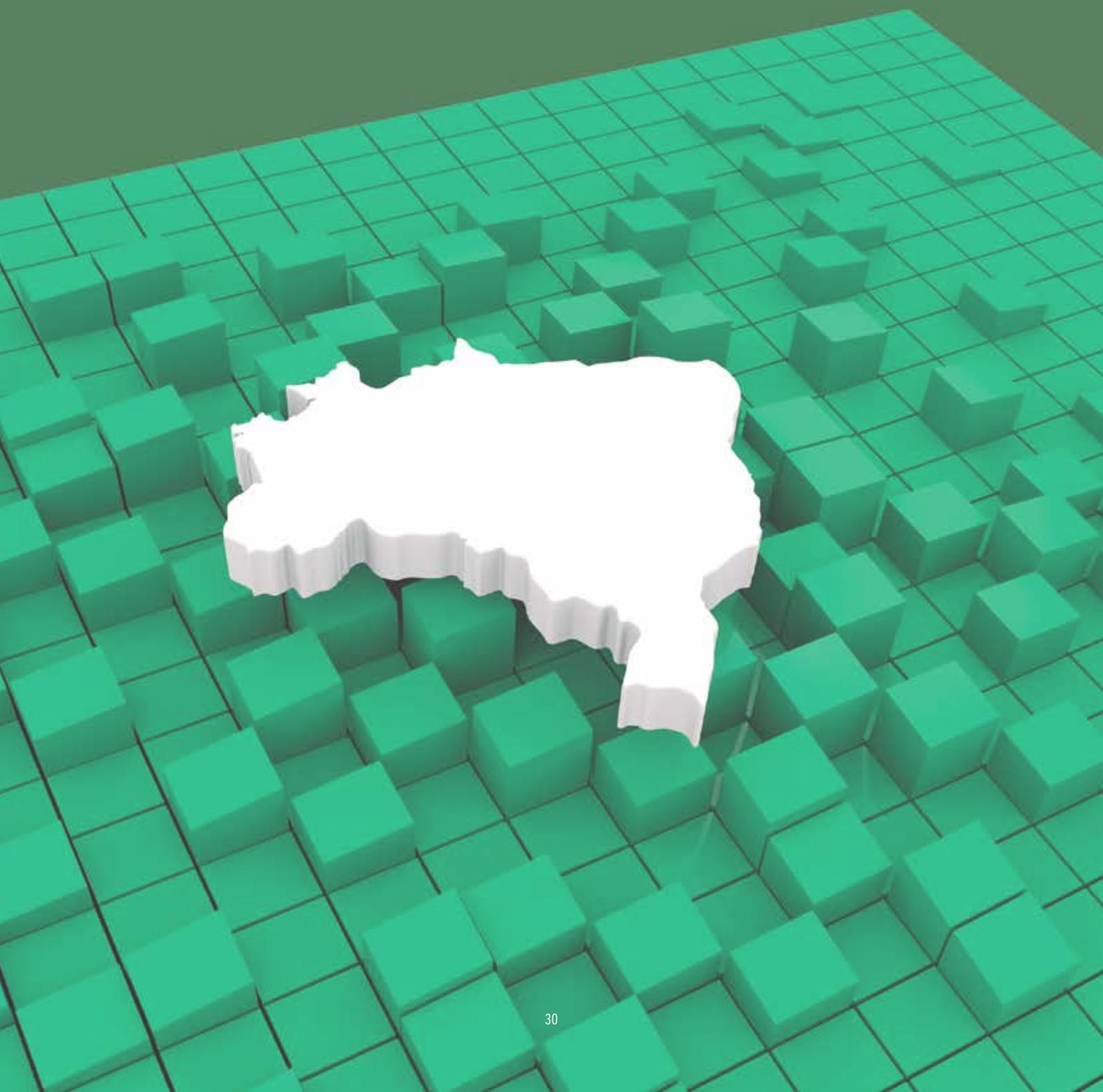
RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA | 2018



SENADO FEDERAL

PARTE I

A

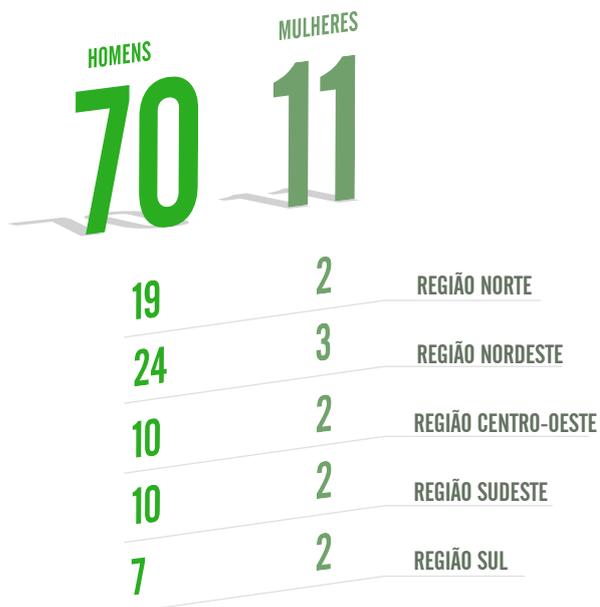


REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

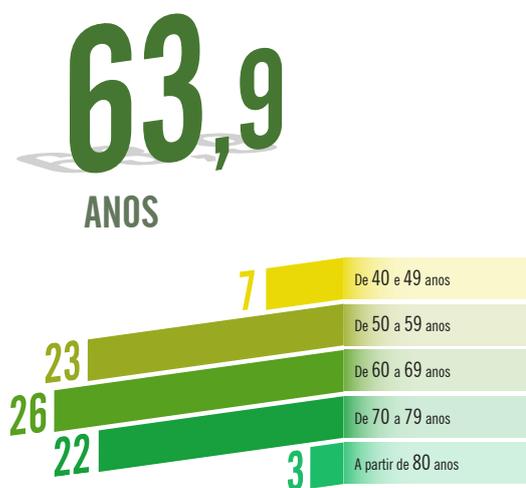
O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal (CF, art. 46). Enquanto a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo (CF, art. 45), o Senado é o local onde deve prevalecer o equilíbrio de vontades entre as unidades da Federação. Cada um dos 26 Estados, e o Distrito Federal, possui exatamente o mesmo número de representantes no Senado, independentemente do seu contingente populacional: três, o que totaliza 81 senadores. Cada senador é eleito com dois suplentes.

Há três situações em que um senador pode ser substituído (RISF, art. 45): por vaga, em casos de falecimento, renúncia ou perda do mandato. Nessas situações, a sucessão é definitiva, e o suplente terminará o mandato. A substituição também pode decorrer do afastamento do titular para assumir certos cargos do Poder Executivo, como Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Prefeitura de Capital, ou chefe de missão diplomática temporária. Por fim, um senador pode ser temporariamente substituído por licença - são os casos de doença ou licença por interesse particular, quando superior a 120 dias.

RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE SENADORES E DE SENADORAS



MÉDIA DE IDADE DOS SENADORES



SENADORES TITULARES E SUPLENTES

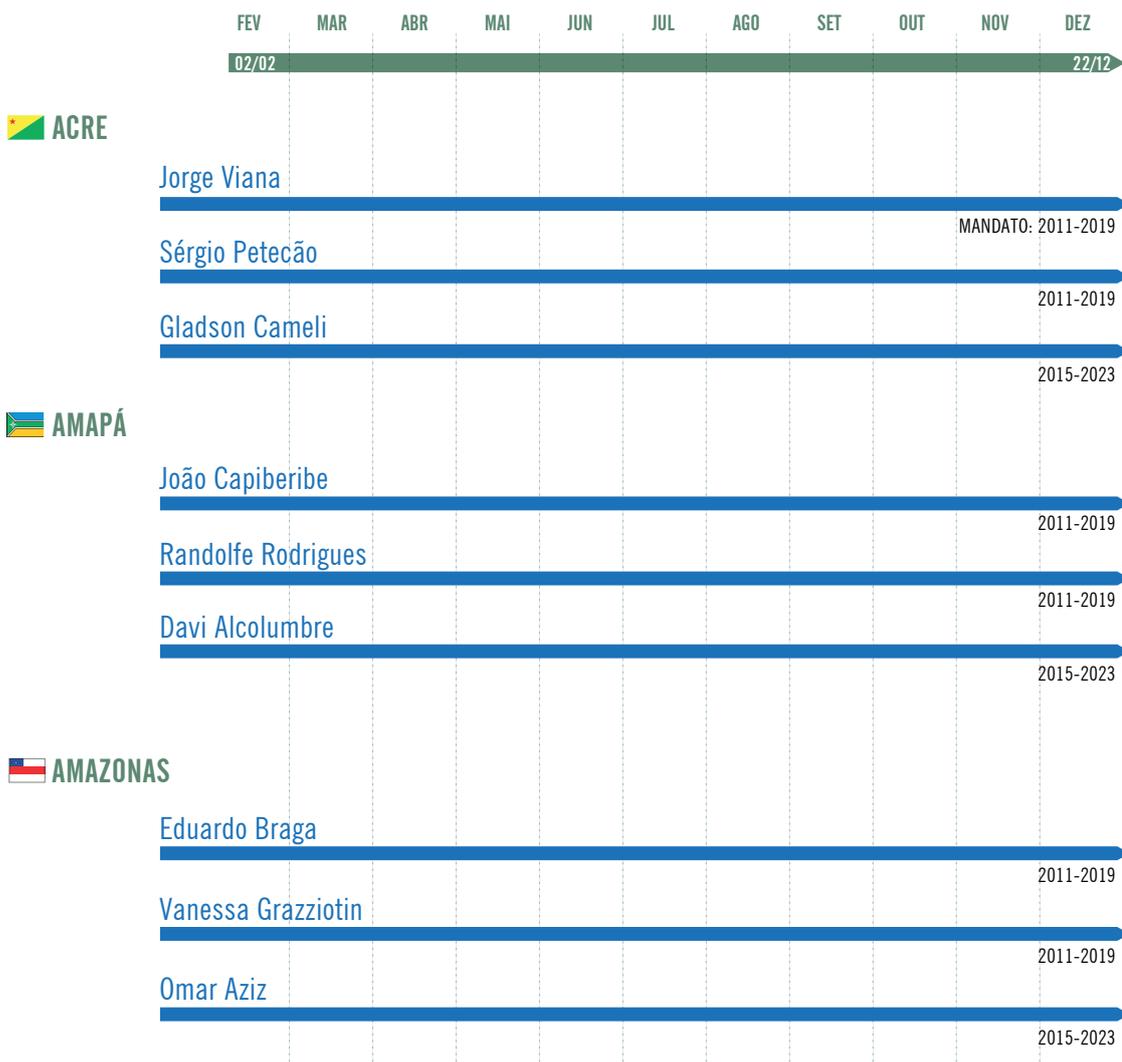


Dados referentes ao final da Sessão Legislativa

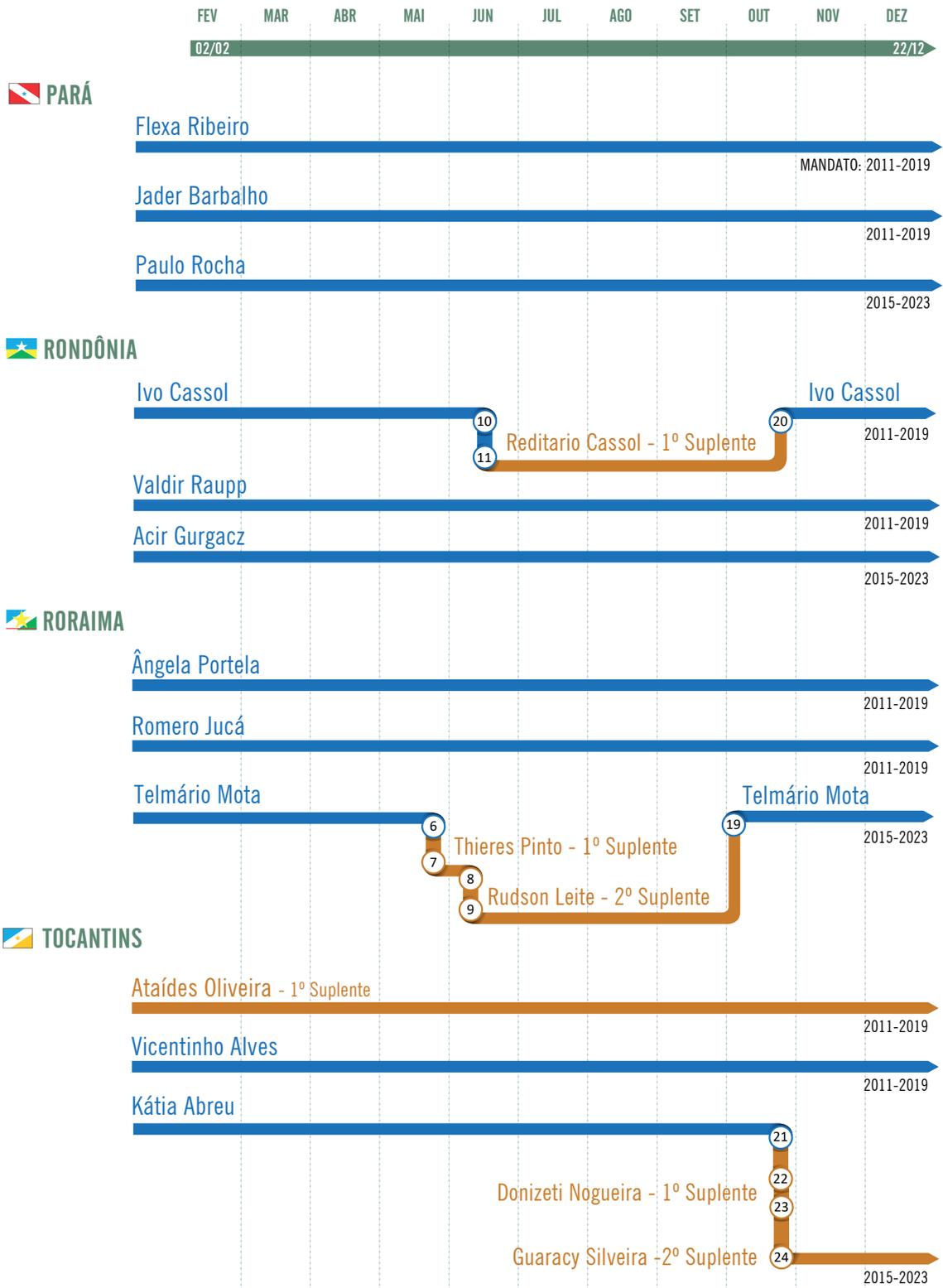
A.1 Representação dos Estados e do Distrito Federal

O gráfico com a linha do tempo abaixo representa todas as substituições de senadores ocorridas ao longo da Sessão Legislativa, por vaga, afastamento ou licença.

REGIÃO NORTE

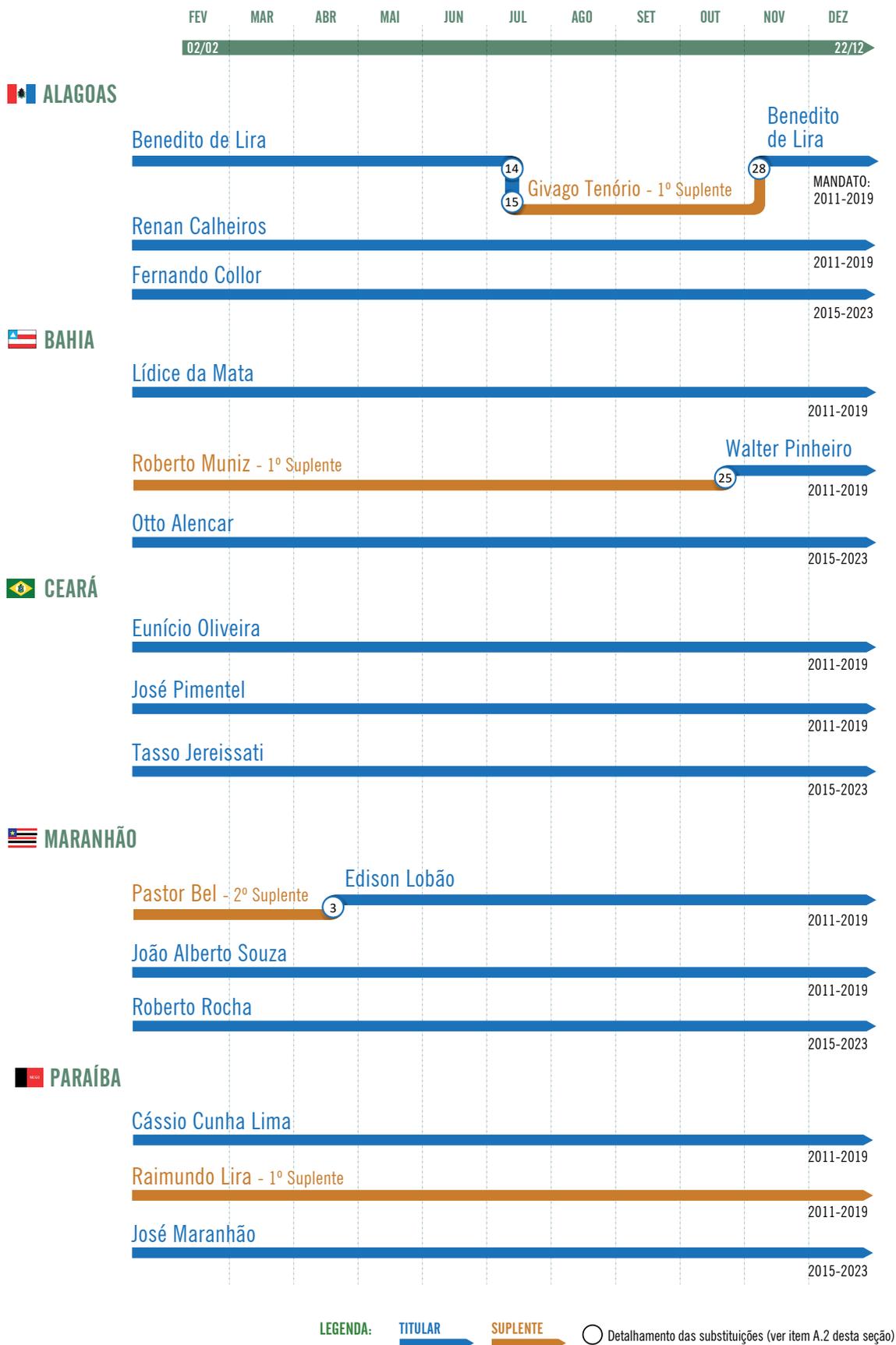


LEGENDA: TITULAR (blue bar), SUPLENTE (orange bar), ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

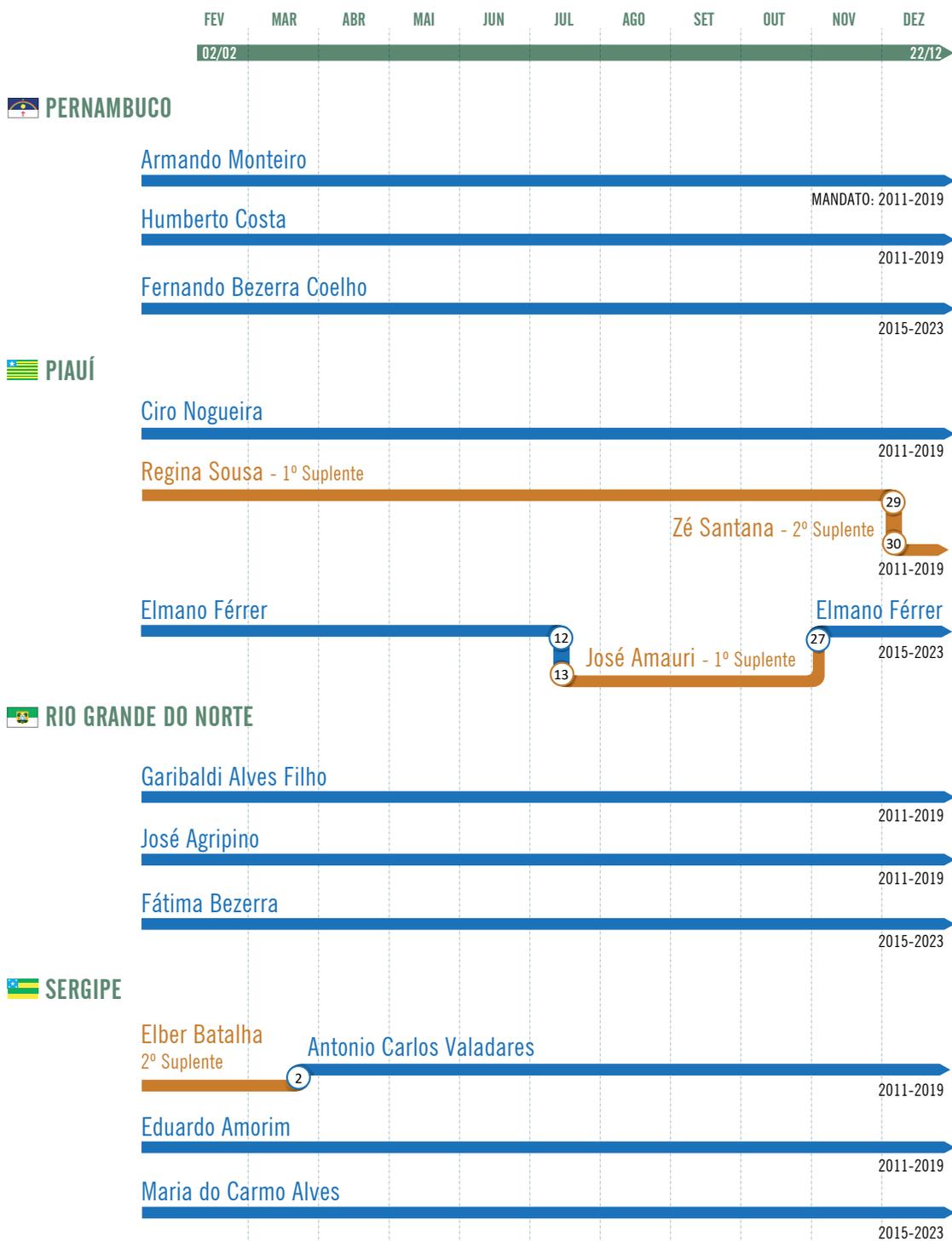


LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO NORDESTE

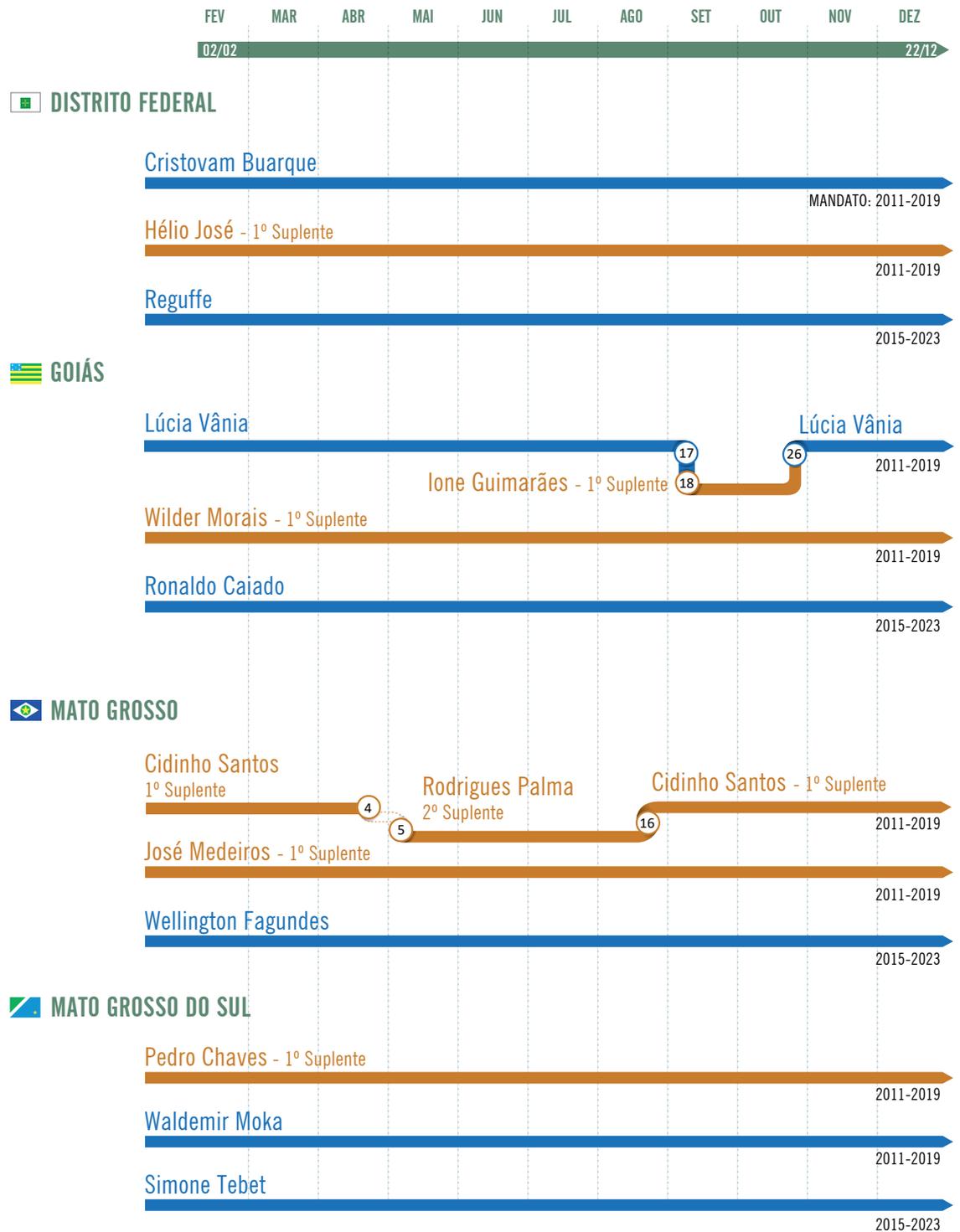


LEGENDA: TITULAR SUPLENTE ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)



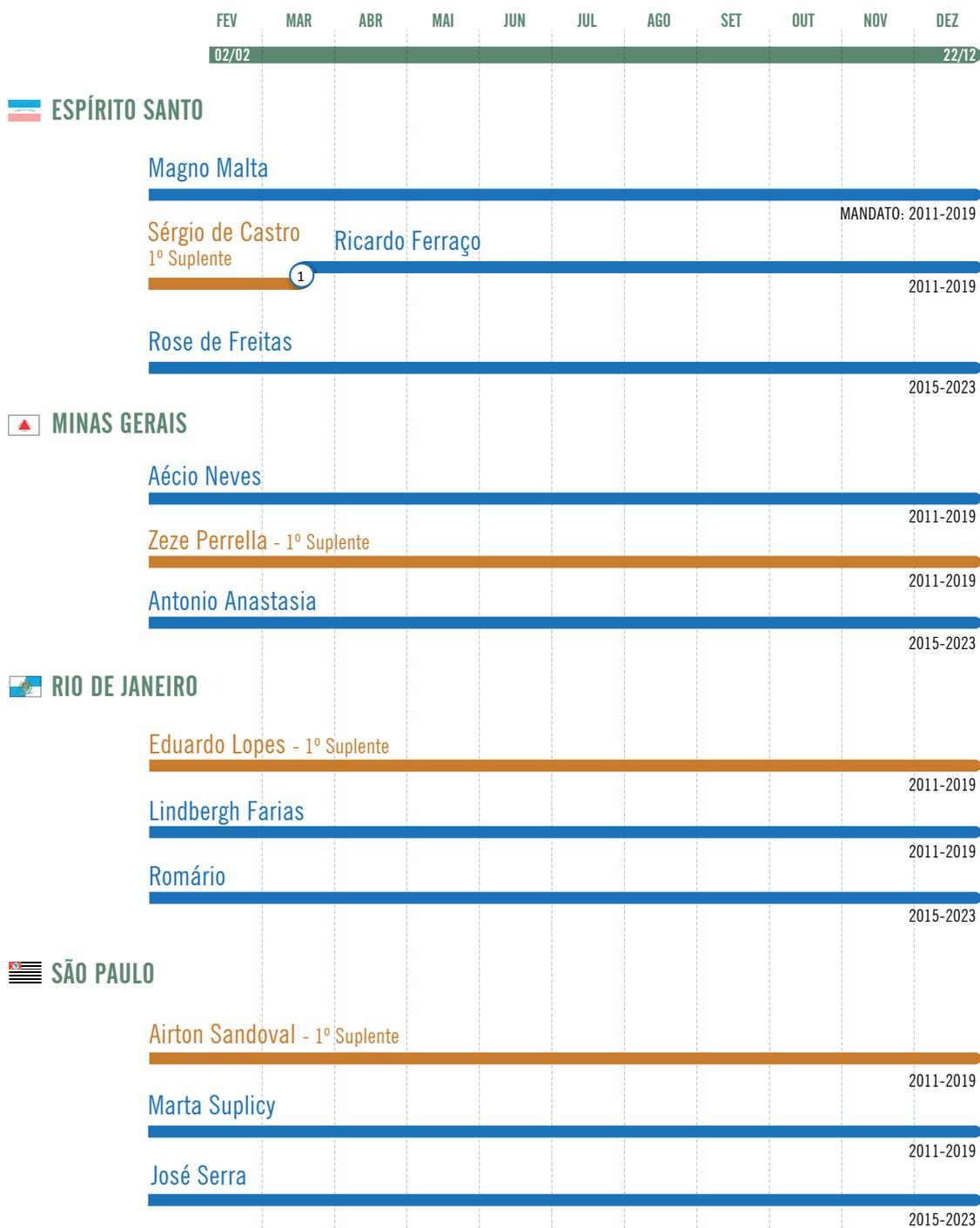
LEGENDA: **TITULAR** (seta azul) **SUPLENTE** (seta laranja) ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO CENTRO-OESTE



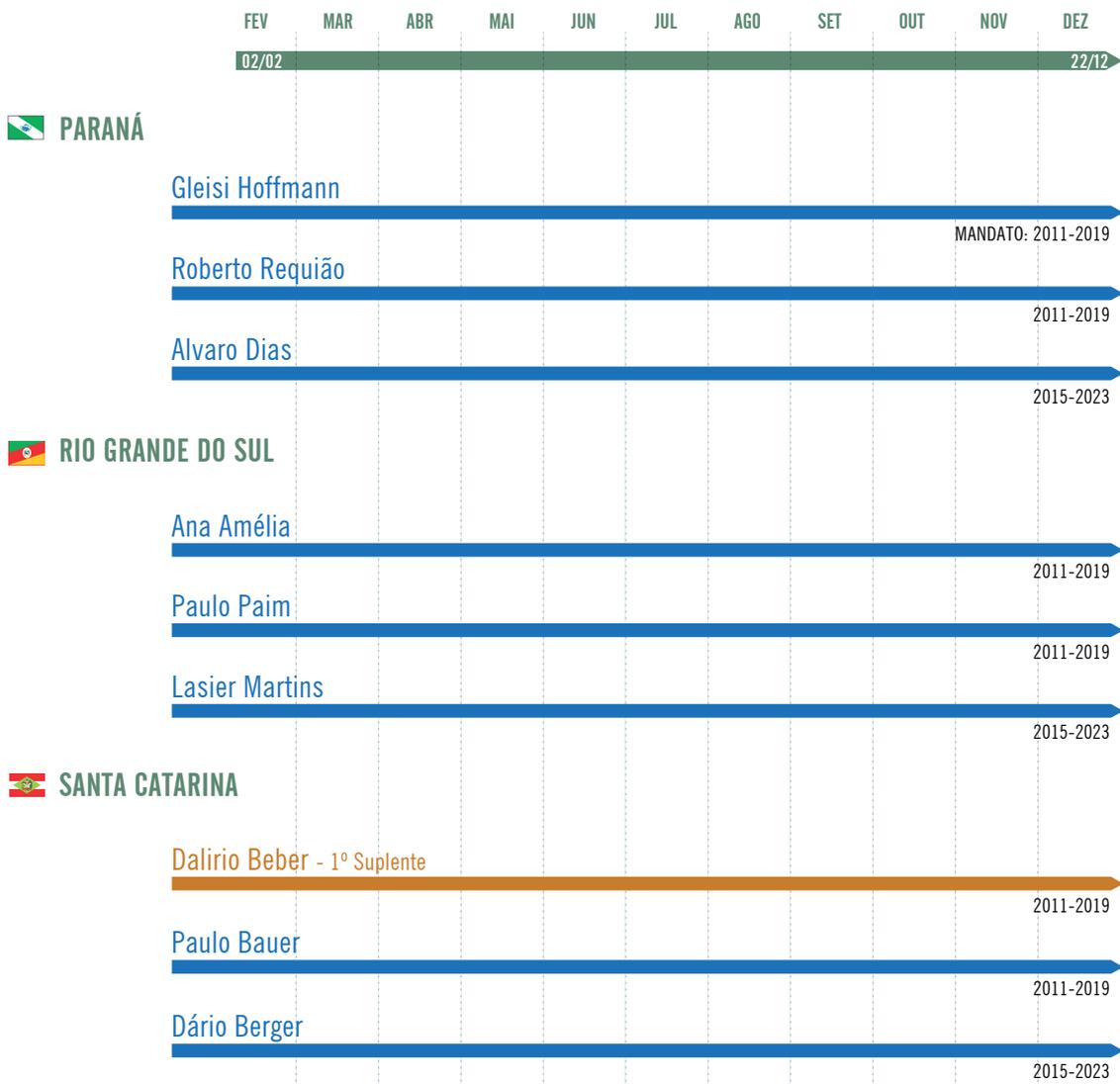
LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO SUDESTE



LEGENDA: TITULAR SUPLENTE ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO SUL



LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

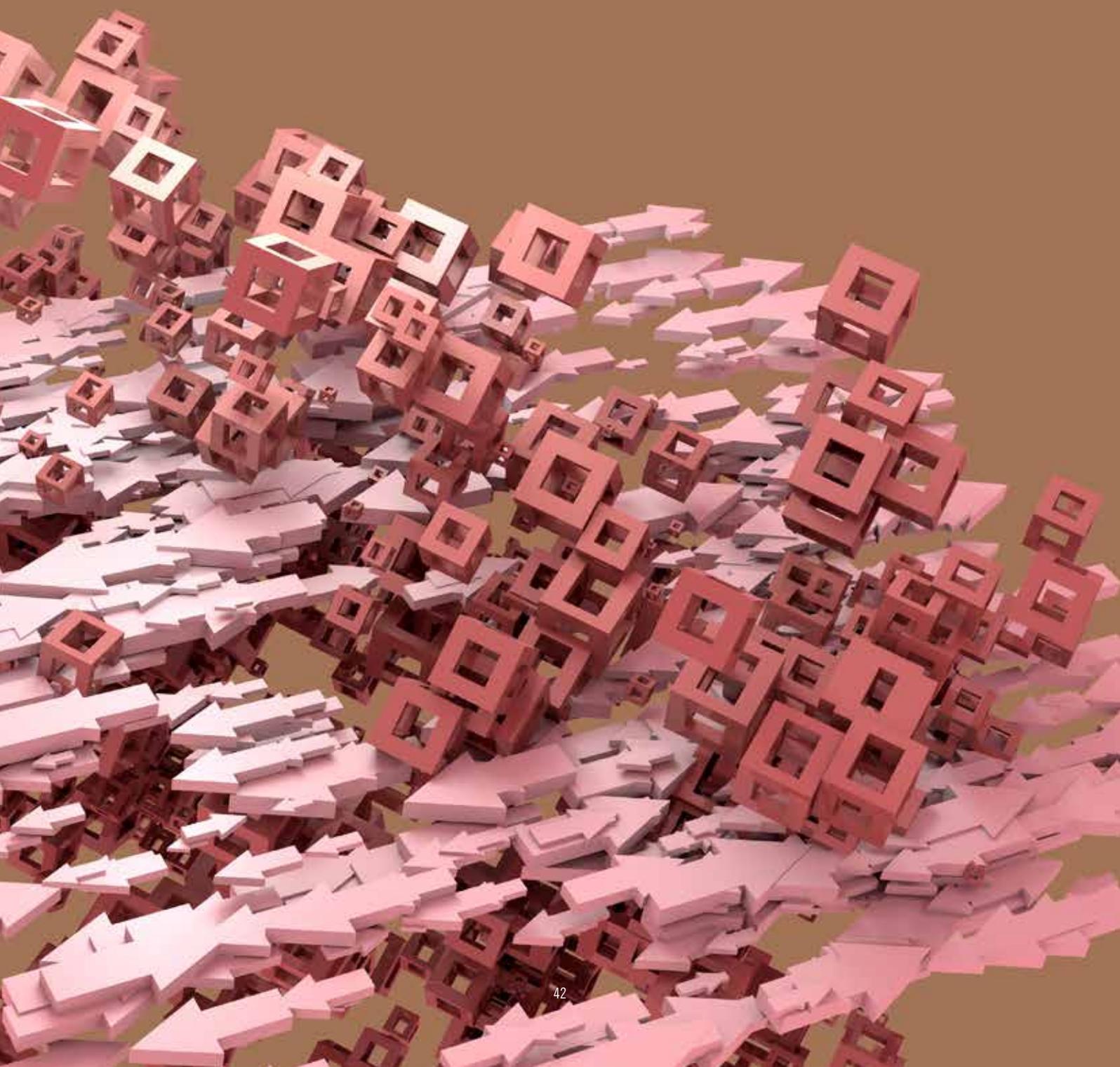
A.2 Histórico das alterações na representação dos Estados e do Distrito Federal

Alterações ocorridas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2018 e 22/12/2018):

1. **Em 08/03/2018:** o Senador **Ricardo Ferraço (PSDB-ES)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Sérgio de Castro (PDT-ES), deixa o exercício do mandato (Ofício nº 1/2018-GSRFER, DSF de 08/03/2018, p. 105).
2. **Em 23/03/2018:** o Senador **Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 2º suplente, Senador Elber Batalha (PSB-SE), deixa o exercício do mandato (Ofício nº1/2018-GSACAR, DSF de 27/03/2018, p. 56).
3. **Em 20/04/2018:** o Senador **Edison Lobão (MDB-MA)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 2º suplente, Senador Pastor Bel (PRTB-MA), deixa o exercício do mandato (Expediente S/N, DSF de 21/04/2018, p. 8).
4. **Em 27/04/2018:** o Senador **Cidinho Santos (PR-MT)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 252 e 253/2018, DSF de 01/05/2018, pp. 204 a 207).
5. **Em 02/05/2018:** o Senhor Manoel Antônio Rodrigues Palma, 2º suplente do Senador Blairo Maggi (PR-MT), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Rodrigues Palma**, e comunica que representará o estado de Mato Grosso como integrante da bancada do PR (DSF de 03/05/2018, pp. 93 e 94).
6. **Em 30/05/2018:** o Senador **Telmário Mota (PTB-RR)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 340 e 341/2018, DSF de 31/05/2018, pp. 193 a 196).
7. **Em 30/05/2018:** o Senador **Thieres Pinto (PTB-RR)**, 1º suplente do Senador Telmário Mota (PTB-RR) reassume o exercício do mandato (Memorando GSTPINTO nº 1/2018, DSF de 31/05/2018, p. 95).
8. **Em 05/06/2018:** o Senador **Thieres Pinto (PTB-RR)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 344 e 345/2018, DSF de 06/06/2018, pp. 384 a 387).
9. **Em 05/06/2018:** o Senhor Rudson Leite da Silva, 2º suplente do Senador Telmário Mota (PTB-RR), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Rudson Leite**, e comunica que representará o estado de Roraima como integrante da bancada do PV (DSF de 06/06/2018, pp.121 e 122).
10. **Em 14/06/2018:** o Senador **Ivo Cassol (PP-RO)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 370 e 371/2018, DSF de 15/06/2018, pp. 61 a 64).
11. **Em 14/06/2018:** o Senador **Reditario Cassol (PP-RO)**, 1º suplente do Senador Ivo Cassol (PP-RO), reassume o exercício do mandato (DSF de 15/06/2018, p. 42).
12. **Em 10/07/2018:** o Senador **Elmano Férrer (PODE-PI)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 409 e 410/2018, DSF de 11/07/2018, pp. 574 a 577).
13. **Em 10/07/2018:** o Senhor José Amauri Pereira de Araújo, 1º suplente do Senador Elmano Férrer (PODE-PI), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **José Amauri**, e comunica que representará o estado do Piauí como integrante da bancada do PODE (DSF de 11/07/2018, pp. 141 e 142).
14. **Em 12/07/2018:** o Senador **Benedito de Lira (PP/AL)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 419 e 420/2018, DSF de 13/07/2018, pp. 234 a 237).
15. **Em 18/07/2018:** o Senhor José Givago Raposo Tenório, 1º suplente do Senador Benedito de Lira (PP/AL), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Givago Tenório**, e comunica que representará o estado de Alagoas como integrante da bancada do PP (DSF de 19/07/2018, pp. 8 e 9).

- 16. Em 27/08/2018:** o Senador **Cidinho Santos (PR/MT)**, 1º suplente do Senador Blairo Maggi, reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, o 2º suplente, Senador Rodrigues Palma, deixa o exercício do mandato.
- 17. Em 04/09/2018:** a Senadora **Lúcia Vânia (PSB/GO)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 441 e 442/2018, DSF de 05/09/2018, pp. 548 a 551).
- 18. Em 04/09/2018:** a Senhora Ione Borges Ribeiro Guimarães, 1ª suplente da Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Ione Guimarães**, e comunica que representará o estado de Goiás como integrante da bancada do PTB (DSF de 05/09/2018, pp. 223 e 224).
- 19. Em 09/10/2018:** o Senador **Telmário Mota (PTB-RR)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 2º suplente, Senador Rudson Leite (PV-RR) deixa o exercício do mandato (Memorando nº28/2018 – GSTMOTA, DSF de 10/10/2018, p. 83).
- 20. Em 30/10/2018:** o Senador **Ivo Cassol (PP-RO)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Reditario Cassol (PP-RO) deixa o exercício do mandato (Memorando s/nº /2018 – GSICAS, DSF de 31/10/2018, p.59).
- 21. Em 30/10/2018:** a Senadora **Kátia Abreu (PDT-TO)** se licencia para tratar de interesses particulares (RQS 491/2018, DSF 31/10/2018, p.126).
- 22. Em 30/10/2018:** o Senador **Donizeti Nogueira (PT-TO)**, 1º suplente da Senadora Kátia Abreu (PDT-TO), reassume o exercício do mandato (Ofício nº 1/2018 – GSDNOGUE, DSF de 31/10/2018, p. 60).
- 23. Em 30/10/2018:** o Senador **Donizeti Nogueira (PT-TO)** se licencia para tratar de interesses particulares (RQS 492/2018, DSF de 31/10/2018, p. 128).
- 24. Em 31/10/2018:** o Senhor Guaracy Batista da Silveira, 2º Suplente da Senadora Katia Abreu (PDT-TO), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Guaracy Silveira**, e comunica que representará o estado do Tocantins como integrante da bancada do DC (DSF de 01/11/2018, p. 101).
- 25. Em 31/10/2018:** o Senador **Walter Pinheiro (Sem Partido-BA)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Roberto Muniz (PP-BA) deixa o exercício do mandato (Memorando nº 37/2018 - GSWPIN, DSF de 01/11/2018, p. 99).
- 26. Em 31/10/2018:** a Senadora **Lúcia Vânia (PSB-GO)** reassume o exercício do mandato, em virtude da renúncia de sua 1ª suplente, Senadora Ione Guimarães (PTB-GO) (Memorandos nº 6 e 7/2018 – GSGUIMA, DSF de 01/11/2018, pp. 97 e 98).
- 27. Em 08/11/2018:** o Senador **Elmano Férrer (PODE-PI)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador José Amauri (PODE-PI), deixa o exercício do mandato.
- 28. Em 12/11/2018:** o Senador **Benedito Lira (PP-AL)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Givago Tenório (PP-AL), deixa o exercício do mandato.
- 29. Em 14/12/2018:** a Senadora **Regina Sousa (PT-PI)** renuncia ao mandato para assumir o cargo de Vice-Governadora do estado do Piauí (Memorando nº 22/2018 – GSRSOUSA, DSF de 07/12/2018, p. 271).
- 30. Em 14/12/2018:** o Senhor José Ribamar Noleto de Santana, 2º Suplente do Senador Wellington Dias (PT-PI), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Zé Santana**, e comunica que representará o estado do Piauí como integrante da bancada do MDB (DSF de 15/12/2018, p. 85).

B



BLOCOS PARLAMENTARES, PARTIDOS POLÍTICOS E LIDERANÇAS

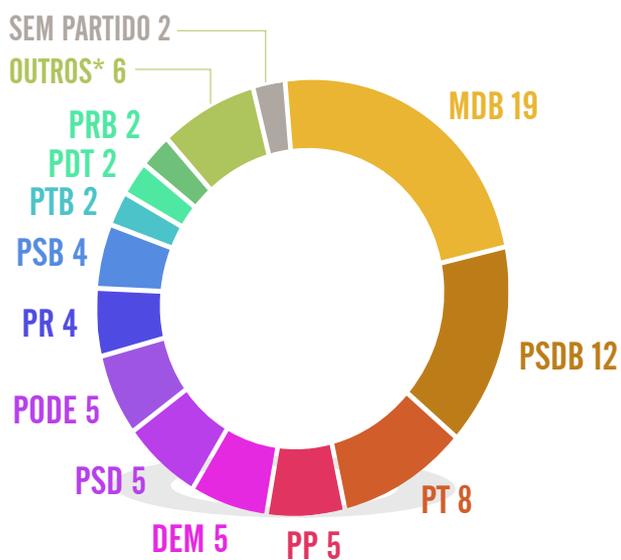
Partidos políticos podem ser definidos como pessoas jurídicas de direito privado que existem para assegurar a autenticidade do sistema representativo e defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal (Lei 9096/95, art. 1º). Quando dois ou mais partidos se unem, com ao menos um décimo dos senadores, eles formam um bloco parlamentar (RISF, art. 61).

No sistema eleitoral brasileiro, só pode lançar candidatura quem estiver filiado a um partido; é uma condição de elegibilidade prevista na Constituição Federal (CF, art. 14, §3º, V). Uma vez em exercício, os senadores podem, entretanto, mudar de partido ou mesmo desvincular-se dele.

18 PARTIDOS POLÍTICOS
ATUAM NO SENADO

7 SENADORES
MUDARAM DE PARTIDO

DISTRIBUIÇÃO POR PARTIDOS

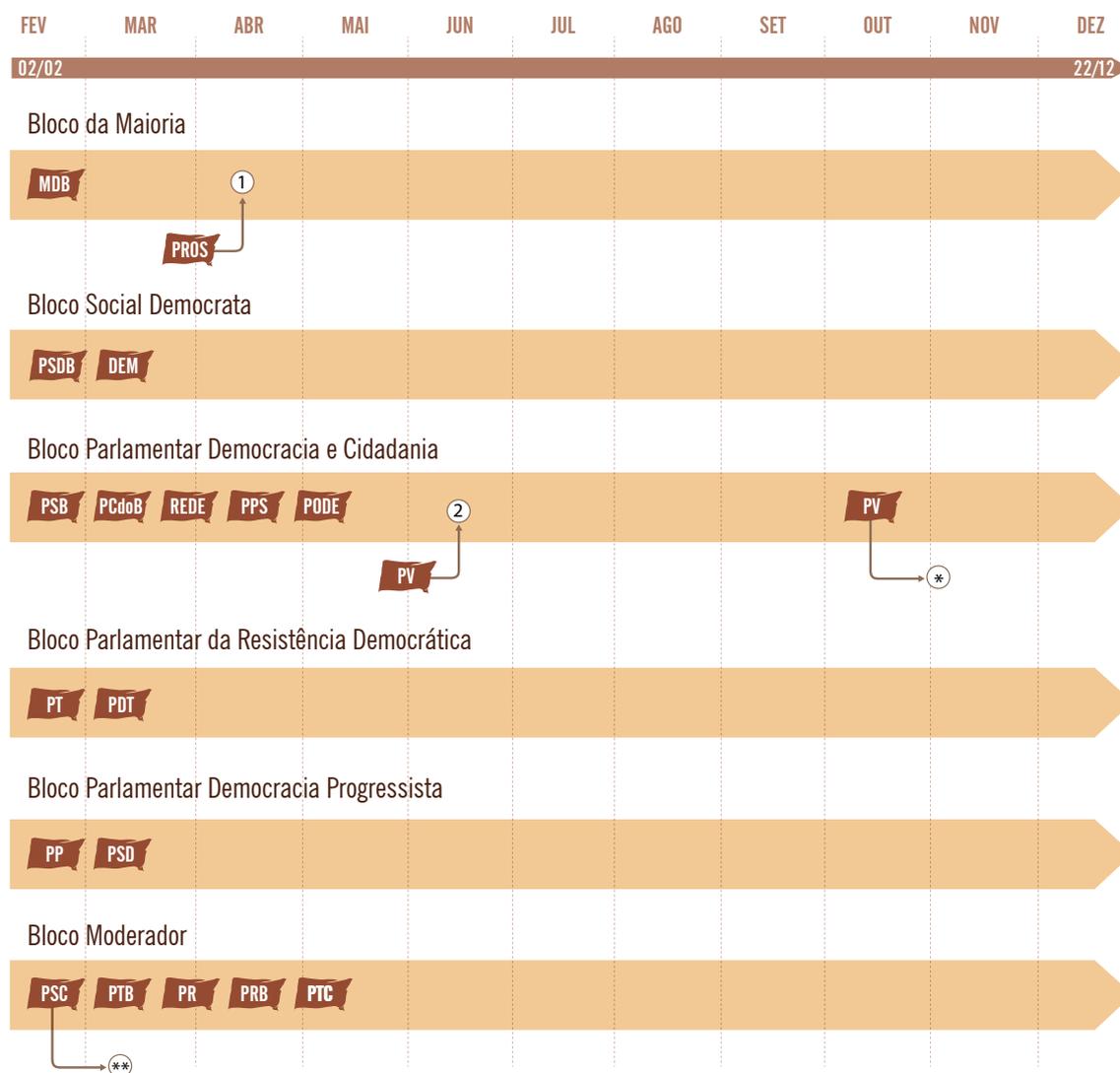


*PCdoB 1, PPS 1, REDE 1, PTC 1, PROS 1, PSL 1

Dados referentes ao final da Sessão Legislativa

B.1 Blocos Parlamentares

B.1.1 – Composição



1. Em 11/04/2018: o **Partido Republicano da Ordem Social (PROS)** passa a integrar o Bloco da Maioria (Of. nº 43/2018-GLPMDB, DSF de 12/04/2018, p. 114).

2. Em 06/06/2018: o **Partido Verde (PV)** passa a integrar o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 41/2018-GLBPDC, DSF de 07/06/2018, p. 194).

*Devido ao retorno do senador Telmário Mota (PTB-RR), seu 2º suplente, Senador Rudson Leite (PV-RR) deixa o exercício do mandato; consequentemente, o PV deixa de ter representação no Senado Federal (Memorando nº28/2018 – GSTMOTA, DSF de 10/10/2018, p. 83).

**Devido à desfiliação do senador Pedro Chaves, o Partido Social Cristão (PSC) deixa de ter representação no Senado Federal (Of. GSPCHAV nº18/2018, DSF de 28/02/2018, p. 325).

B.1.2 – Lideranças e alterações

Bloco Parlamentar	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Bloco da Maioria	Líder	Raimundo Lira	1	Simone Tebet
Bloco Social Democrata	Líder	Eduardo Amorim	-	Eduardo Amorim
	1º Vice-Líder	-	-	-
	2º Vice-Líder	Davi Alcolumbre	-	Davi Alcolumbre
	3º Vice-Líder	Ataídes Oliveira	-	Ataídes Oliveira
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania	Líder	João Capiberibe	-	João Capiberibe
	1º Vice-Líder	Randolfe Rodrigues	-	Randolfe Rodrigues
	2º Vice-Líder	Vanessa Grazziotin	-	Vanessa Grazziotin
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	Líder	Lindbergh Farias	-	Lindbergh Farias
	1º Vice-Líder	Acir Gurgacz	-	Acir Gurgacz
	2º Vice-Líder	-	-	-
	3º Vice-Líder	-	-	-
	4º Vice-Líder	-	-	-
	5º Vice-Líder	Regina Sousa	3	-
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	Líder	Wilder Morais	2	Ciro Nogueira
	1º Vice-Líder	Benedito de Lira	-	Benedito de Lira
	2º Vice-Líder	Otto Alencar	-	Otto Alencar
Bloco Moderador	Líder	Wellington Fagundes	-	Wellington Fagundes
	Vice-Líder	Telmário Mota	-	Telmário Mota
Minoria	Líder	Humberto Costa	-	Humberto Costa

Alterações ocorridas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2018 e 22/12/2018)

- Em 04/04/2018:** a Senadora **Simone Tebet** é indicada líder da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB, DSF de 05/04/2018, p.118).
- Em 10/04/2018:** o Senador **Ciro Nogueira** é indicado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. S/N 2018-BI.DPROG, DSF de 11/04/2018, p.74).
- Em 14/12/2018:** a Senadora **Regina Sousa** renuncia ao mandato para assumir o cargo de Vice-Governadora do estado do Piauí (Memorando nº 22/2018 – GRSOUSA, DSF de 07/12/2018, p. 271).

B.2 Partidos Políticos

B.2.1 – Composição e alterações

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
MDB	20 integrantes			19 integrantes
	Airton Sandoval	-	-	Airton Sandoval
	Dário Berger	-	-	Dário Berger
	-	-	3	Edison Lobão
	Eduardo Braga	-	-	Eduardo Braga
	Elmano Férrer	4	-	-
	Eunício Oliveira	-	-	Eunício Oliveira
	Fernando Bezerra Coelho	-	-	Fernando Bezerra Coelho
	Garibaldi Alves Filho	-	-	Garibaldi Alves Filho
	Jader Barbalho	-	-	Jader Barbalho
	João Alberto Souza	-	-	João Alberto Souza
	José Maranhão	-	-	José Maranhão
	Marta Suplicy	-	-	Marta Suplicy
	Raimundo Lira	3	-	-
	Renan Calheiros	-	-	Renan Calheiros
	Roberto Requião	-	-	Roberto Requião
	Romero Jucá			Romero Jucá
	Rose de Freitas	7	-	-
	Simone Tebet	-	-	Simone Tebet
	Valdir Raupp	-	-	Valdir Raupp
Waldermir Moka	-	-	Waldermir Moka	
-	-	30	Zé Santana	
Zeze Perrella	-	-	Zeze Perrella	

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PSDB	11 integrantes			12 integrantes
	Aécio Neves	-	-	Aécio Neves
	Antonio Anastasia	-	-	Antonio Anastasia
	Ataídes Oliveira	-	-	Ataídes Oliveira
	Cássio Cunha Lima	-	-	Cássio Cunha Lima
	Dalirio Beber	-	-	Dalirio Beber
	Eduardo Amorim	-	-	Eduardo Amorim
	Flexa Ribeiro	-	-	Flexa Ribeiro
	José Serra	-	-	José Serra
	Paulo Bauer	-	-	Paulo Bauer
	-	-	1	Ricardo Ferraço
	Roberto Rocha	-	-	Roberto Rocha
	Tasso Jereissati	-	-	Tasso Jereissati
PT	9 integrantes			8 integrantes
	Fátima Bezerra	-	-	Fátima Bezerra
	Gleisi Hoffmann	-	-	Gleisi Hoffmann
	Humberto Costa	-	-	Humberto Costa
	Jorge Viana	-	-	Jorge Viana
	José Pimentel	-	-	José Pimentel
	Lindbergh Farias	-	-	Lindbergh Farias
	Paulo Paim	-	-	Paulo Paim
	Paulo Rocha	-	-	Paulo Rocha
	Regina Sousa	-	29	-
	-	-	22, 23	-
PP	7 integrantes			5 integrantes
	Ana Amélia	-	-	Ana Amélia
	Benedito de Lira	-	14, 15, 28	Benedito de Lira
	Ciro Nogueira	-	-	Ciro Nogueira
	Gladson Cameli	-	-	Gladson Cameli
	Ivo Cassol	-	10, 11, 20	Ivo Cassol
	Roberto Muniz	-	25	-
	Wilder Morais	5	-	-

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PSB	4 integrantes			4 integrantes
	Elber Batalha	-	2	Antonio Carlos Valadares
	João Capiberibe	-	-	João Capiberibe
	Lídice da Mata	-	-	Lídice da Mata
	Lúcia Vânia	-	17, 26	Lúcia Vânia
PSD	4 integrantes			5 integrantes
	Lasier Martins	-	-	Lasier Martins
	Omar Aziz	-	-	Omar Aziz
	Otto Alencar	-	-	Otto Alencar
	-	6	-	Raimundo Lira
	Sérgio Petecão	-	-	Sérgio Petecão
DEM	4 integrantes			5 integrantes
	Davi Alcolumbre	-	-	Davi Alcolumbre
	José Agripino	-	-	José Agripino
	Maria do Carmo Alves	-	-	Maria do Carmo Alves
	Ronaldo Caiado	-	-	Ronaldo Caiado
	-	5	-	Wilder Morais
PR	4 integrantes			4 integrantes
	Cidinho Santos	-	4, 5, 16	Cidinho Santos
	Magno Malta	-	-	Magno Malta
	Vicentinho Alves	-	-	Vicentinho Alves
	Wellington Fagundes	-	-	Wellington Fagundes
PDT	3 integrantes			2 integrantes
	Acir Gurgacz	-	-	Acir Gurgacz
	Ângela Portela	-	-	Ângela Portela
	Sérgio de Castro	-	1	-
	-	2	21	-
PODE	3 integrantes			5 integrantes
	Alvaro Dias	-	-	Alvaro Dias
	-	4	12, 13, 27	Elmano Férrer
	José Medeiros	-	-	José Medeiros
	Romário	-	-	Romário
	-	7	-	Rose de Freitas

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PTB	2 integrantes			2 integrantes
	Armando Monteiro	-	-	Armando Monteiro
	Telmário Mota	-	6, 7, 8, 19	Telmário Mota
	-	-	18, 26	-
PCdoB	1 integrante			1 integrante
	Vanessa Grazziotin	-	-	Vanessa Grazziotin
PPS	1 integrante			1 integrante
	Cristovam Buarque	-	-	Cristovam Buarque
PRB	1 integrante			2 integrantes
	Eduardo Lopes	-	-	Eduardo Lopes
	-	1	-	Pedro Chaves
PTC	1 integrante			1 integrante
	Fernando Collor	-	-	Fernando Collor
REDE	1 integrante			1 integrante
	Randolfe Rodrigues	-	-	Randolfe Rodrigues
PROS	1 integrante			1 integrante
	Hélio José	-	-	Hélio José
PRTB	1 integrante			0 integrante
	Pastor Bel	-	3	-
PSC	1 integrante			0 integrante
	Pedro Chaves	1	-	-
PV	0 integrante			0 integrante
	-	-	9, 19	-
PSL	0 integrante			1 integrante
	-	8	-	Guaracy Silveira
DC	0 integrante			0 integrante
	-	8	24	-
Sem Partido	2 integrantes			2 integrantes
	Kátia Abreu	2	-	-
	Reguffe	-	-	Reguffe
	-	-	25	Walter Pinheiro

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

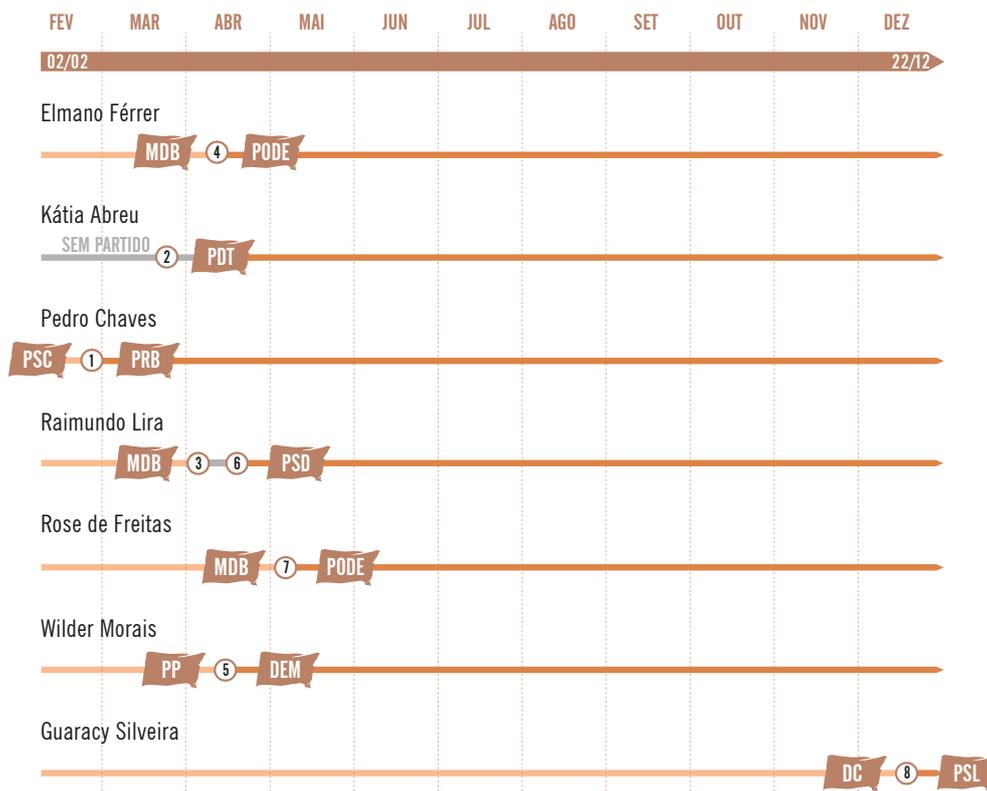
Alterações ocorridas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2018 e 22/12/2018)

1. **Em 27/02/2018:** o Senador **Pedro Chaves** comunica sua desfiliação do PSC e sua filiação ao PRB (Of. GSPCHAV nº18/2018, DSF de 28/02/2018, p. 325).
2. **Em 28/03/2018:** a Senadora **Kátia Abreu** comunica sua filiação ao PDT (Of. GSKAAB nº 128/2018, DSF de 29/03/2018, p. 101).
3. **Em 03/04/2018:** o Senador **Raimundo Lira** comunica sua desfiliação do PMDB (Memo. GLPMDB nº12/2018, DSF de 04/04/2018, p. 29).
4. **Em 10/04/2018:** o Senador **Elmano Férrer** comunica sua desfiliação do PMDB e sua filiação ao PODE (Memo. GSEFERRE nº 16/2018, DSF de 11/04/2018, p. 72).
5. **Em 16/04/2018:** o Senador **Wilder Morais** comunica sua filiação ao DEM (Memo. GSWMOR nº13/2018, DSF de 17/04/2018, p.53).
6. **Em 18/04/2018:** o Senador **Raimundo Lira** comunica sua filiação ao PSD (Of. nº 10/2018-DL_GSLIRA, DSF de 19/04/2018, p. 155).
7. **Em 07/05/2018:** a Senadora **Rose de Freitas** comunica sua filiação ao PODE (Memo. 10/2018-GSRFREIT, DSF de 08/05/2018, p. 125).
8. **Em 19/12/2018:** o Senador **Guaracy Silveira** comunica sua filiação ao PSL (Ofício nº 1.087/25018- GSGSIL, DSF de 20/12/2018, p. 99).

*Em 23/05/2018: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro comunica a sua mudança de nome para Movimento Democrático Brasileiro - MDB (Of. Pres/MDB nº 44/18, DSF de 24/05/2018, p.295).

**Em 13/12/2018: o Partido Progressista comunica a sua mudança de nome para Progressistas, com denominação abreviada PP (Of. 1/2018- GLDPP, DSF 14/12/2018, p. 110).

SENADORES QUE MUDARAM DE PARTIDO



B.2.2 – Lideranças e alterações

Partido	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
MDB	Líder	Raimundo Lira	5	Simone Tebet
	1º Vice-Líder	Valdir Raupp	-	Valdir Raupp
	2º Vice-Líder	Simone Tebet	5	-
PSDB	Líder	Paulo Bauer	-	Paulo Bauer
	1º Vice-Líder	Roberto Rocha	2	Ricardo Ferraço
	2º Vice-Líder	-	3	Roberto Rocha
PT	Líder	Lindbergh Farias	-	Lindbergh Farias
	1º Vice-Líder	Paulo Rocha	-	Paulo Rocha
	2º Vice-Líder	-	-	-
	3º Vice-Líder	-	-	-
PP	Líder	Benedito de Lira	9,11	Benedito de Lira
PSB	Líder	Lídice da Mata	6	Antonio Carlos Valadares
	Vice-Líder	-	7	Lídice da Mata
PSD	Líder	Omar Aziz	-	Omar Aziz
	Vice-Líder	Lasier Martins	-	Lasier Martins
DEM	Líder	Ronaldo Caiado	-	Ronaldo Caiado
	Vice-Líder	José Agripino	-	José Agripino
PR	Líder	Vicentinho Alves	-	Vicentinho Alves
	Vice-Líder	Magno Malta	-	Magno Malta
PDT	Líder	Acir Gurgacz	-	Acir Gurgacz
	Vice-Líder	-	4	Ângela Portela
PODE	Líder	Alvaro Dias	-	Alvaro Dias
	Vice-Líder	Romário	-	Romário
PTB	Líder	Armando Monteiro	-	Armando Monteiro
PCdoB	Líder	Vanessa Grazziotin	-	Vanessa Grazziotin
PPS	Líder	Cristovam Buarque	-	Cristovam Buarque
PRB	Líder	Eduardo Lopes	-	Eduardo Lopes
PTC	Líder	Fernando Collor	-	Fernando Collor
REDE	Líder	Randolfe Rodrigues	-	Randolfe Rodrigues
PROS	Líder	Hélio José	-	Hélio José
PSC	Líder	Pedro Chaves	1	-
PV	Líder	-	8, 10	-

Alterações ocorridas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2018 e 22/12/2018)

1. **Em 27/02/2018:** o Senador **Pedro Chaves** comunica sua desfiliação do PSC e sua filiação ao PRB. Por conseguinte, o PSC deixa de ter representação no Senado Federal (Of. GSPCHAV nº18/2018, DSF de 28/02/2018, p. 325).
2. **Em 13/03/2018:** o Senador **Ricardo Ferraço** é designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB, DSF de 14/03/2018, p. 128).
3. **Em 13/03/2018:** o Senador **Roberto Rocha** é designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB, DSF de 14/03/2018, p. 128).
4. **Em 04/04/2018:** a Senadora **Ângela Portela** é designada vice-líder do PDT (Memo. 1/2018-GLDPDT, DSF de 05/04/2018, p. 116).
5. **Em 04/04/2018:** a Senadora **Simone Tebet** é designada líder do PMDB (Of. 40/2018-GLPMDB, DSF de 05/04/2018, p. 118).
6. **Em 04/04/2018:** o Senador **Antonio Carlos Valadares** é designado líder do PSB (Of. 9/2018-GLPSB, DSF de 05/04/2018, p. 117).
7. **Em 09/05/2018:** a Senadora **Lídice da Mata** é designada vice-líder do PSB (Memo. 17/2018-GLDPSB, DSF de 10/05/2018, p. 123).
8. **Em 06/06/2018:** o Senador **Rudson Leite** é designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE, DSF de 07/06/2018, p. 193).
9. **Em 25/07/2018:** a Senadora **Ana Amélia** é designada líder do PP (Of. 046/2018-GLDPP).
10. **Em 09/10/2018:** o Senador **Rudson Leite** (PV-RR) deixa o exercício do mandato em virtude de retorno do titular. Por conseguinte, o PV deixa de ter representação no Senado Federal (Memorando nº28/2018 – GSTMOTA, DSF de 10/10/2018, p. 83).
11. **Em 14/11/2018:** o Senador **Benedito de Lira** é designado líder do PP (Of. 74/2018-GLDPP, DSF de 15/11/2018, p. 30).

B.3 Liderança do Governo

B.3.1 – Composição e alterações

Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Líder	Romero Jucá	2	Romero Jucá
1º Vice-Líder	Fernando Bezerra Coelho	-	Fernando Bezerra Coelho
2º Vice-Líder	Davi Alcolumbre	-	Davi Alcolumbre
3º Vice-Líder	Flexa Ribeiro	-	Flexa Ribeiro
4º Vice-Líder	José Medeiros	1	-
5º Vice-Líder	Sérgio Petecão	-	Sérgio Petecão
6º Vice-Líder	Wilder Morais	-	Wilder Morais

1. Em 14.03.2018: o Senador **José Medeiros** renunciou à vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI, DSF de 15/03/2018, p.108).

2. Em 28.11.2018: o Senador **Romero Jucá** foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 601/2018-PR, DSF de 29/11/2018, p.79).



C

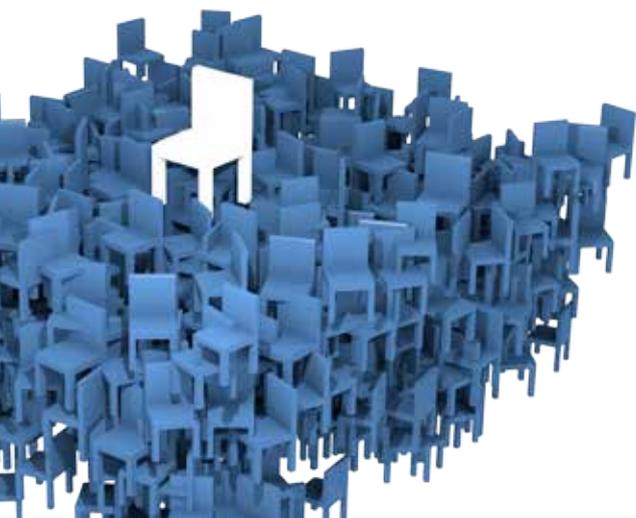


DIREÇÃO DOS TRABALHOS

No Senado, a direção dos trabalhos legislativos é feita pela Mesa. Ela é composta pelo Presidente, por dois Vice-Presidentes e por quatro Secretários, além de quatro suplentes destes (RISF, art. 46, caput e §2º). Suas atribuições estão descritas nos artigos 48 a 58 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Mesa é escolhida por votação secreta durante as reuniões preparatórias, por maioria de votos, desde que esteja presente a maioria dos senadores, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa (RISF, art. 3º, V c/c art. 60, caput).

A duração do mandato da Mesa é de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, salvo se realizada entre duas legislaturas (CF, art. 57, §4º e RISF, art. 59, caput c/c Parecer nº 555/1998 – CCJ).

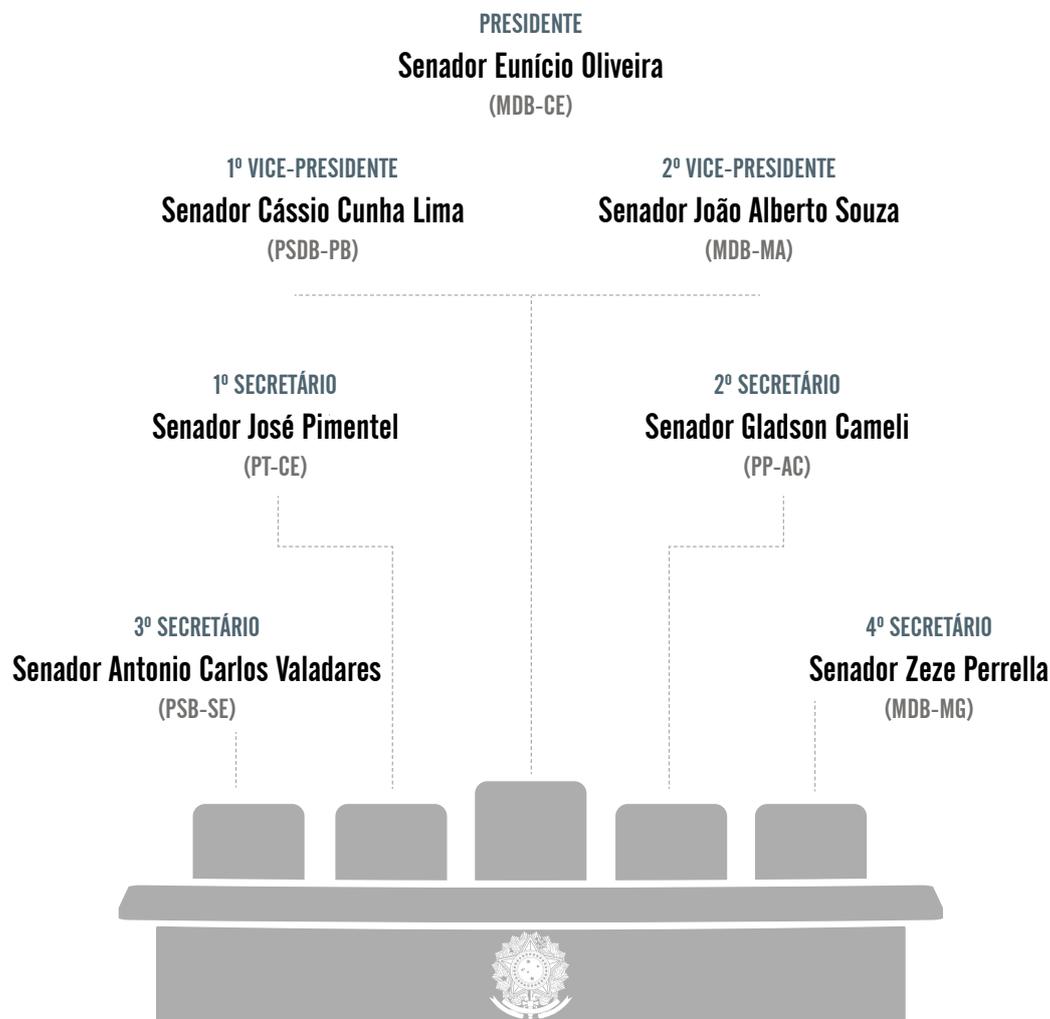


Agenda do Presidente do Senado Federal:



Arquivo
PDF

C.1 Composição da Mesa

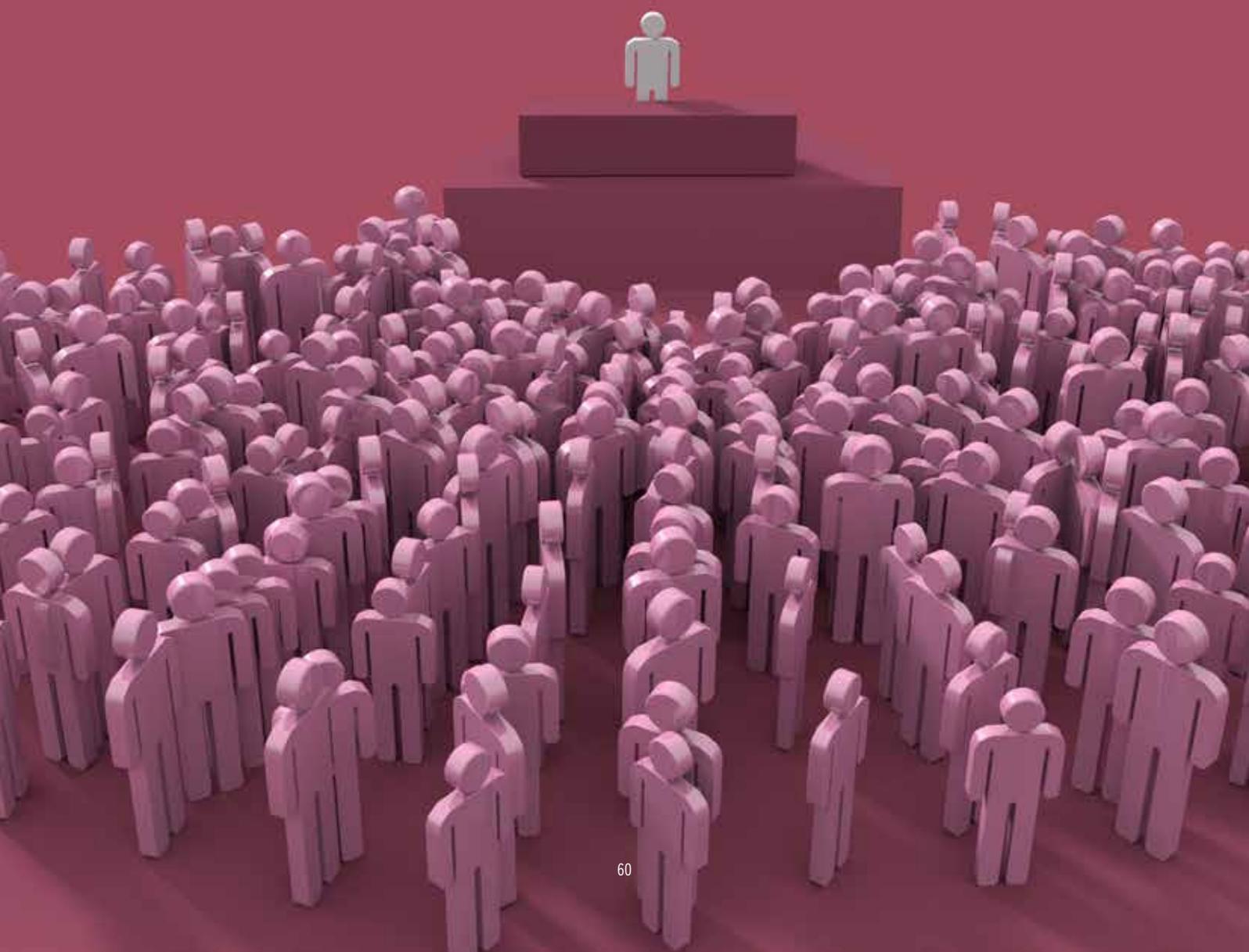


C.2 Exercício da Presidência da República pelo Presidente do Senado Federal

O Presidente do Senado pode ocupar provisoriamente a Presidência da República no impedimento do Vice-Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados (CF, art.80).

O Presidente do Senado Federal não exerceu a Presidência da República em 2018.

D



SESSÕES E REUNIÕES PLENÁRIAS

Nas sessões, os senadores se reúnem em plenário para debater, discursar e deliberar sobre variados assuntos. Propostas de emendas constitucionais, projetos de lei, condecorações, entre outros, podem ser objeto das sessões.

O Regimento Interno do Senado prevê quatro tipos de sessão plenária: as deliberativas, as não deliberativas, as especiais e as de debates temáticos (RISF, art. 154).

As sessões deliberativas destinam-se à discussão e votação de matérias legislativas e se dividem em sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias. As sessões não deliberativas destinam-se à realização de discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar. As sessões especiais possuem natureza honorífica e se destinam a comemorações, homenagens ou recepção de autoridades. Por fim, há ainda os debates temáticos, que decorrem de sessões deliberativas direcionadas a questões relevantes de interesse nacional.

Conteúdo das Sessões e
Reuniões Plenárias:



Relatório
Dinâmico

D.1 Sessões e Reuniões Plenárias por tipo

TIPO DA SESSÃO



TIPO DA REUNIÃO



161
Sessões realizadas

* **Reunião:** quando não há quórum para abertura de uma sessão (um vigésimo da composição da Casa), esta pode ser transformada em uma reunião plenária. Nesse caso, um dos senadores presentes preside a reunião.

****Reunião não realizada:** embora houvesse sessão prevista, ela não ocorreu. Também não pôde ser convertida em reunião plenária, por não haver nenhum senador em plenário para presidir a reunião.

D.2 Sessões Especias e de Debates Temáticos, por finalidade

DATA	TIPO	FINALIDADE
19/02/2018	Especial	Comemorar o 260º aniversário da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.
22/02/2018	Debates Temáticos	Debater o Fórum Mundial da Água.
06/03/2018	Debates Temáticos	Discutir a questão da violência e da segurança pública.
08/03/2018	Especial	Comemorar o Dia Mundial do Rim.
21/03/2018	Debates Temáticos	Debater as <i>Fake News</i> e seu impacto nas eleições de 2018.
02/04/2018	Especial	Comemorar a erradicação da Febre Aftosa no Brasil e o reconhecimento internacional da condição de país livre da doença.
16/04/2018	Especial	Homenagear “ <i>in memoriam</i> ” o arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte.
17/04/2018	Debates Temáticos	Discutir a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais, referente ao PLS nº 330, de 2013.
19/04/2018	Especial	Homenagear os povos indígenas em razão do Dia do Índio.
23/04/2018	Especial	Comemorar os 70 anos do 35 CTG, os 150 anos do Partenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore.
04/05/2018	Especial	Comemorar o Dia Nacional do Líder Comunitário.
07/05/2018	Especial	Celebrar a Campanha da Fraternidade de 2018.
09/05/2018	Debates Temáticos	Debater o tema “a paz no processo eleitoral”.
14/05/2018	Especial	Comemorar o Dia da Defensoria Pública.
23/05/2018	Especial	Comemorar os 50 anos de fundação da Igreja Cristã Maranata.
24/05/2018	Especial	Celebrar os 45 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
28/05/2018	Especial	Celebrar o Dia do Trabalhador.

DATA	TIPO	FINALIDADE
08/06/2018	Especial	Comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador, ex-Deputado Federal, Advogado e Jornalista, o Sr. Emival Ramos Caiado.
27/08/2018	Especial	Comemorar os 110 anos do início da imigração japonesa no Brasil.
29/11/2018	Especial	Comemorar os 120 anos da fundação da Faculdade de Ciência Farmacêuticas da USP e homenagear o prof. Lineu Prestes.
06/12/2018	Especial	Comemorar os 80 anos de criação do Gabinete de Segurança Institucional - GSI - da Presidência da República.
10/12/2018	Especial	Entregar a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.
11/12/2018	Especial	Homenagear a memória do empresário Fabrizio Fasano, falecido na madrugada do último dia 24 de novembro de 2018, em São Paulo, aos 83 anos.

D.3

Sobrestamento de pauta por Medida Provisória e Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional

Quando uma deliberação pode ser sobrestada?

Há algumas situações, previstas na Constituição Federal, em que as deliberações podem ser temporariamente sobrestadas. É o que ocorre, por exemplo, quando se esgota o prazo para apreciação de medida provisória (CF, art. 62, §6º e RCN 1/2002, art. 9º) ou de projetos de lei com urgência constitucional (CF, art. 64, §2º e RISF, art. 375, VIII).

Quando as deliberações podem recomeçar?

Uma vez votada a matéria que provocou o sobrestamento, as demais deliberações previstas podem ser retomadas (CF, art. 64, § 2º c/c RISF, art. 375, VIII).

SESSÕES DELIBERATIVAS COM PAUTA SOBRESTADA	TOTAL
Pauta sobrestada por MPV durante toda a Ordem do Dia	4
Pauta sobrestada por MPV durante parte da Ordem do Dia	11
Pauta sobrestada por PLC em Urgência Constitucional durante toda a Ordem do Dia	0
Pauta sobrestada por PLC em Urgência Constitucional durante parte da Ordem do Dia	0
TOTAL	15

Algumas matérias podem ser votadas mesmo com o sobrestamento da pauta de uma sessão

Em decisão sobre a Questão de Ordem nº 2, de 2010, a Presidência do Senado entendeu que há exceções ao sobrestamento de pauta.

Segundo a decisão, o sobrestamento não impede que o plenário do Senado Federal delibere sobre matérias que não possam ser apreciadas por meio de medidas provisórias (como, por exemplo, projetos de lei complementar).

Também se entendeu que o sobrestamento não abrange as hipóteses de exercício da competência exclusiva do Congresso Nacional ou de competência privativa do Senado Federal, dos quais não resultem normas gerais e abstratas.

DELIBERAÇÕES EM SESSÕES COM PAUTA SOBRESTADA	TOTAL
Sessões em que foram deliberadas matérias que geram normas jurídicas primárias	12
Sessões em que foram deliberadas outras matérias	1
Sessões em que não foram deliberadas matérias	2
TOTAL	15

E



PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM PLENÁRIO

A apresentação de proposições legislativas é uma das mais relevantes atuações dos senadores em plenário: lá, são lidas e aprovadas propostas de emenda à Constituição, projetos de lei, de resolução e de decretos legislativos.

Uma participação frequente em plenário é por meio do uso da palavra. Senadores discutem matérias, encaminham votações e dão satisfação à população que eles representam. Os senadores podem ainda fazer uso da palavra para suscitar e contraditar questões de ordem, conforme previsto no artigo 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal.

Outra possível participação em plenário é a presidência das sessões, que, em alguns casos, pode ser exercida mesmo por senadores que não compõem a Mesa.

1.099

MATÉRIAS
LEGISLATIVAS
APRESENTADAS*

1.106

PARECERES
LIDOS
EM PLENÁRIO

3.528

USOS DA PALAVRA

*Para saber a situação de cada uma dessas matérias, e outras,
deve-se consultar a sessão H, parte I, deste Relatório.



EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA						
Senador(a)	Sessão Deliberativa Ordinária	Sessão Deliberativa Extraordinária	Sessão Não Deliberativa	Sessão Especial	Sessão de Debates Temáticos	Programa Senado Jovem Brasileiro
Acir Gurgacz	1	0	2	0	0	0
Airton Sandoval	1	1	1	0	0	0
Alvaro Dias	0	0	2	0	0	0
Ana Amélia	9	5	11	2	0	0
Ângela Portela	1	1	1	0	0	1
Antonio Carlos Valadares	14	6	0	0	0	0
Ataídes Oliveira	5	2	1	0	0	0
Benedito De Lira	1	0	1	0	1	0
Cássio Cunha Lima	10	6	0	0	2	0
Cidinho Santos	9	0	1	0	0	0
Cristovam Buarque	1	2	2	0	1	0
Dário Berger	9	8	2	0	1	0
Davi Alcolumbre	1	2	0	1	0	0
Edison Lobão	0	0	1	0	0	0
Eduardo Amorim	3	0	0	1	0	0
Eduardo Lopes	2	0	0	0	0	0
Elber Batalha	2	0	0	0	0	0
Elmano Férrer	5	1	7	0	0	0
Eunício Oliveira	45	15	2	1	3	0
Fátima Bezerra	6	0	0	3	0	0
Fernando Bezerra Coelho	1	1	0	0	0	0
Fernando Collor	0	0	1	1	1	0
Flexa Ribeiro	0	1	0	0	0	0
Garibaldi Alves Filho	2	1	0	1	0	0
Givago Tenório	0	1	1	0	0	0
Gladson Cameli	1	0	0	0	0	0
Gleisi Hoffmann	1	0	4	0	0	0
Guaracy Silveira	2	3	4	0	0	0
Hélio José	4	2	7	3	0	0
Humberto Costa	1	1	2	0	0	0
Ione Guimarães	1	0	0	0	0	0
Ivo Cassol	2	0	0	0	0	0
João Alberto Souza	38	4	3	0	0	0
João Capiberibe	0	1	1	0	0	0

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA						
Senador(a)	Sessão Deliberativa Ordinária	Sessão Deliberativa Extraordinária	Sessão Não Deliberativa	Sessão Especial	Sessão de Debates Temáticos	Programa Senado Jovem Brasileiro
Jorge Viana	10	3	4	0	1	0
José Agripino	0	0	1	0	0	0
José Amauri	1	1	0	0	0	0
José Maranhão	0	1	0	0	0	0
José Medeiros	11	5	14	0	0	0
José Pimentel	0	1	0	0	0	0
Kátia Abreu	0	0	1	0	0	0
Lasier Martins	3	1	1	1	0	0
Lídice da Mata	5	0	0	0	0	0
Lindbergh Farias	5	0	3	0	0	0
Lúcia Vânia	1	0	0	0	0	0
Magno Malta	0	0	0	1	0	0
Marta Suplicy	4	1	0	2	0	0
Omar Aziz	0	1	0	0	0	0
Pastor Bel	0	2	0	0	0	0
Paulo Paim	11	10	21	4	0	0
Paulo Rocha	7	4	9	0	0	0
Pedro Chaves	1	2	3	0	0	1
Raimundo Lira	1	0	0	0	0	0
Randolfe Rodrigues	1	0	1	1	0	0
Reditario Cassol	0	0	1	0	0	0
Regina Sousa	5	1	4	1	0	1
Reguffe	2	1	7	0	0	0
Renan Calheiros	0	1	0	0	0	0
Ricardo Ferraço	3	0	0	1	1	0
Roberto Muniz	2	1	2	0	0	0
Roberto Requião	1	0	4	0	0	0
Rodrigues Palma	0	1	0	0	0	0
Ronaldo Caiado	0	0	0	1	0	0
Rose De Freitas	4	0	0	0	0	0
Rudson Leite	1	0	3	0	0	0
Sérgio De Castro	1	0	2	0	0	0
Sérgio Petecão	1	0	0	0	0	0
Simone Tebet	1	0	0	0	0	0



EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA						
Senador(a)	Sessão Deliberativa Ordinária	Sessão Deliberativa Extraordinária	Sessão Não Deliberativa	Sessão Especial	Sessão de Debates Temáticos	Programa Senado Jovem Brasileiro
Tasso Jereissati	0	0	0	0	1	0
Telmário Mota	1	0	9	1	0	0
Thieres Pinto	0	1	2	0	0	0
Valdir Raupp	2	2	2	0	0	0
Vanessa Grazziotin	5	1	6	0	0	0
Vicentinho Alves	0	0	2	0	0	0
Waldemir Moka	3	0	0	2	0	0
Wellington Fagundes	4	1	4	0	0	0
Wilder Morais	0	0	0	1	0	0
Zeze Perrella	1	0	0	0	0	0

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
Acir Gurgacz	0	2	1	0	1	11
Aécio Neves	0	4	0	0	0	0
Airton Sandoval	0	8	0	0	0	26
Aloysio Nunes Ferreira	0	0	0	0	0	4
Alvaro Dias	1	5	1	0	10	1
Ana Amélia	0	5	0	0	16	39
Ângela Portela	0	0	0	0	0	12
Anibal Diniz	0	0	0	0	0	1
Antonio Anastasia	1	2	0	1	4	40
Antonio Carlos Valadares	0	7	0	1	11	18
Armando Monteiro	0	2	1	0	0	42
Ataídes Oliveira	0	6	0	1	7	2
Benedito de Lira	0	0	0	0	2	3
Blairo Maggi	0	0	0	0	0	2
Cássio Cunha Lima	0	26	1	0	4	6
Cícero Lucena	0	0	0	0	0	2

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
Cidinho Santos	0	19	0	0	5	11
Ciro Nogueira	0	16	0	0	5	0
Cristovam Buarque	3	15	1	1	5	24
Cyro Miranda	0	0	0	0	0	1
Dalirio Beber	0	8	0	0	2	19
Dário Berger	0	2	0	0	0	13
Davi Alcolumbre	1	0	0	0	4	22
Donizeti Nogueira	0	0	0	0	1	1
Edison Lobão	0	2	0	0	0	2
Eduardo Amorim	0	4	1	0	4	36
Eduardo Braga	0	6	1	0	12	5
Eduardo Lopes	0	7	0	1	12	3
Elber Batalha	0	3	0	0	1	0
Elmano Férrer	0	2	0	0	3	9
Eunício Oliveira	0	2	0	1	3	0
Fátima Bezerra	0	1	0	0	10	7
Fernando Bezerra Coelho	0	12	1	0	15	33
Fernando Collor	0	0	0	2	6	1
Flávio Arns	0	0	0	0	0	1
Flexa Ribeiro	0	3	0	0	8	42
Garibaldi Alves Filho	0	3	0	0	3	9
Geraldo Mesquita Júnior	0	0	0	0	0	1
Givago Tenório	1	3	0	0	0	1
Gladson Cameli	0	2	0	0	11	24
Gleisi Hoffmann	0	0	1	0	2	3
Guaracy Silveira	1	4	0	0	0	1
Hélio José	0	14	0	0	10	19
Humberto Costa	0	6	2	0	18	5
Ione Guimarães	0	1	0	0	0	0
Ivo Cassol	1	0	0	0	2	1
Jader Barbalho	0	1	0	0	0	0
João Alberto Souza	1	1	0	0	0	42

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO

Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
João Capiberibe	0	1	0	1	4	3
Jorge Viana	1	0	0	0	12	19
José Agripino	0	3	0	1	1	5
José Amauri	0	0	0	0	4	0
José Maranhão	0	2	0	0	1	2
José Medeiros	0	12	4	0	7	14
José Pimentel	0	7	1	0	4	76
José Serra	1	12	0	2	3	1
Kátia Abreu	0	7	0	0	3	4
Lasier Martins	0	19	2	1	9	20
Lídice da Mata	0	3	0	1	26	16
Lindbergh Farias	0	13	3	0	16	1
Lúcia Vânia	0	3	0	0	3	8
Magno Malta	0	5	0	0	2	1
Maria do Carmo Alves	0	6	0	0	1	3
Marta Suplicy	0	3	0	0	4	23
Omar Aziz	0	0	0	0	3	3
Otto Alencar	1	3	1	0	6	16
Pastor Bel	0	2	0	0	0	0
Paulo Bauer	0	8	1	1	7	2
Paulo Paim	0	9	1	2	22	42
Paulo Rocha	0	4	1	1	7	12
Pedro Chaves	0	8	0	1	11	26
Raimundo Lira	0	2	0	0	0	3
Randolfe Rodrigues	2	17	3	2	11	3
Regina Sousa	0	4	0	0	5	30
Reguffe	0	5	0	2	1	0
Renan Calheiros	0	2	0	0	0	0
Ricardo Ferraço	0	7	1	2	5	13
Roberto Muniz	0	6	0	1	0	2
Roberto Requião	0	7	1	0	11	1
Roberto Rocha	0	1	0	0	2	5

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
Rodrigo Rollemberg	0	0	0	0	0	1
Rodrigues Palma	0	0	0	0	0	3
Romário	1	4	1	0	2	3
Romero Jucá	1	5	0	0	29	10
Ronaldo Caiado	0	1	0	1	0	11
Rose de Freitas	2	34	0	0	7	9
Rudson Leite	0	8	0	0	2	2
Sandra Braga	0	0	0	0	0	1
Sérgio Petecão	0	0	0	0	5	19
Sérgio de Castro	0	3	0	1	0	0
Simone Tebet	0	2	0	0	5	32
Tasso Jereissati	0	3	0	0	4	4
Telmário Mota	0	10	0	0	7	12
Thieres Pinto	1	0	0	0	2	0
Valdir Raupp	0	3	0	0	5	26
Vanessa Grazziotin	0	9	4	0	61	10
Vicentinho Alves	0	1	0	0	5	0
Waldemir Moka	0	0	0	0	1	29
Walter Pinheiro	0	0	0	1	3	5
Wellington Fagundes	0	2	0	0	3	8
Wilder Morais	1	12	0	0	2	6
Zé Santana	0	1	0	0	0	0
Zeze Perrella	0	0	0	0	0	16

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
Acir Gurgacz	13	3	1	4	0	4	0	0	0
Aécio Neves	5	0	5	2	0	0	1	0	0
Airton Sandoval	9	0	1	0	1	0	2	0	1
Alvaro Dias	6	1	1	1	0	0	1	0	2
Ana Amélia	89	2	12	5	1	14	40	0	55
Ângela Portela	25	2	2	1	0	14	0	0	4
Antonio Anastasia	5	0	3	0	0	0	1	0	1
Antonio Carlos Valadares	22	4	10	10	0	1	5	0	7
Armando Monteiro	9	4	6	4	0	0	3	0	9
Ataídes Oliveira	13	1	2	0	1	3	8	0	5
Benedito de Lira	1	0	4	4	0	0	2	0	1
Cássio Cunha Lima	9	1	5	1	0	2	6	1	3
Cidinho Santos	5	3	0	2	0	2	2	0	3
Ciro Nogueira	11	2	0	0	0	0	0	0	0
Cristovam Buarque	20	5	9	7	1	1	2	0	25
Dalirio Beber	0	0	2	1	0	0	0	0	0
Dário Berger	13	1	2	0	0	1	1	0	3
Davi Alcolumbre	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Edison Lobão	3	0	1	1	0	0	3	0	3
Eduardo Amorim	9	4	2	1	0	3	1	0	0
Eduardo Braga	20	1	9	3	0	0	7	2	5
Eduardo Lopes	9	13	3	6	0	0	4	0	0
Elber Batalha	13	0	0	0	0	1	0	0	6
Elmano Férrer	13	0	0	0	0	0	0	0	5
Fátima Bezerra	72	0	7	0	0	2	10	0	12
Fernando Bezerra Coelho	11	3	10	5	0	1	3	0	4
Fernando Collor	5	1	0	0	0	0	0	0	0
Flexa Ribeiro	8	1	5	1	1	1	22	0	7
Garibaldi Alves Filho	7	0	1	0	0	1	4	0	5
Givago Tenório	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Gladson Cameli	1	1	0	0	0	1	0	0	0
Gleisi Hoffmann	40	6	5	0	0	5	2	0	15
Guaracy Silveira	13	1	1	1	0	1	4	0	5
Hélio José	36	11	6	9	0	1	20	0	18
Humberto Costa	39	22	12	3	0	0	8	0	12

*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção “Informações Complementares” deste Relatório.

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
Ione Guimarães	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Ivo Cassol	19	0	0	0	0	0	3	0	2
Jader Barbalho	1	0	0	0	0	0	0	0	0
João Capiberibe	16	3	3	1	0	1	10	0	2
Jorge Viana	51	3	9	4	0	4	14	1	29
José Agripino	10	0	5	3	0	0	3	0	1
José Amauri	1	0	0	0	0	0	0	0	0
José Maranhão	3	1	1	0	0	0	1	0	4
José Medeiros	81	6	8	7	1	4	10	0	29
José Pimentel	6	0	1	1	0	0	2	0	1
José Serra	10	0	7	3	0	0	3	0	1
Kátia Abreu	9	1	4	1	0	4	1	0	2
Lasier Martins	41	5	7	0	1	2	7	1	7
Lídice da Mata	41	4	13	4	0	1	3	0	9
Lindbergh Farias	54	5	29	16	1	1	8	5	43
Lúcia Vânia	9	1	9	0	0	0	2	0	1
Magno Malta	15	1	7	2	1	0	15	0	9
Maria do Carmo Alves	6	0	0	0	0	0	0	0	0
Marta Suplicy	19	1	14	0	0	2	9	0	5
Omar Aziz	3	0	7	9	0	0	4	0	5
Otto Alencar	15	3	6	0	0	1	12	0	12
Pastor Bel	4	0	0	1	0	1	1	0	2
Paulo Bauer	1	2	2	5	0	0	4	0	2
Paulo Paim	115	2	4	2	0	3	6	1	31
Paulo Rocha	29	0	15	1	0	1	4	0	11
Pedro Chaves	20	1	1	1	0	0	0	0	0
Raimundo Lira	8	0	1	2	0	0	1	0	10
Randolfe Rodrigues	27	4	22	19	0	0	25	3	12
Reditario Cassol	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Regina Sousa	41	0	3	0	0	1	0	0	4
Reguffe	26	1	9	2	1	5	8	1	9
Renan Calheiros	15	0	6	0	0	0	5	1	6
Ricardo Ferraço	15	2	9	5	0	1	3	0	3
Roberto Muniz	6	1	1	0	0	0	1	0	5
Roberto Requião	31	0	3	0	0	3	0	0	17

*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção "Informações Complementares" deste Relatório.

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
Roberto Rocha	4	0	0	0	0	0	1	0	2
Rodrigues Palma	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Romário	1	3	0	0	0	1	0	0	0
Romero Jucá	5	2	8	6	0	0	6	0	1
Ronaldo Caiado	7	0	10	4	0	0	1	1	1
Rose de Freitas	26	1	5	3	0	1	3	0	5
Rudson Leite	9	0	0	0	0	1	1	0	5
Sérgio de Castro	9	0	0	1	0	0	0	0	1
Sérgio Petecão	8	1	0	1	0	0	2	0	1
Simone Tebet	9	5	9	11	0	1	11	0	6
Tasso Jereissati	2	0	1	1	0	0	2	0	1
Telmário Mota	47	2	7	4	0	3	3	0	10
Valdir Raupp	20	2	1	1	0	2	2	0	4
Vanessa Grazziotin	95	10	25	10	1	0	8	0	54
Vicentinho Alves	4	1	0	0	0	0	2	0	0
Waldemir Moka	13	0	11	0	1	1	1	0	8
Walter Pinheiro	4	0	4	0	0	0	8	0	1
Wellington Fagundes	27	3	2	0	0	0	0	0	8
Wilder Morais	8	1	1	0	0	0	0	0	1
Zé Santana	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Zeze Perrella	2	0	0	0	0	0	1	0	3

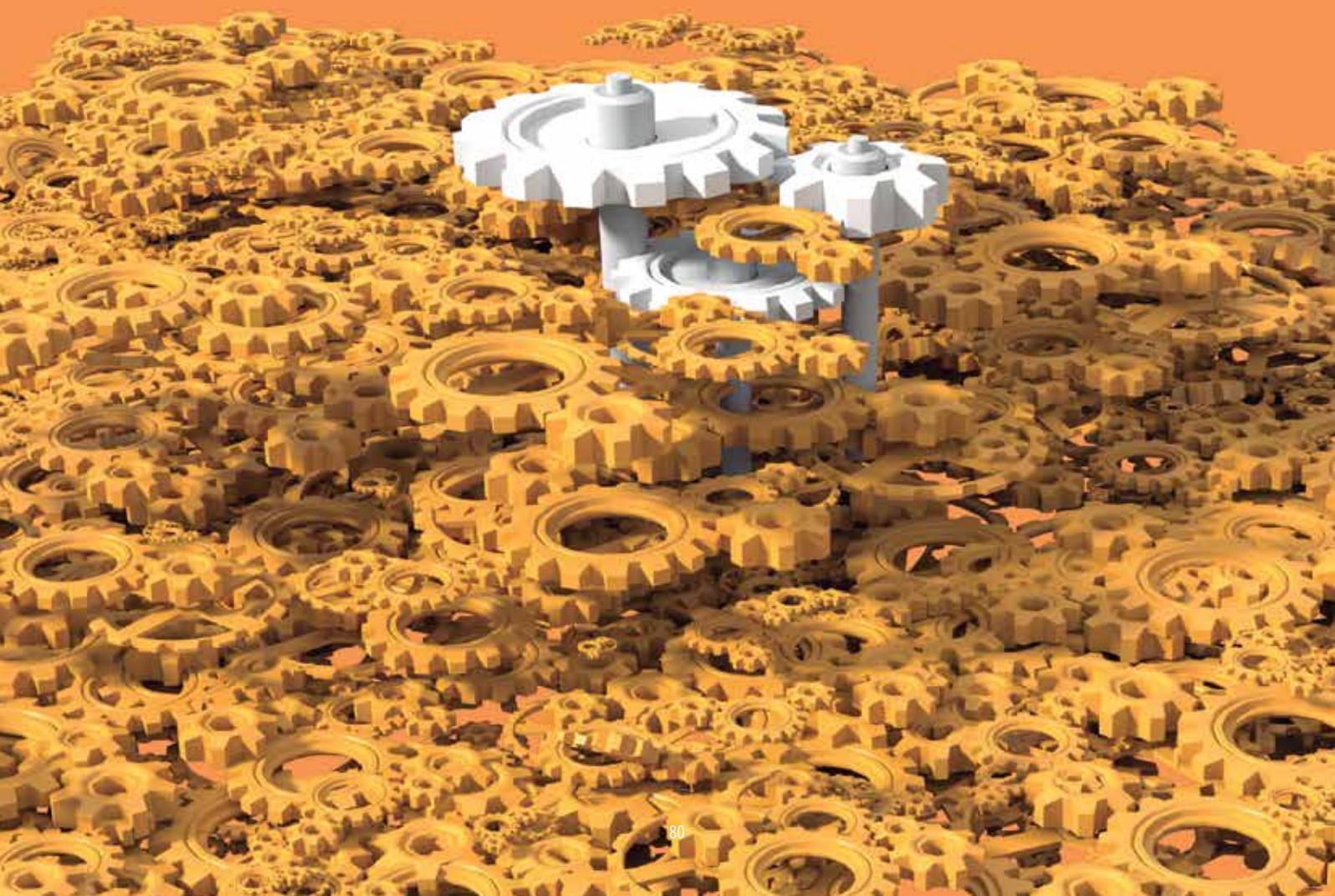
*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção "Informações Complementares" deste Relatório.

Conteúdo da participação dos
Senadores:



Relatório
Dinâmico

F



COMISSÕES

O papel das comissões é ser um espaço para análise, discussão e aperfeiçoamento das ideias que circulam pelo parlamento. Projetos de lei, por exemplo, depois de lidos em plenário, passam pelas comissões. Também é lá que os parlamentares aprimoram os debates legislativos e estudam diversos assuntos de interesse nacional. Há dois tipos de comissão no Senado: as permanentes, que se dividem por temas de interesse legislativo, e as temporárias, criadas para uma tarefa específica, com prazo definido (CF, art. 58, caput e RISF, art. 71).

Uma das mais importantes atribuições das comissões é o chamado ‘poder terminativo’, que consiste na possibilidade de que uma decisão de comissão siga sua tramitação sem passar pelo plenário do Senado, quando não houver recurso (CF, art. 58, §2º, I c/c RISF, art. 91). As comissões também podem, entre outras atribuições, realizar audiências públicas e convocar Ministros de Estado (CF, art. 58, § 2º, II e III, e RISF, art. 90, II e III).

20 COMISSÕES

14 PERMANENTES
6 TEMPORÁRIAS

FORAM REALIZADAS

554
REUNIÕES

511
EM COMISSÕES
PERMANENTES

43
EM COMISSÕES
TEMPORÁRIAS

240
AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS*

216
EM COMISSÕES
PERMANENTES

24
EM COMISSÕES
TEMPORÁRIAS

*Nesta e nas próximas páginas, o número de audiências públicas está contido no de reuniões.

F.1 Comissões Permanentes

Neste item, o leitor pode visualizar os principais dados do ano de todas as comissões permanentes. Cada uma delas pode criar até quatro subcomissões permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes (RISF, art. 73).

REUNIÕES

511
TOTAL



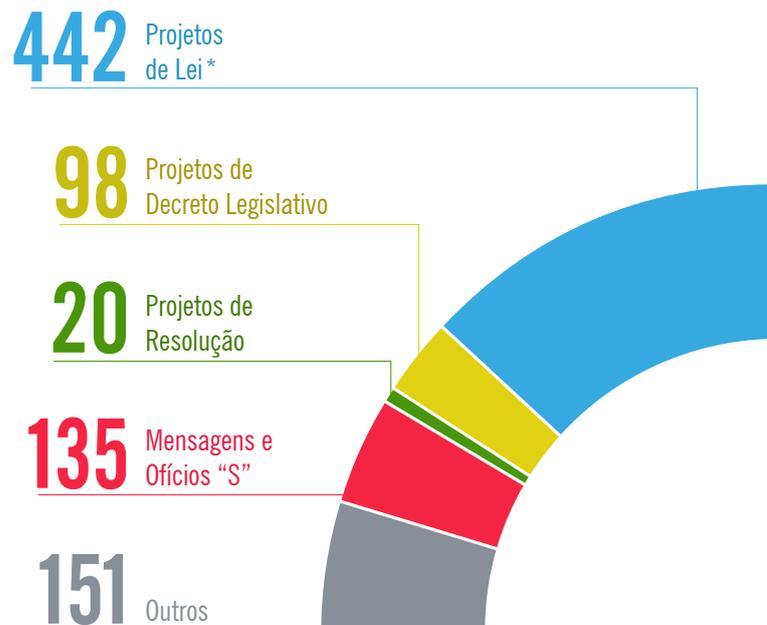
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

216
TOTAL



PARECERES EMITIDOS

846
TOTAL



*Inclui Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara e Emendas e Substitutivos da Câmara a Projetos de Lei do Senado.

CDIR | Comissão Diretora

Atribuições específicas: RISF, art. 98

Quantidade de membros: **7** titulares e **4** suplentes

Reuniões:

2

Pareceres proferidos:

114

CAE | Comissão de Assuntos Econômicos

Atribuições específicas: RISF, arts. 99 e 99-A

Quantidade de membros: **27** titulares e **27** suplentes

Reuniões:

31

Ordinárias

12

Extraordinárias

1

Conjunta

Dentre essas

16

Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

19

Terminativos

111

Não Terminativos

CAS | Comissão de Assuntos Sociais

Atribuições específicas: RISF, art. 100

Quantidade de membros: **21** titulares e **21** suplentes

Reuniões:

43

Extraordinárias

4

Conjuntas

Dentre essas

15

Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

17

Terminativos

42

Não Terminativos

CCJ

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Atribuições específicas: RISF, arts. 101 e 101-A

Quantidade de membros: **27** titulares e **27** suplentes

Reuniões:

28

Ordinárias

13

Extraordinárias

1

Conjunta

Dentre
essas

8

Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

38

Terminativos

78

Não Terminativos

CE

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Atribuições específicas: RISF, art. 102

Quantidade de membros: **27** titulares e **27** suplentes

Reuniões:

2

Ordinárias

44

Extraordinárias

3

Conjuntas

Dentre
essas

15

Audiências públicas

Pareceres proferidos:

9

Terminativos

53

Não Terminativos

CTFC

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Atribuições específicas: RISF,
art.102

Quantidade de membros: **17** titulares e **17** suplentes

Reuniões:

23

Extraordinárias

Dentre
essas

6

Audiências públicas

Pareceres proferidos:

9

Terminativos

22

Não Terminativos

CDH

Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa

Atribuições específicas: RISF, art. 102-E

Quantidade de membros: **19** titulares e **19** suplentes

Reuniões:

100 **2**
Extraordinárias Conjuntas

Dentre
essas

71
Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

5 **68**
Terminativos Não Terminativos

CRE

Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional

Atribuições específicas: RISF, art. 103

Quantidade de membros: **19** titulares e **19** suplentes

Reuniões:

48
Extraordinárias

Dentre
essas

13
Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

113
Não Terminativos

CI

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Atribuições específicas: RISF, art. 104

Quantidade de membros: **23** titulares e **23** suplentes

Reuniões:

31 **2**
Extraordinárias Conjuntas

Dentre
essas

9
Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

2 **25**
Terminativos Não Terminativos

CDR | Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Atribuições específicas: RISF, art. 104-A

Quantidade de membros: **17 titulares e 17 suplentes**

Reuniões:



Pareceres proferidos:

12
Não Terminativos

CRA | Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Atribuições específicas: RISF, art. 104-B

Quantidade de membros: **17 titulares e 17 suplentes**

Reuniões:



Pareceres proferidos:

18
Não Terminativos

CCT | Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Atribuições específicas: RISF, art. 104-C

Quantidade de membros: **17 titulares e 17 suplentes**

Reuniões:



Pareceres proferidos:

37 Terminativos **31** Não Terminativos

CSF

Comissão Senado do Futuro

Atribuições específicas: RISF, art. 104-D

Quantidade de membros: **11 titulares e 11 suplentes**

Reuniões:

36

Extraordinárias

Dentre
essas

26

Audiências Públicas

CMA

Comissão de Meio Ambiente

Atribuições específicas: RISF, art. 102-F

Quantidade de membros: **17 titulares e 17 suplentes**

Reuniões:

15

Extraordinárias

Dentre
essas

2

Audiências Públicas

Pareceres proferidos:

9

Terminativos

14

Não Terminativos

F.2 Comissões Temporárias

As Comissões Temporárias são extintas após a conclusão da tarefa, ao término do respectivo prazo ou ao final da Sessão Legislativa Ordinária (RISF, art. 74, I, II e III c/c art. 76, I, II e III).

F.2.1 - Comissões Temporárias Internas e Externas

As Comissões Internas são criadas para lidar com matérias legislativas em situações especiais, como projetos de código, e realizam estudos mais aprofundados sobre temas específicos. Costumam receber especialistas para debates. As Comissões Externas são criadas para representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos (RISF, art. 74, I e II).

CCC

Comissão Temporária para Reforma do
Código Comercial (Art. 374 - RISF)

Atribuições específicas: PLS 487/2013

Quantidade de membros: **11 titulares e 11 suplentes**

Reuniões: **17**

Dentre
essas

14

Audiências Públicas

CEAERO

Comissão Especial Destinada a Examinar
o PLS 258, de 2016

Atribuições específicas: PLS 258/2016

Quantidade de membros: **11 titulares**

Reunião: **1**

CTPAR*

Comissão Externa para Investigar
Empresas Brasileiras no Paraguai

Atribuições específicas: RQS 19/2018

Quantidade de membros: **7 titulares**

Reunião: **1**

*Concluída conforme artigo 76 do RISF

CONCLUÍDAS (CONFORME O ARTIGO 76 DO RISF)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
CEHT	Comissão externa dos hospitais do Tocantins	RQS 974/2016
CEJAVARI	Comissão externa da terra indígena do Vale do Javari	RQS 742/2017
CPADOCF	Comissão para acompanhamento da Operação Carne Fraca	RQS 163/2017
CEOI	Comissão especial de obras inacabadas	RQS 584/2016
CECODELEI	Comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral	ATS 192/2010
CJD	Comissão de juristas da desburocratização	ATD 13/2015
CEINT	Comissão externa da fiscalização da intervenção federal no Rio de Janeiro	RQS 37/2018
CEPRLULA	Comissão Externa para verificar as condições em que se encontra o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva	RQS 196/2018

F.2.2 - Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) estão previstas no artigo 58, §3º da Constituição Federal. Elas investigam ou fiscalizam fatos determinados e têm os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais. Não podem, entretanto, julgar nem condenar. Apenas reúnem provas e elementos processuais que poderão servir para a propositura da ação penal pelo Ministério Público.

CPIBNDES* | CPI do BNDES

Atribuições específicas: RQS 375/2017

Quantidade de membros: **13** titulares e **8** suplentes

Reuniões: **2**

*Concluída

CPIMT* | CPI dos Maus-tratos

Atribuições específicas: RQS 277/2017

Quantidade de membros: **7 titulares e 5 suplentes**

Reuniões: **13** Dentre essas → Audiências Públicas (Oitivas): **5**

CPICC* | CPI dos Cartões de Crédito

Atribuições específicas: RQS 107/2018

Quantidade de membros: **7 titulares e 5 suplentes**

Reuniões: **9** Dentre essas → Audiências Públicas (Oitivas): **5**

*Concluída

CONCLUÍDAS (CONFORME O ARTIGO 76 DO RISF)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
CPIFundos	CPI dos Fundos de Pensão	RQS 478/2015
CPIB	CPI das Barragens	RQS 1343/2015
CPISALARIOS	CPI dos Supersalários	RQS 815/2017
CPIELETRO	CPI da Eletrobrás	RQS 316/2018
CPIPS	CPI dos Planos de Saúde	RQS 415/2018

Mapas de reuniões
das Comissões:



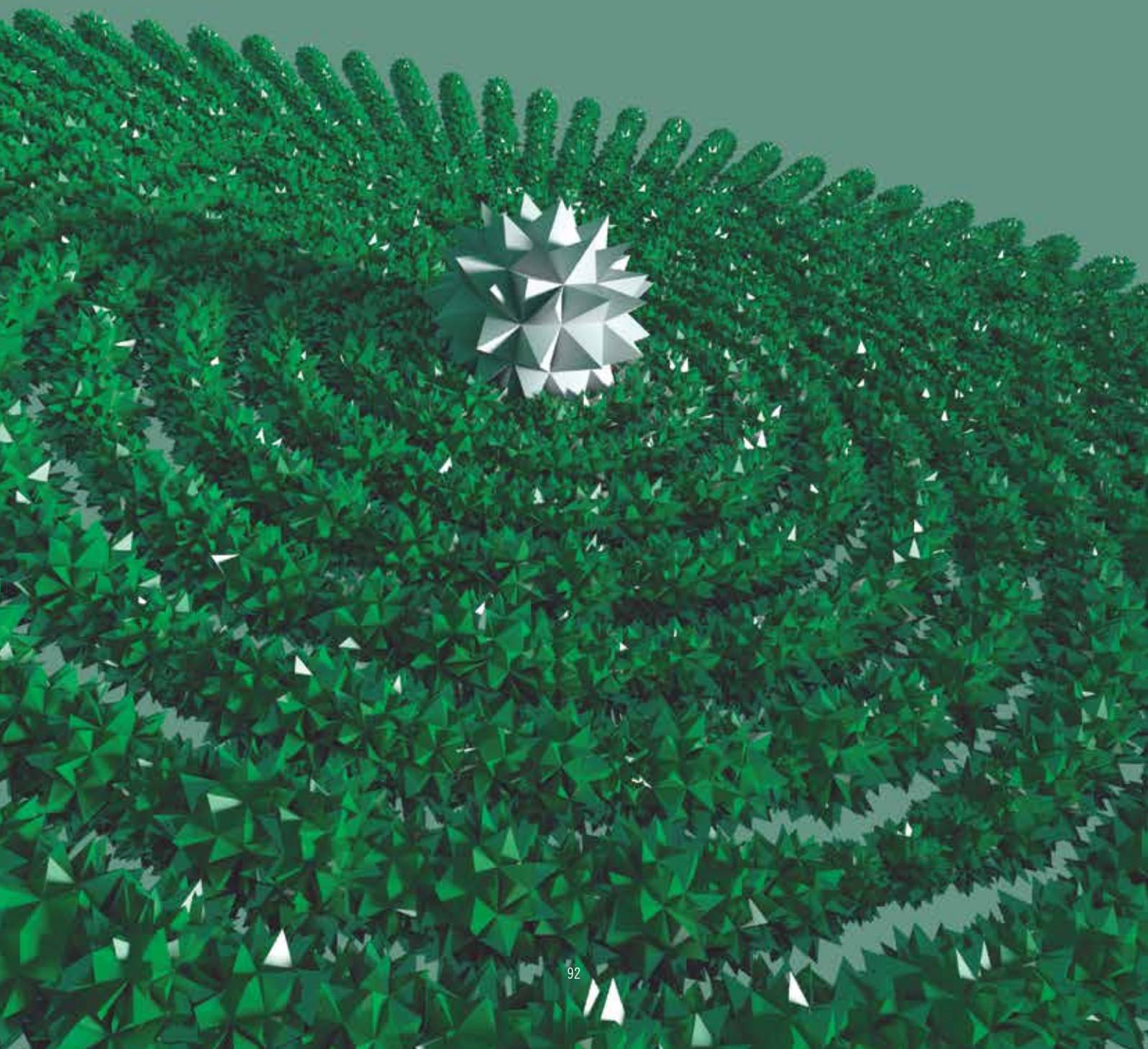
Relatório
Dinâmico

Composições inicial e
final das Comissões:



Relatório
Dinâmico

G



ÓRGÃOS

Além da Mesa, do Plenário e das Comissões, o Senado Federal possui outros órgãos colegiados, que se dividem em:

Órgãos de Premiação

Premiam pessoas e empresas com contribuição em áreas como meio ambiente, direitos humanos, indústria, jornalismo, esporte e questões raciais.

Órgãos Técnicos

Criados por ato, resolução ou lei, com finalidades disciplinares, correccionais, de proteção de direitos e de auxílio ao Congresso Nacional.

Órgãos de Caráter Consultivo

Ligados à administração superior do Senado Federal e com finalidade de realizar estudos e participar da elaboração de propostas legislativas.

Ao escolher o título das premiações que oferece, o Senado costuma homenagear personagens que fizeram parte da história do país em suas áreas de atuação. Saiba quem são eles:

BERTHA LUTZ

Considerada uma grande líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras; trabalhou pela aprovação da legislação que outorgou às mulheres o direito ao voto e à candidatura.

DOM HÉLDER CÂMARA

O bispo ficou conhecido pela sua defesa dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro.

ZILDA ARNS

Médica pediatra e sanitarista brasileira, foi fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa.

ROBERTO MARINHO

Um dos jornalistas mais influentes do Brasil. Transformou o jornal O Globo, da sua família, em um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo.

DORINA DE GOUVÊA NOWILL

Educadora brasileira que, cega aos 17 anos, dedicou-se à inclusão dos deficientes visuais no país. Sua fundação distribui gratuitamente livros em braille, falados e digitais para pessoas com deficiência visual.

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Historiador, antropólogo, advogado e jornalista, passou a vida dedicando-se ao estudo da etnografia e do folclore brasileiro

JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

Criou o grupo Votorantim, um dos maiores grupos empresariais do país.

ABDIAS NASCIMENTO

Foi deputado federal de 1983 a 1987 e Senador da República de 1997 a 1999. Na política, defendeu a igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil.

NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA

Aluna de Carl Jung, foi uma médica que inovou no tratamento psiquiátrico, substituindo as práticas agressivas como eletrochoque por terapias ocupacionais.

G.1 Órgãos de Premiação



Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz - CDBL

RSF 2/2001

Premia pessoas que atuaram na defesa dos direitos da mulher e em questões de gênero.

AGRACIADOS:

Abigail Feitosa (*in memoriam*), Anna Maria Rattes, Benedita da Silva, Beth Azize, Bete Mendes, Cristina Tavares (*in memoriam*), Dirce Tutu Quadros (*in memoriam*), Eunice Michiles, Irma Passoni, Lídice da Mata, Lúcia Braga, Lúcia Vânia, Márcia Kubitschek (*in memoriam*), Maria de Lourdes Abadia, Maria Lúcia de Mello Araújo, Marluce Pinto, Moema São Thiago, Myriam Portella, Raquel Cândido, Raquel Capiberibe, Rita Camata, Rita Furtado (*in memoriam*), Rose de Freitas, Sadie Hauache, Sandra Cavalcanti e Wilma de Faria (*in memoriam*).



Conselho do Projeto Jovem Senador - PJS

RSF 42/2010, regulado
pelo ATD 7/2011

Concurso de redação entre estudantes de escolas públicas brasileiras. Os vencedores atuam por três dias como Jovens Senadores de seus estados.

AGRACIADOS:

Neste ano, os três primeiros lugares, respectivamente, foram: Lanielle Lorana de Sá Andrade - PI, Matheus Moura Carabolante – SP e Luana Coutinho da Silva - PA.

Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo – CICLCC

RSF 7/2018

Premia personalidades, instituições e grupos que tenham oferecido contribuição ao registro e ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais.

AGRACIADOS:

Antônio Francisco Teixeira de Melo, Câmara Brasileira do Livro (CBL), Deífilo Gurgel (*in memoriam*), João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes (*in memoriam*), Museu da Gente Sergipana, Nelson dos Santos (Nelson da Rabeca), Nilson Rodrigues da Fonseca, Pedro Baião e Romualdo Rosário da Costa (Môa do Katendê) (*in memoriam*).



**Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito
Jornalístico - PJRM**

RSF 8/2009

Premia jornalistas com contribuições importantes para o jornalismo brasileiro.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes - DJEM

RSF 35/2009

Premia empresas e empresários de destaque na indústria nacional.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



**Conselho da Comenda de Direitos Humanos
Dom Hélder Câmara - CDHC**

RSF 14/2010

Premia pessoas com destaque na defesa dos direitos humanos no Brasil.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill - CDGN

RSF 34/2013

Premia pessoas que atuaram na defesa das pessoas com deficiência.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento - CSAN

RSF 47/2013

Premia pessoas que atuaram na promoção da cultura afro-brasileira.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.

Conselho do Prêmio Senado Federal de História do Brasil - PSFHB*

RSF 36/2008

Premia três autores de obras de história política do Brasil.

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental - PMA*

RSF 15/2012

Premia pessoas e organizações que atuaram na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Conselho da Comenda do Mérito Esportivo - CME*

RSF 8/2015

Premia atletas brasileiros de destaque no ano.

Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor – PJE*

RSF 31/2016

Premia estudantes, jovens empreendedores e entidades com destaque em empreendedorismo.

Comenda Nise Magalhães da Silveira – CNMS*

RSF 43/2016

Premia pessoas que atuaram no desenvolvimento de condições de tratamento humanizado da saúde no Brasil.

Comenda Zilda Arns – CZA*

RSF 21/2017

Premia pessoas ou instituições que desenvolvem, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente.

Comenda de Mérito Futebolístico Associação Chapecoense de Futebol – CMFC*

RSF 27/2017

Premia pessoas jurídicas e atletas, dirigentes e demais profissionais que tenham se destacado em competições esportivas ou na promoção do futebol.

*Ainda não foram realizadas reuniões desses órgãos

G.2 Órgãos Técnicos

Corregedoria Parlamentar - CORREG

RSF 17/1993

Sua finalidade é manter o decoro, a ordem, a disciplina e a segurança interna e externa do Senado Federal.

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - CEDP

RSF 20/1993

Sua finalidade é zelar pela observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno do Senado Federal, atuando na preservação da dignidade do mandato parlamentar dos Senadores.

Procuradoria Parlamentar - PROPAR

RSF 40/1995

Sua finalidade é defender o Senado, suas funções institucionais e as de seus órgãos e integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem em razão do exercício do mandato.



Ouvidoria do Senado Federal - OUVIDSF

ATD 5/2005, convalidado
pela RSF 1/2005

Sua finalidade é servir de canal de comunicação entre o cidadão e o Senado Federal, como forma de fortalecer o exercício da cidadania.



Procuradoria Especial da Mulher - PROMUL

RSF 9/2013

Sua finalidade é zelar, fiscalizar, controlar e incentivar os direitos da mulher.

G.3 Órgãos de Caráter Consultivo

Conselho de Estudos Políticos - CEPSF

ATD 21/2006 e
PPR 8/2015

O Conselho de Estudos Políticos é vinculado à Comissão Diretora e tem como objetivo realizar estudos e propostas relativas à formulação de políticas e diretrizes legislativas ou institucionais, de alcance setorial, regional ou nacional.

Conselho de Transparência e Controle Social – CTCS

ATD 3/2013, APR 9 e
10/2013

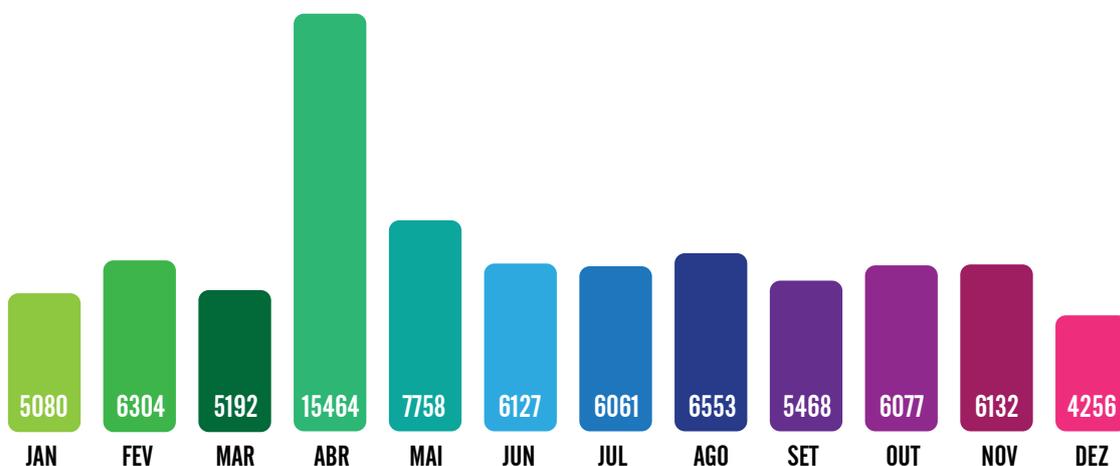
O Conselho de Transparência e Controle Social é um órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora. A ele compete nortear a formulação de políticas que estimulem a cultura de transparência e controle social no Brasil, propondo ações com outros órgãos para a disseminação do acesso à informação pública e o conhecimento da Lei nº 12.527, de 2011 – Lei da Transparência.

ESTATÍSTICAS

Ouvidoria

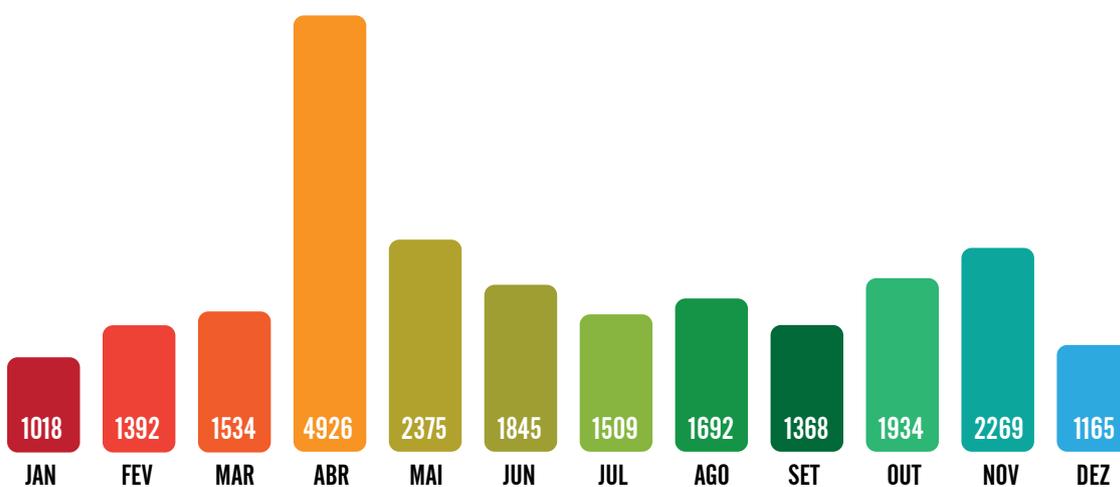
Em 2018, foram recebidas 80.472 ligações, tratadas em primeiro nível (0800 – Alô Senado). No mesmo período, foram registradas 23.027 manifestações, tratadas em segundo nível (após pesquisas ou consultas à outras áreas do Senado e respondidas pelo pós-atendimento).

Atendimentos telefônicos (0800) Alô Senado*



*Manifestações concluídas pelo 0800 (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica).

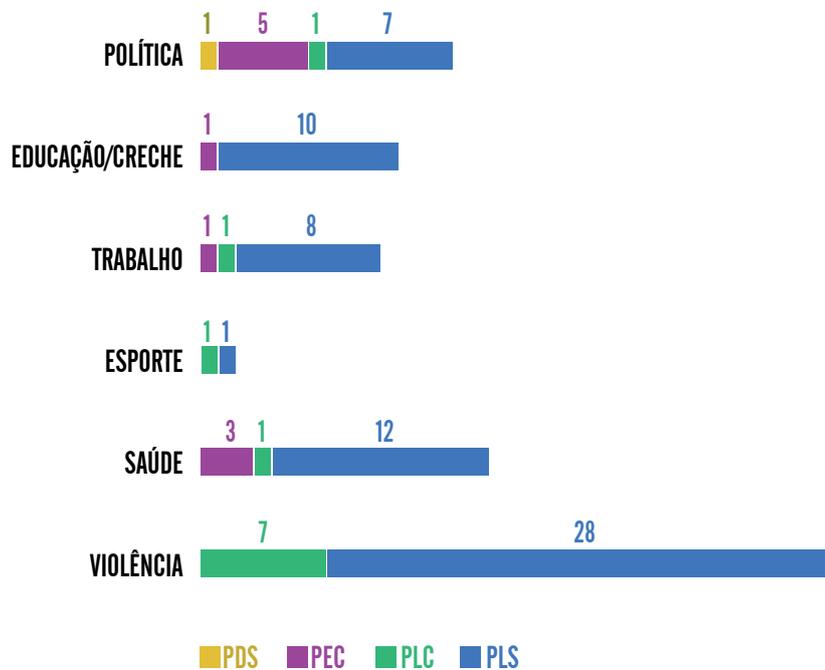
Manifestações classificadas por mês**



** Manifestações atendidas em primeiro e segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores).

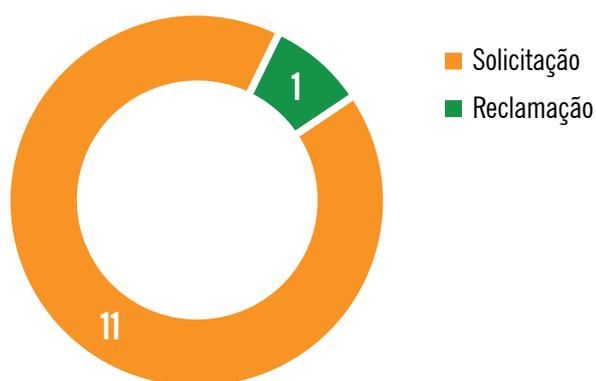
Procuradoria Especial da Mulher

Quantitativo de proposições legislativas acompanhadas, por tipo e temas



Os números dizem respeito às atividades da Procuradoria Especial da Mulher desde a sua criação, em 2013.

Manifestações classificadas por tipo de abordagem



Composições inicial e final, mapas de reuniões e outras informações dos Órgãos:



Arquivo
PDF

H



MATÉRIAS LEGISLATIVAS

As matérias legislativas são o ponto de partida para a elaboração de uma norma. São matérias legislativas, por exemplo, as Propostas de Emenda à Constituição, os Projetos de Lei e as emendas e substitutivos. Todas essas proposições, se passarem pelo crivo dos parlamentares, se transformarão em normas jurídicas aptas a balizar o cotidiano dos cidadãos do país.

Os dados sobre as matérias legislativas que tramitaram ao longo do ano diretamente relacionadas à criação de leis ou de atos normativos estão detalhados no item H.1 do Relatório: informações sobre Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei do Senado, Emendas e Substitutivos da Câmara a Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara, Medidas Provisórias e Projetos de Lei de Conversão, além de Projetos de Decreto Legislativo e Projetos de Resolução.

Além das matérias legislativas citadas acima, há ainda as que não geram normas jurídicas, mas auxiliam o processo legislativo e fundamentam a atividade parlamentar dos senadores. Estão nesse grupo os Requerimentos, as Mensagens e Ofícios, os Pareceres e os Recursos, todos detalhados no item H.2 do Relatório.

FORAM APRESENTADAS

1.028
matérias legislativas no Senado

FORAM DELIBERADAS

478 MATÉRIAS

363 delas foram aprovadas

115 delas foram rejeitadas

DESTINO DAS MATÉRIAS APROVADAS

97 seguiram para promulgação

136 seguiram para a Câmara dos Deputados

130 seguiram para sanção

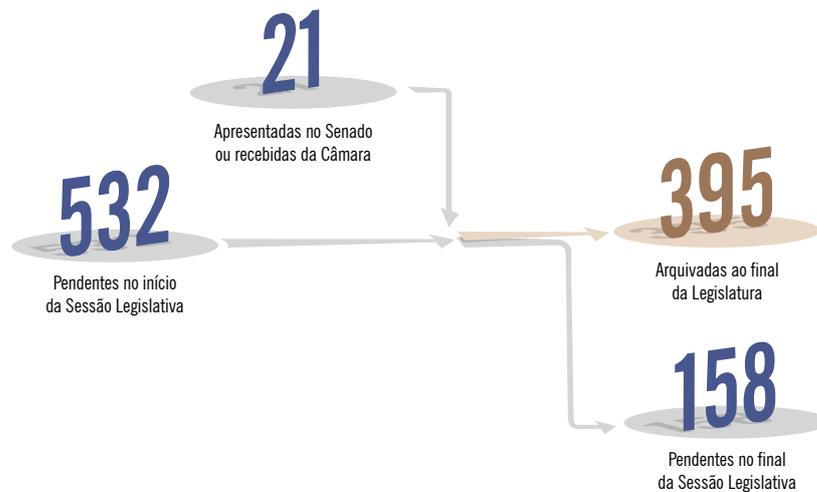
H.1

Propostas de Emenda à Constituição, Projetos e Medidas Provisórias

H.1.1 – Diagramas

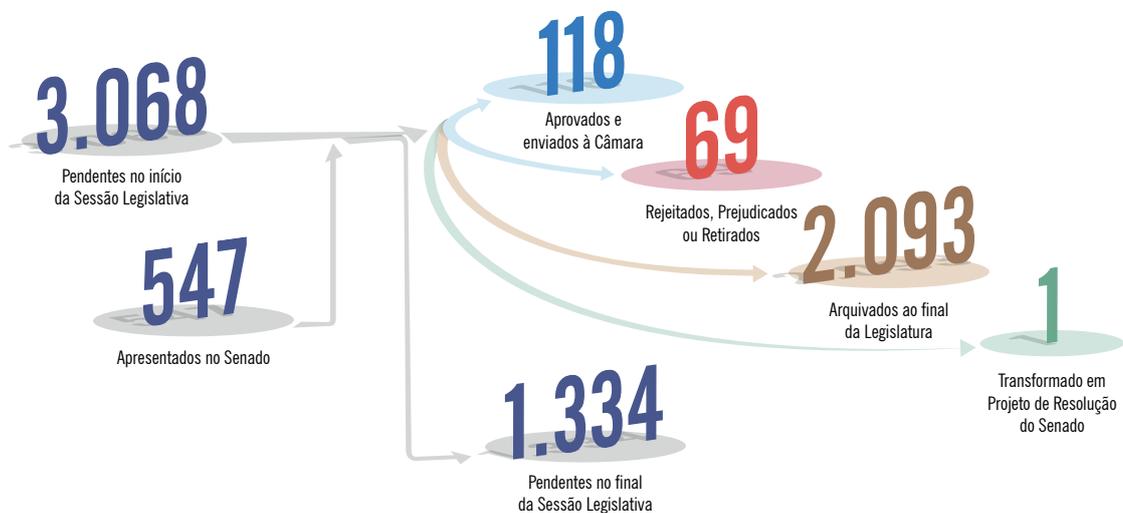
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

Sugestões de alteração no texto da Constituição Federal. Sua aprovação depende do voto favorável de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, com apreciação em dois turnos (CF, art. 60).



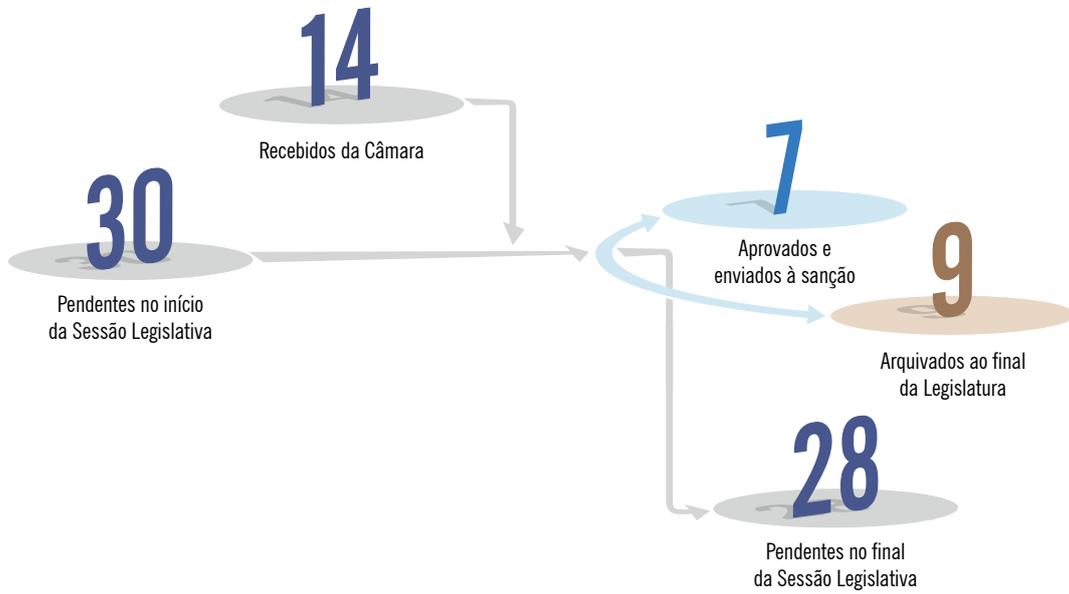
Projetos de Lei do Senado (PLS)

Projetos de lei ordinária ou complementar iniciados por senadores ou comissões do Senado (CF, art. 61, caput). Aprovados, são submetidos à revisão pela Câmara dos Deputados (CF, art. 65).



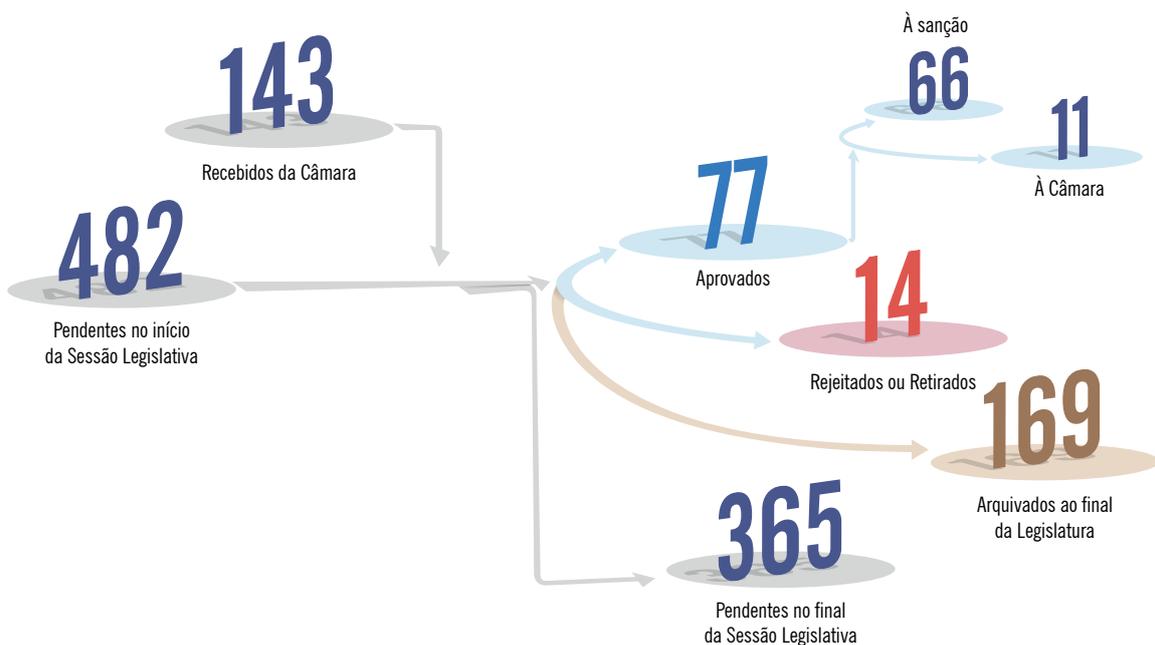
Emendas e Substitutos da Câmara dos Deputados a Projetos de Lei do Senado (ECD e SCD)

Modificações aos Projetos de Lei do Senado propostas pela Câmara dos Deputados na fase de revisão. Emendas (ECDs) são alterações pontuais à matéria original. Substitutivos (SCDs) são uma nova versão do texto.



Projetos de Lei da Câmara (PLC)

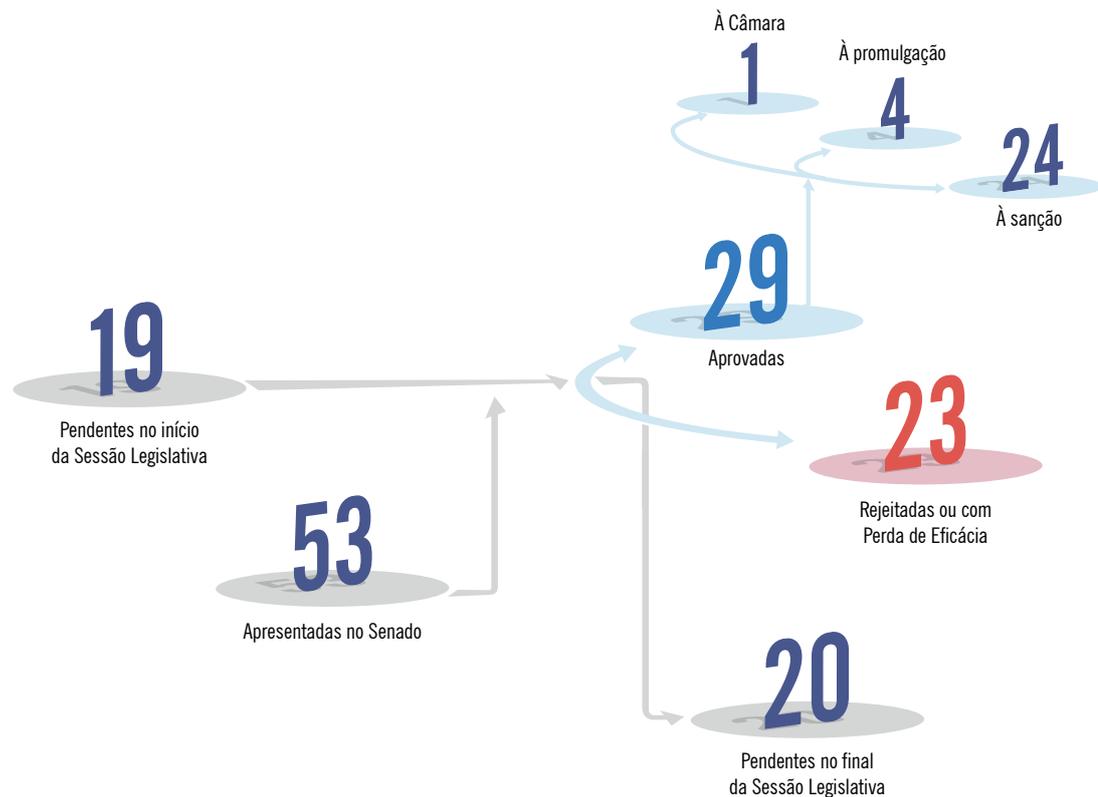
Projetos de lei ordinárias ou complementares que têm início na Câmara dos Deputados. Se aprovados, são submetidos à revisão do Senado Federal (CF, art. 65).



Medidas Provisórias (MPV) e Projetos de Lei de Conversão (PLV)

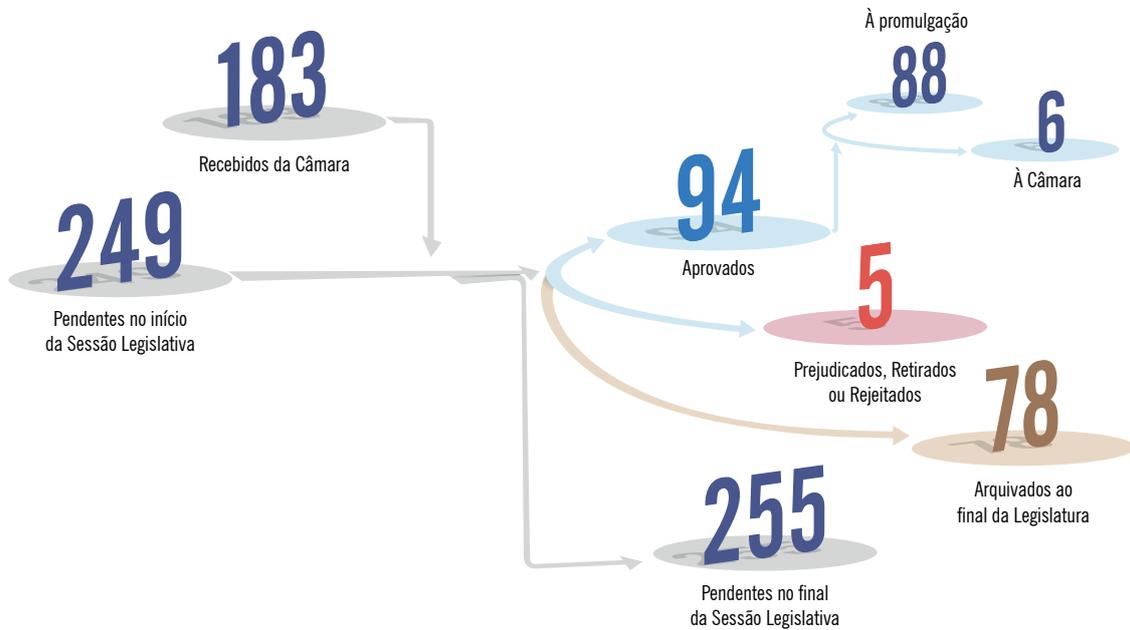
Atos normativos com força de lei editados em casos de relevância e urgência pelo Presidente da República (CF, art. 62, caput). Depois da apreciação pelas Casas do Congresso Nacional em até 120 dias, as MPVs podem ser convertidas em lei ou perder sua eficácia desde a edição. Quando emendadas, as Medidas Provisórias tramitam na forma de Projeto de Lei de Conversão (RCN 1/2002).

Antes de tramitar na Câmara e no Senado, as Medidas Provisórias são discutidas em uma comissão mista composta para essa finalidade específica. Depois, são discutidas e votadas na Câmara e, em seguida, no Senado. Nesta seção do Relatório, o leitor pode visualizar as Medidas Provisórias editadas neste ano e as editadas no ano anterior que estavam pendentes de deliberação do Congresso Nacional no início da Sessão Legislativa. As Medidas Provisórias editadas antes da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estão detalhadas na seção F da parte II deste Relatório (Congresso Nacional).



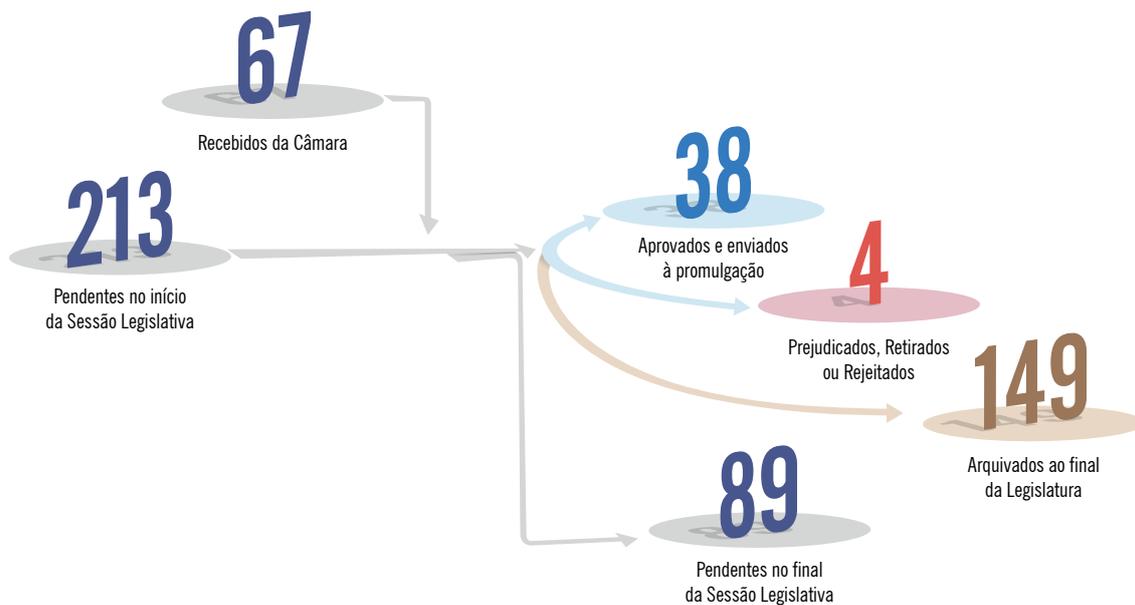
Projetos de Decreto Legislativo (PDS)

Projetos de atos tipicamente legislativos que tratam de assuntos de competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49). Podem ter origem na Câmara dos Deputados ou no Senado e são apreciados separadamente pelas duas Casas.



Projetos de Resolução (PRS)

Tratam de assuntos da competência privativa do Senado Federal (CF, art. 52). Não passam pela revisão da Câmara dos Deputados.



OS NÚMEROS DAS MATÉRIAS LEGISLATIVAS NESTE ANO

COMEÇARAM A TRAMITAR NO SENADO



FORAM DELIBERADAS



INICIATIVA DAS MATÉRIAS APROVADAS



MATÉRIAS APROVADAS POR ASSUNTO ****



*Inclui os Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara e as Emendas e Substitutivos da Câmara a Projetos de Lei do Senado.

** Também inclui as que começaram a tramitar no Senado em anos anteriores.

***Inclui matérias prejudicadas, retiradas e Medidas Provisórias que perderam a eficácia ou que foram revogadas.

****A classificação por assunto inclui apenas Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei e Medidas Provisórias.

H.2 Demais Matérias Legislativas

Mensagens (MSF) e Ofícios “S” (OFS)

Matérias originadas em órgãos externos ao Legislativo e submetidas ao conhecimento ou apreciação do Senado Federal. Destacam-se as Mensagens de indicação de autoridades, magistrados e chefes de missão diplomática de caráter permanente (CF, art. 52, III e IV) e os Ofícios de indicação de membros do Conselho Nacional de Justiça (CF, art. 103-B, § 2º) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CF, art. 130-A, caput).

MENSAGENS	
Pendentes no início da sessão legislativa	6
Recebidas no Senado Federal	119
Aprovadas pelo Plenário	72
Conhecidas	8
Retiradas pelo autor	3
Transformadas em Projeto de Decreto Legislativo	3
Transformadas em Projeto de Resolução do Senado	30
Total Apreciadas	116
Pendentes no final da Sessão Legislativa	9



OFÍCIOS “S” (OFS)	
Pendentes no início da sessão legislativa	74
Recebidos no Senado Federal	79
Aprovados pelo Plenário	7
Arquivados ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)	3
Conhecidos	81
Prejudicados	3
Transformado em Projeto de Lei do Senado	1
Total Apreciados	95
Pendentes no final da Sessão Legislativa	58

Indicações de chefes de missão diplomática e demais autoridades, deliberadas em 2018

AUTORIDADE*	Aprovadas	Prejudicadas/ Retiradas
Magistrados, Procurador-Geral da República e Defensor Público-Geral Federal	4	0
Membros do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público	7	0
Chefes de Missão Diplomática	47	0
Demais Autoridades	21	3

*A relação completa das indicações de autoridades deliberadas pelo Senado Federal está publicada na seção “Informações Complementares”.

Requerimentos (RQS)

Solicitações feitas por senadores, grupos de senadores ou comissões. Os requerimentos podem ser autônomos (por exemplo, os de informações e votos de aplausos) ou vinculados a alguma matéria (como os de tramitação conjunta, desapensamento ou de urgência). É por requerimento que são criadas, alteradas e prorrogadas as comissões temporárias e CPIs (RISF, art. 214 a 222).

REQUERIMENTOS	
Pendentes no início da Sessão Legislativa	500
Apresentados no Senado Federal	644
Aprovados pela Comissão Diretora	43
Aprovados pelo Plenário	315
À publicação para que produzam efeitos	5
Deferidos pela Comissão Diretora	67
Deferidos pela Presidência (art. 199 do RISF)	7
Deferidos pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF)	37
Deferidos pela Presidência (art. 41 do RISF)	12
Encaminhados pela Presidência	123
Indeferidos pela Presidência	8
Prejudicados	394
Publicados	16
Recebidos	16
Rejeitado pela Comissão Diretora	1
Rejeitados pelo Plenário	5
Retirada de assinaturas (art. 244 do RISF)	1
Retirados pelo autor	18
Total Apreciados	1.068
Pendentes no final da Sessão Legislativa	76

Pareceres (P.S)

Trata-se de manifestações das comissões sobre matérias submetidas a seu exame (RISF, art. 137, caput). Todo parecer deve ser conclusivo (RISF, art. 133, caput) e pode tratar da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e do mérito das matérias.

A elaboração do parecer é indispensável para que uma matéria seja apreciada em plenário. Há, ainda, os pareceres de Plenário, feitos em substituição ao parecer de comissão.

PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO	
Plen - Plenário do Senado Federal	245
CDIR - Comissão Diretora	114
CAE - Comissão de Assuntos Econômicos	132
CAS - Comissão de Assuntos Sociais	62
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	116
CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	63
CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	30
CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	74
CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	114
CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura	27
CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	13
CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	19
CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	69
CMA - Comissão de Meio Ambiente	23
CCC - Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial	1
CEAERO - Comissão Especial Destinada a Examinar o PLS 258, de 2016	1
CPIBNDES - CPI do BNDES	1

PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO	
CPIMT - CPI dos Maus-tratos	1
CPICC - CPI dos Cartões de Crédito	1
Total	1.103

Outros tipos*

	AVS	DEN	INS	PET	PFS	R.S	SUG
Pendentes no Início da Sessão Legislativa	21	1	3	17	10	2	65
Apresentados/Recebidos no Senado Federal	48	0	0	10	1	18	40
Arquivados ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)	0	0	2	1	5	2	4
Conhecidos	49	0	0	0	1	0	2
Prejudicados	0	0	0	0	0	1	2
Recebidos	0	0	0	0	0	17	0
Rejeitadas por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	0	0	0	0	0	0	19
Transformadas em Projeto de Lei do Senado	0	0	0	0	0	0	11
Total Apreciados	49	0	2	1	6	20	38
Pendentes no final da Sessão Legislativa	20	1	1	26	5	0	67

*A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

Listagem descritiva das
Matérias Legislativas:



Relatório
Dinâmico

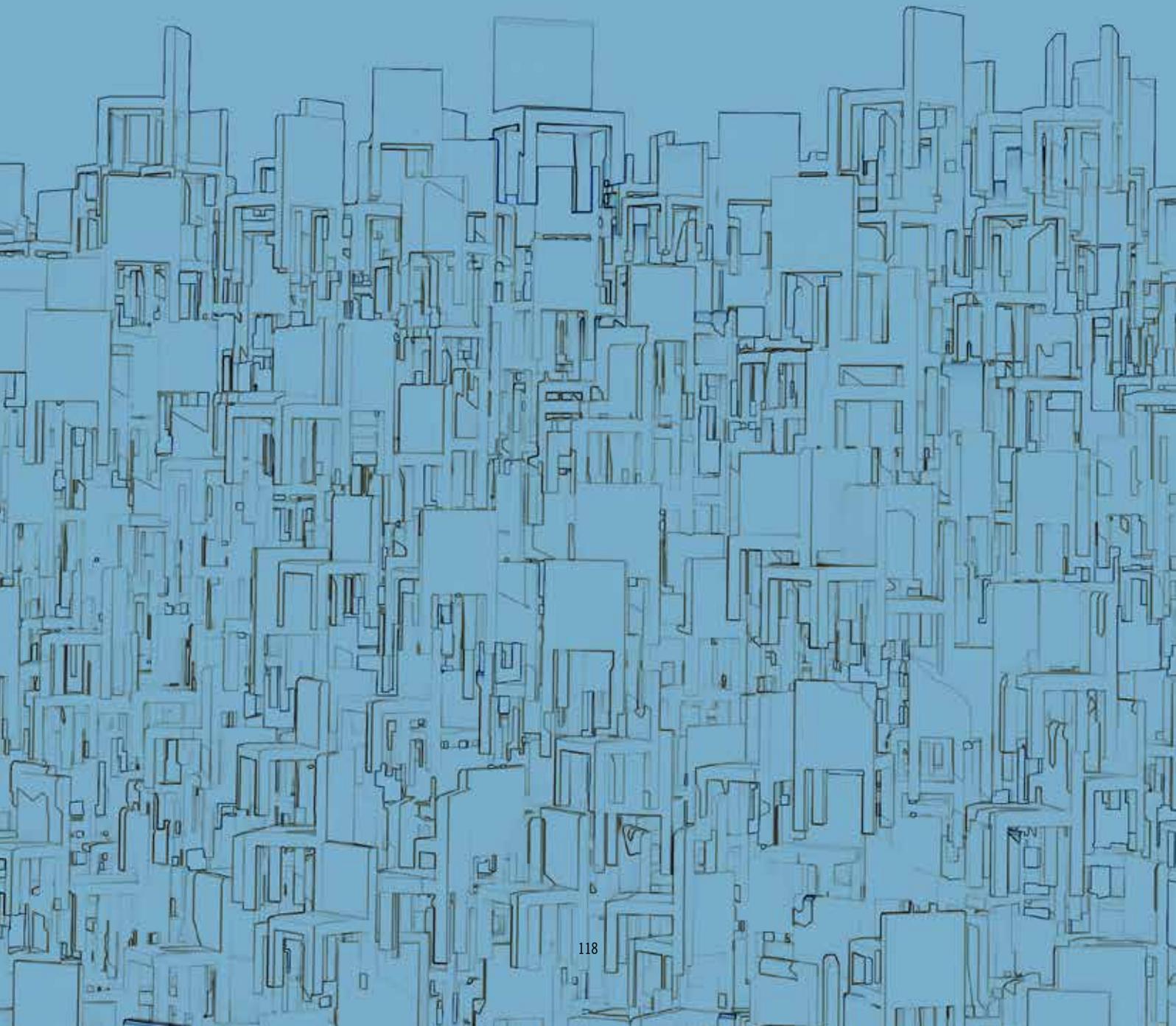
RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA | 2018



CONGRESSO NACIONAL

PARTE II

A

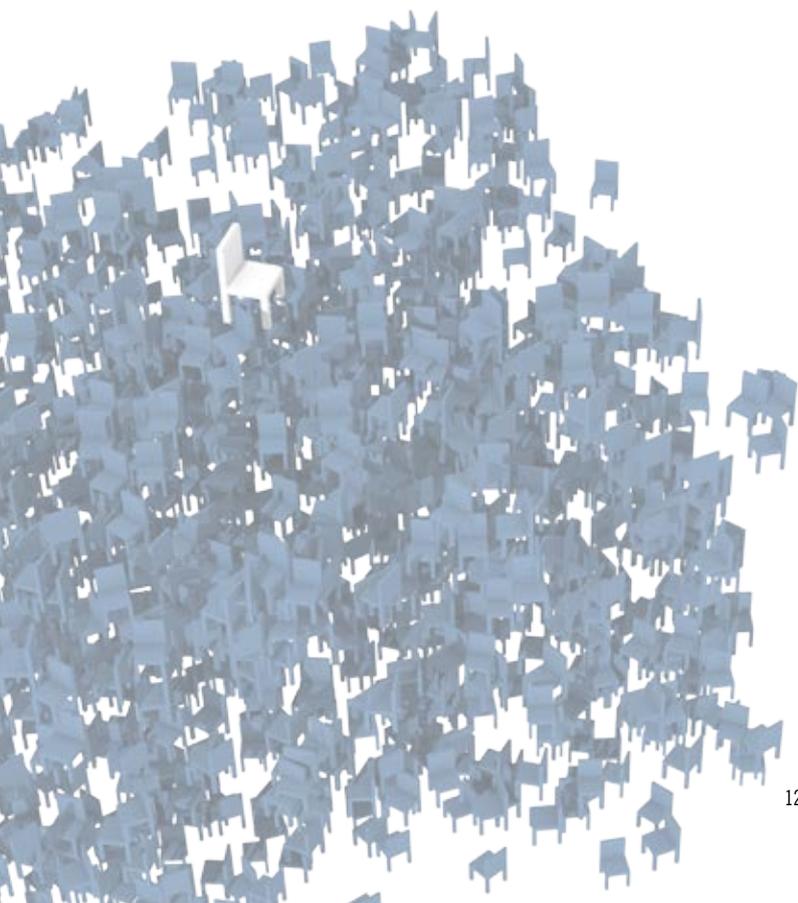


DIREÇÃO DOS TRABALHOS E LIDERANÇAS

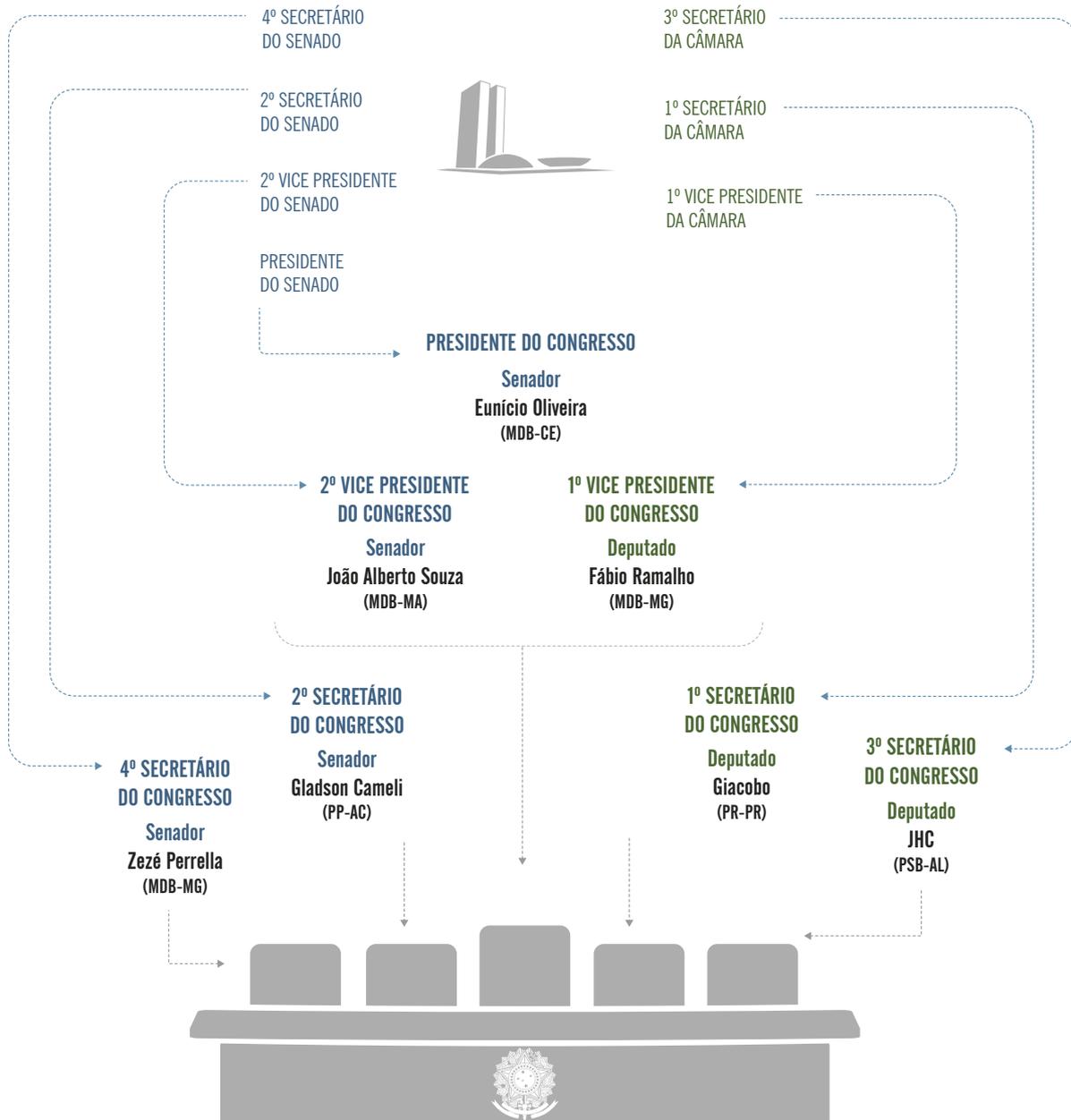
No Congresso Nacional, assim como no Senado Federal, a direção dos trabalhos legislativos é feita pela Mesa. Ela é composta pelo Presidente, por dois Vice-Presidentes e por quatro Secretários (RISF, art. 46, caput c/c RCCN, art. 151). As atribuições da Mesa do Congresso Nacional estão previstas nos artigos 48 a 58 do Regimento Interno do Senado Federal e subsidiariamente no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não há uma eleição específica para a escolha dos membros da Mesa do Congresso: a presidência é exercida pelo Presidente do Senado Federal e os demais cargos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (CF, art. 57, §5º).

A duração do mandato da Mesa do Congresso Nacional é de dois anos (RISF, art. 59, caput, primeira parte c/c RCCN, art. 151). Além da direção feita pela Mesa, o Congresso Nacional também possui lideranças, como ocorre no Senado (RCCN, art. 4º, §§1º a 5º).



A.1 Composição da Mesa



A.2 Lideranças do Congresso Nacional

Lideranças de governo

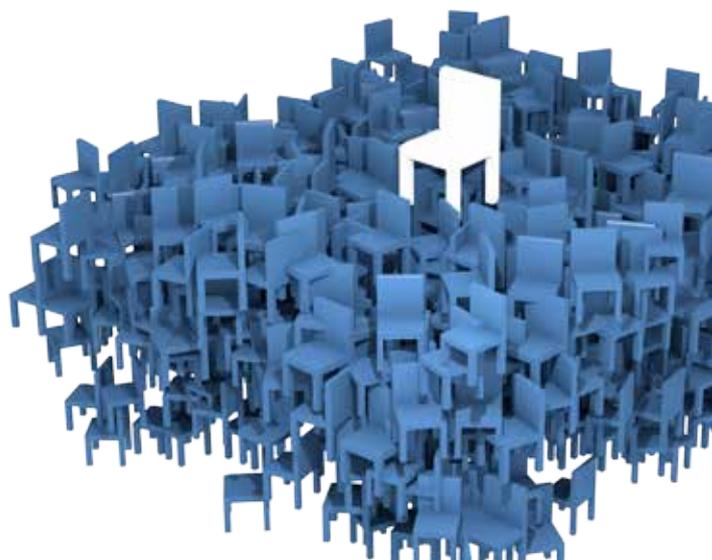
O Regimento Comum do Congresso Nacional prevê a indicação de um líder de governo, feita pelo Presidente da República. O líder, por sua vez, pode indicar até dez vice-líderes entre os integrantes das representações partidárias que apoiem o governo (RCCN, art. 4º, §§1º e 2º).

Bloco Parlamentar	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Governo	Líder	Dep. André Moura (PSC-SE)	-	Dep. André Moura (PSC-SE)
	1º Vice-Líder	Sen. Romero Jucá (MDB-RR)	-	Sen. Romero Jucá (MDB-RR)
	2º Vice-Líder	Dep. Aelton Freitas (PR-MG)	-	Dep. Aelton Freitas (PR-MG)
	3º Vice-Líder	Dep. Leonardo Quintão (MDB-MG)	-	Dep. Leonardo Quintão (MDB-MG)
	4º Vice-Líder	Dep. Benito Gama (PTB-BA)	-	Dep. Benito Gama (PTB-BA)
	5º Vice-Líder	Dep. José Rocha (PR-BA)	-	Dep. José Rocha (PR-BA)

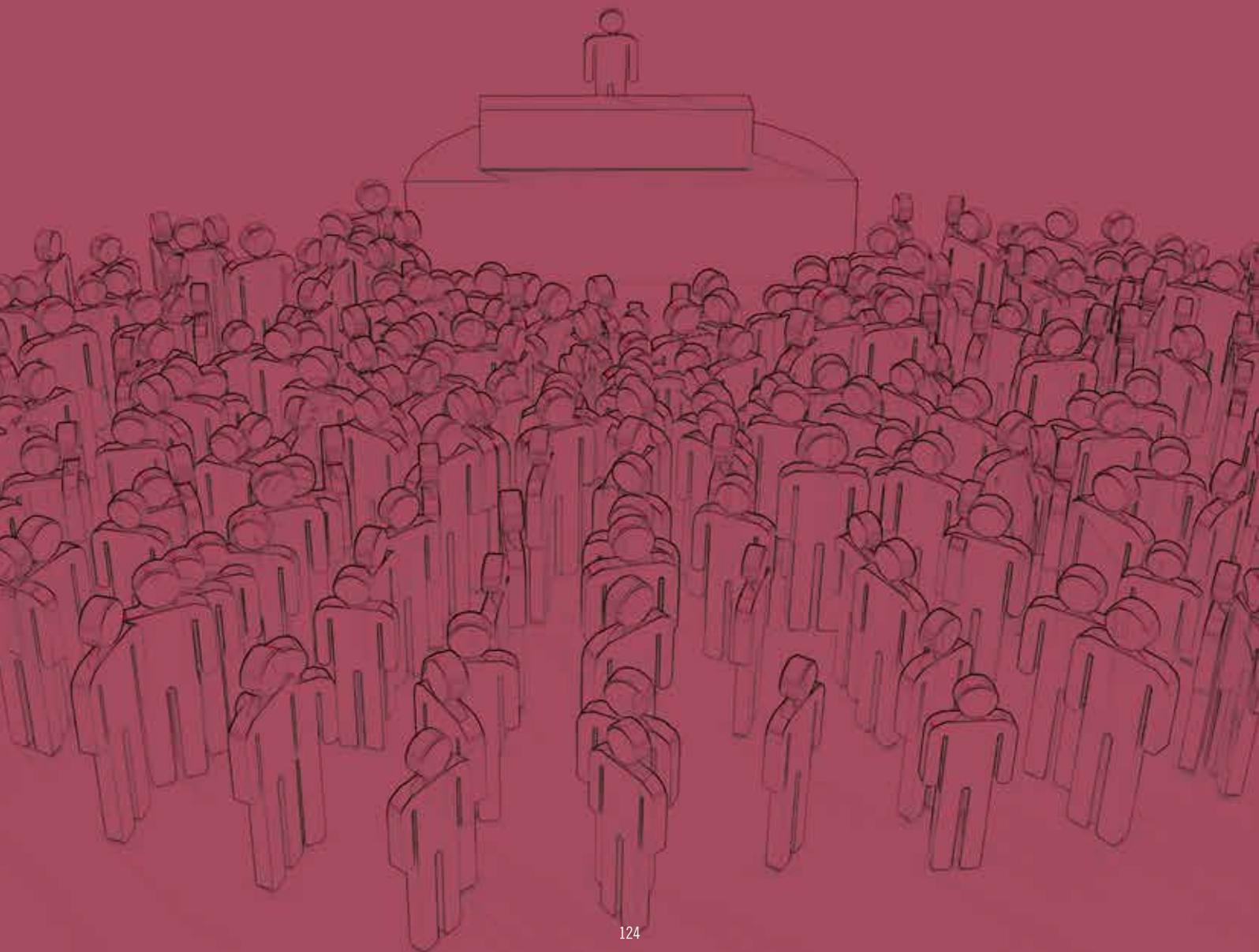
Lideranças da Minoria

O Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que a escolha do líder da Minoria no Congresso Nacional é anual e alternada entre senadores e deputados federais; este, por sua vez, pode indicar, entre seus liderados, cinco vice-líderes (RCCN, art. 4º, §§ 3º a 5º).

Bloco Parlamentar	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Minoria	Líder	Dep. Décio Lima (PT-SC)	-	Dep. Décio Lima (PT-SC)
	1º Vice-Líder	Sen. Paulo Rocha (PT-PA)	-	Sen. Paulo Rocha (PT-PA)
	2º Vice-Líder	Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	-	Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)
	3º Vice-Líder	Dep. Afonso Florence (PT-BA)	-	Dep. Afonso Florence (PT-BA)



B



SESSÕES PLENÁRIAS

Há algumas situações, previstas na Constituição Federal, em que os senadores se reúnem com os deputados em uma mesma sessão, sob a direção do presidente do Senado Federal. São as chamadas sessões conjuntas (RCC, art. 1º).

Nas sessões conjuntas solenes, o Congresso se reúne para inaugurar a Sessão Legislativa, dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, promulgar Emendas à Constituição e, ainda, homenagear Chefes de Estado estrangeiros e comemorar datas nacionais (RCCN, art. 1º, I a III e §§ 1º e 2º).

Nas sessões de caráter deliberativo, congressistas discutem e votam o orçamento (RCCN, art. 1º, V e CF, arts. 48, II e 166), analisam e deliberam sobre os vetos presidenciais (RCCN, art. 1º, VI e CF, art. 66, § 4º), entre outras situações.

SESSÕES CONJUNTAS

SOLENES



DE CARÁTER DELIBERATIVO



Conteúdo das Sessões Plenárias:



Relatório
Dinâmico

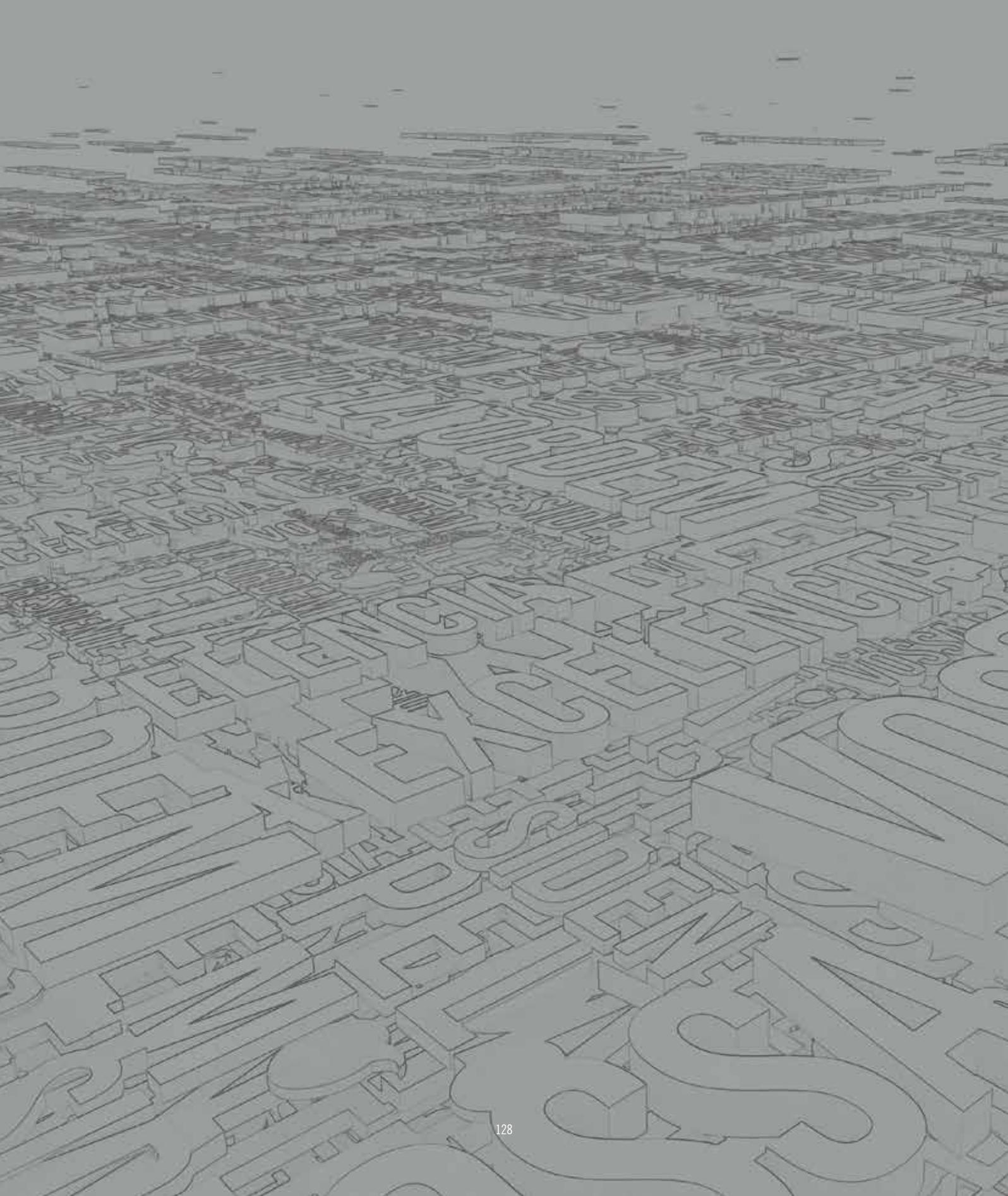
B.1 Sessões Conjuntas por tipo

TIPO DA SESSÃO	TOTAL
Solene	9
De caráter deliberativo	12
Total de Sessões Realizadas	21

B.2 Sessões Solenes por finalidade

DATA	FINALIDADE
05/02/2018	Inaugurar a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
07/03/2018	Comemorar o Dia Internacional da Mulher e realizar a entrega do Diploma Bertha Lutz às agraciadas em sua 17ª Premiação.
08/05/2018	Comemorar os 100 anos do Dia das Mães no Brasil.
21/05/2018	Comemorar o centenário da Academia Piauiense de Letras - APL.
03/07/2018	Homenagear o centenário de nascimento de Athos Bulcão.
15/10/2018	Comemorar os 30 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - Sindilegis.
06/11/2018	Comemorar os 30 anos da Constituição Cidadã.
08/11/2018	Comemorar os 65 anos de fundação da RecordTV.
12/12/2018	Homenagear a Bibliex - Biblioteca do Exército Brasileiro.

C



PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS EM PLENÁRIO

Nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, senadores e deputados podem deliberar sobre assuntos de sua competência, apresentar matérias legislativas e, eventualmente, assumir a presidência das sessões, caso o Presidente do Congresso Nacional não possa dirigir os trabalhos legislativos (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 46, §§1º e 4º).

Outra participação frequente e intrínseca à atividade de um congressista é o uso da palavra (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 14). Congressistas discutem matérias, encaminham votações e dão satisfação à população que eles representam.

9 Matérias
Legislativas
apresentadas*

139 Pareceres
lidos em
Plenário

1.036 Usos
da palavra

*Para saber a situação de cada uma dessas matérias, e outras, deve-se consultar a sessão F, parte II, deste Relatório.

C.1 Senadores

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA	
Senador(a)	Total
Cássio Cunha Lima	2
Eduardo Braga	1
Elmano Férrer	1
Eunício Oliveira	16
Hélio José	1
João Alberto Souza	4
Jorge Viana	1
José Maranhão	1
Raimundo Lira	1
Regina Sousa	1
Rose De Freitas	1
Simone Tebet	1
Vanessa Grazziotin	1
Waldemir Moka	1
Wellington Fagundes	1

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO		
Senador(a)	Requerimento	Parecer
Ana Amélia	0	1
Antonio Anastasia	0	1
Antonio Carlos Valadares	0	1
Dalirio Beber	0	3
Dário Berger	0	2
Eduardo Amorim	0	1
Fernando Bezerra Coelho	0	4
Flexa Ribeiro	0	1
Humberto Costa	0	1
Jorge Viana	0	1
José Agripino	0	1
José Medeiros	0	1
Lasier Martins	0	2
Paulo Bauer	1	0
Pedro Chaves	0	1
Romero Jucá	0	2
Rose de Freitas	0	1
Simone Tebet	0	1
Valdir Raupp	0	1
Waldemir Moka	0	24
Wellington Fagundes	0	1

USO DA PALAVRA					
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem
Acir Gurgacz	0	0	0	1	0
Ana Amélia	7	0	3	3	1
Antonio Anastasia	0	0	0	1	0
Antonio Carlos Valadares	0	0	0	1	0
Armando Monteiro	0	0	0	1	0
Benedito de Lira	0	0	0	2	0
Cidinho Santos	1	0	0	1	0
Cristovam Buarque	1	0	0	0	0
Dário Berger	1	0	0	1	0
Eduardo Amorim	1	0	0	0	0
Eduardo Lopes	1	0	0	1	0
Fátima Bezerra	2	0	1	1	0
Flexa Ribeiro	0	1	1	2	0
Gleisi Hoffmann	1	0	0	0	0
Guaracy Silveira	1	0	0	0	0
Hélio José	5	1	1	2	0
Humberto Costa	1	0	1	1	0
João Capiberibe	0	0	0	1	0
Jorge Viana	1	0	0	0	0
José Medeiros	4	0	6	0	0
José Pimentel	0	0	2	0	0
José Serra	2	0	1	0	1
Lasier Martins	1	0	0	0	0
Lídice da Mata	1	0	0	3	0

USO DA PALAVRA					
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem
Lindbergh Farias	0	0	0	1	0
Lúcia Vânia	2	0	0	0	0
Marta Suplicy	2	0	0	1	1
Paulo Bauer	0	0	0	3	0
Paulo Paim	4	0	0	0	0
Paulo Rocha	0	0	1	1	0
Pedro Chaves	1	0	0	1	0
Randolfe Rodrigues	0	0	1	2	0
Regina Sousa	2	0	0	0	0
Roberto Rocha	1	0	0	0	0
Ronaldo Caiado	0	0	1	2	0
Rose de Freitas	1	0	0	0	0
Simone Tebet	2	0	0	1	0
Tasso Jereissati	0	0	0	0	1
Telmário Mota	1	0	1	0	0
Valdir Raupp	1	0	0	0	0
Vanessa Grazziotin	3	0	1	7	0
Waldemir Moka	0	0	1	2	0
Wellington Fagundes	1	0	0	0	0

C.2 Deputados

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA	
Deputado(a)	Total
Andre Moura	1
Fábio Ramalho	7
JHC	1

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO		
Deputado(a)	Requerimento	Parecer
Alfredo Kaefer	0	1
Aluisio Mendes	0	1
André Moura	0	10
Arnaldo Jardim	0	1
Aureo	0	1
Bruna Furlan	0	1
Cabo Sabino	0	1
Cacá Leão	0	3
Cleber Verde	0	2
Covatti Filho	0	3
Dagoberto Nogueira	0	1
Delegado Edson Moreira	0	1
Efraim Filho	0	2
Enio Verri	0	1
Eros Biondini	1	0
Fausto Pinato	0	1
Geraldo Resende	0	4
Gilberto Nascimento	0	1

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO		
Deputado(a)	Requerimento	Parecer
Hiran Gonçalves	0	2
Ivan Valente	1	0
Izalci Lucas	0	15
Jhonatan de Jesus	0	1
José Priante	0	1
Júlio Cesar	0	4
Julio Lopes	0	1
Junior Marreca	0	1
Laura Carneiro	0	1
Leandre	0	2
Lúcio Vale	0	1
Mariana Carvalho	0	1
Mário Negromonte Jr.	0	2
Mendonça Filho	0	1
Nilson Leitão	1	0
Odorico Monteiro	0	1
Orlando Silva	1	0
Osmar Terra	0	1
Otávio Leite	0	1
Paulo Pimenta	3	0
Pedro Fernandes	0	1
Rodrigo Garcia	1	0
Rogério Marinho	0	1
Simone Morgado	0	1
Subtenente Gonzaga	0	1
Thiago Peixoto	0	1
Vicentinho Júnior	0	10
Vinicius Carvalho	0	1
Wellington Roberto	0	1

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Adelmo Carneiro Leão	0	0	0	1	0	0	0
Afonso Florence	6	0	1	8	0	2	3
Afonso Hamm	2	0	0	1	0	0	0
Afonso Motta	1	0	1	4	0	0	0
Alberto Fraga	1	0	0	1	0	0	0
Alceu Moreira	1	1	1	0	0	0	0
Alessandro Molon	0	0	0	2	0	0	0
Alex Canziani	0	1	0	0	0	0	0
Alex Manente	0	0	0	5	0	0	0
Alfredo Kaefer	1	0	0	0	0	0	0
Alice Portugal	3	3	1	6	0	4	1
Aliel Machado	4	0	0	1	0	0	0
André Figueiredo	1	1	0	3	0	0	0
Andre Moura	0	3	1	11	0	0	0
Antonio Brito	1	0	0	0	0	0	0
Arnaldo Faria de Sá	2	0	1	1	0	0	0
Arnaldo Jordy	2	0	0	0	0	0	0
Arthur Lira	0	0	0	2	0	0	1
Assis do Couto	2	0	0	0	0	0	0
Bacelar	0	0	1	0	0	0	0
Baleia Rossi	1	0	0	2	0	0	0
Bebeto	2	0	0	5	0	1	0
Benedita da Silva	2	0	0	0	0	0	0
Benito Gama	2	0	0	2	0	0	0
Betinho Gomes	2	0	0	2	0	0	0
Beto Mansur	2	0	0	3	0	0	0
Bohn Gass	11	0	9	12	0	0	5
Cabo Daciolo	0	1	0	0	0	0	0
Cabo Sabino	1	0	1	1	0	0	0
Cacá Leão	1	0	0	0	0	2	0
Caetano	2	0	0	3	0	0	1
Caio Narcio	1	0	0	0	0	0	0
Capitão Augusto	1	0	0	0	0	0	0
Carlos Manato	2	0	0	0	0	1	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Carlos Zarattini	6	0	0	2	0	0	0
Carmen Zanotto	3	0	1	9	0	1	0
Celso Pansera	1	0	2	1	0	0	0
Celso Russomanno	1	0	0	1	0	0	0
César Messias	0	0	0	1	0	0	0
Chico Alencar	4	3	2	10	0	3	0
Chico Lopes	1	0	0	0	0	0	0
Christiane de Souza Yared	1	0	0	1	0	0	0
Claudio Cajado	4	1	0	1	0	2	0
Cleber Verde	1	0	1	1	0	1	0
Conceição Sampaio	1	0	0	0	0	0	0
Covatti Filho	0	0	0	1	0	0	0
Cristiane Brasil	0	1	0	0	0	0	0
Dagoberto Nogueira	0	0	0	1	0	1	0
Daniel Almeida	2	0	0	3	0	0	0
Daniel Coelho	0	0	0	3	0	0	0
Danilo Cabral	2	0	0	0	0	0	0
Danilo Forte	5	0	2	2	0	2	0
Darcísio Perondi	3	1	0	1	0	2	0
Davidson Magalhães	1	0	0	1	0	0	0
Décio Lima	1	3	0	8	0	0	3
Delegado Edson Moreira	4	0	4	5	0	0	0
Delegado Waldir	0	0	1	0	0	2	0
Deoclides Macedo	0	0	0	1	0	0	0
Diego Andrade	0	0	0	1	0	0	0
Diego Garcia	1	0	0	0	0	0	0
Domingos Neto	0	1	0	1	0	0	0
Domingos Sávio	6	0	5	2	0	0	1
Edio Lopes	1	0	0	0	0	0	0
Edmar Arruda	0	1	0	3	0	1	0
Edmilson Rodrigues	9	0	4	9	0	0	0
Eduardo Bolsonaro	0	0	0	1	0	0	0
Eduardo Cury	0	0	0	0	0	1	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Efraim Filho	1	0	0	2	0	0	0
Eliziane Gama	3	1	0	0	0	0	0
Enio Verri	0	0	0	1	0	0	0
Erika Kokay	11	0	6	13	0	2	1
Eron Bezerra	1	0	1	0	0	0	0
Eros Biondini	0	0	0	2	0	0	0
Esperidião Amin	2	0	3	1	1	1	0
Evair Vieira de Melo	1	0	0	2	0	0	0
Evandro Gussi	0	0	0	0	0	0	1
Evandro Roman	1	0	0	0	0	0	0
Fábio Ramalho	4	0	0	1	0	0	0
Fábio Sousa	1	0	1	0	0	0	0
Fábio Trad	2	0	0	1	0	0	0
Fausto Pinato	1	0	0	0	0	0	0
Felipe Bornier	0	1	0	1	0	0	0
Felipe Souza	1	0	0	0	0	1	0
Floriano Pesaro	1	0	0	0	0	0	0
Gabriel Guimarães	1	0	0	0	0	0	0
Geraldo Resende	0	0	1	0	0	0	0
Gilberto Nascimento	1	1	0	9	0	0	0
Givaldo Carimbão	1	0	0	0	0	0	0
Givaldo Vieira	3	0	0	2	0	0	1
Glauber Braga	5	0	0	3	0	1	0
Gonzaga Patriota	2	0	0	2	0	0	0
Heitor Schuch	2	0	0	1	0	0	0
Henrique Fontana	2	0	2	0	0	0	1
Heráclito Fortes	2	0	0	0	0	0	0
Herculano Passos	1	0	0	0	0	0	0
Hildo Rocha	4	0	8	1	0	2	0
Hugo Leal	1	0	0	1	0	0	0
Hugo Motta	1	0	0	0	0	0	0
Iracema Portella	1	0	0	0	0	0	0
Ivan Valente	9	2	1	6	0	2	1
Jandira Feghali	1	0	0	4	0	1	1

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Janete Capiberibe	3	0	2	1	0	0	0
Jean Wyllys	1	0	0	0	0	0	0
Jhc	2	0	0	0	0	0	0
Jhonatan de Jesus	0	0	0	1	0	0	0
João Campos	0	0	0	1	0	0	0
João Daniel	4	0	1	0	0	0	0
João Marcelo Souza	1	0	0	0	0	0	0
João Paulo Kleinübing	4	0	1	3	0	0	1
Joaquim Passarinho	1	0	0	2	0	1	0
Jô Moraes	1	0	0	2	0	0	0
Jorge Solla	3	0	1	1	0	0	0
Jorginho Mello	1	0	1	2	0	0	0
José Airton Cirilo	1	0	0	0	0	0	0
José Carlos Aleluia	0	1	0	0	0	1	1
José Guimarães	1	0	0	1	0	0	0
José Priante	1	0	0	1	0	0	0
José Rocha	1	1	0	3	0	0	2
Josué Bengtson	1	0	0	1	0	0	0
Júlio Cesar	7	1	0	1	0	0	0
Júlio Delgado	2	1	0	3	0	0	1
Junior Marreca	1	0	0	0	0	1	0
Kaio Maniçoba	0	0	0	1	0	0	0
Keiko Ota	1	0	0	1	0	0	0
Laercio Oliveira	0	0	0	0	0	1	0
Laerte Bessa	0	0	0	1	0	0	0
Laura Carneiro	1	0	0	1	0	1	0
Leandre	1	0	0	2	0	0	0
Leo de Brito	2	0	2	0	0	0	1
Leonardo Monteiro	1	0	0	0	0	0	0
Leônidas Cristino	0	0	0	1	0	0	0
Lincoln Portela	1	0	0	0	0	0	0
Lobbe Neto	0	0	0	1	0	0	0
Lucas Vergilio	0	0	0	1	0	0	1



USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Luciana Santos	1	0	0	0	0	0	0
Luis Carlos Heinze	1	0	0	0	0	0	0
Luiza Erundina	1	0	1	0	0	0	0
Luiz Carlos Hauly	8	0	4	1	0	0	1
Luiz Couto	0	0	0	0	0	1	0
Luiz Sérgio	4	0	2	0	0	0	0
Major Olimpio	1	0	0	5	0	0	0
Mandetta	0	0	0	1	0	0	0
Marcelo Delaroli	0	0	0	1	0	0	0
Márcio Marinho	1	0	0	0	0	0	0
Marcon	3	0	0	0	0	0	0
Marcondes Gadelha	1	0	1	3	0	1	0
Marcos Montes	0	0	0	2	0	0	0
Marcus Pestana	3	0	1	0	0	1	0
Maria do Rosário	3	1	1	4	0	1	0
Marinha Raupp	0	0	0	1	0	0	0
Mário Negromonte Jr.	1	0	0	0	0	0	0
Mauro Pereira	1	0	1	8	0	0	0
Miro Teixeira	0	0	0	9	0	2	0
Nelson Marquezelli	0	0	0	1	0	0	0
Nelson Pellegrino	3	0	1	9	0	1	0
Nilson Leitão	2	1	2	4	0	1	0
Nilto Tatto	1	0	0	0	0	0	0
Odorico Monteiro	7	0	0	1	0	0	0
Orlando Silva	2	2	1	1	0	1	4
Osmar Terra	0	0	0	1	0	0	0
Osvaldo Mafra	0	0	0	2	0	0	0
Padre João	1	0	0	0	0	0	0
Paes Landim	3	0	0	0	0	1	0
Pastor Eurico	0	0	0	1	0	0	0
Patrus Ananias	0	1	0	0	0	0	0
Pauderney Avelino	2	0	1	2	0	2	2
Paulão	0	0	0	1	0	0	0
Paulo Pimenta	0	1	0	4	0	0	1

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Paulo Teixeira	0	1	0	0	0	1	0
Pedro Cunha Lima	1	0	0	0	0	0	0
Pedro Paulo	0	0	0	1	0	0	0
Pepe Vargas	1	0	0	0	0	0	0
Pollyana Gama	0	0	0	1	0	0	0
Pompeo de Mattos	2	0	2	7	0	0	0
Pr. Marco Feliciano	0	0	0	0	0	1	0
Raimundo Gomes de Matos	2	0	1	0	0	0	0
Ricardo Barros	1	0	0	0	0	0	0
Roberto Alves	0	0	0	1	0	0	0
Roberto de Lucena	1	0	0	0	0	0	0
Rocha	1	0	1	0	0	0	0
Rodrigo de Castro	1	0	0	3	0	0	0
Rodrigo Garcia	0	0	0	1	0	0	0
Rodrigo Maia	1	0	0	0	0	0	0
Rogério Marinho	0	0	0	1	0	0	0
Ronaldo Benedet	0	0	0	1	0	0	0
Ronaldo Lessa	0	0	0	1	0	0	0
Ronaldo Nogueira	0	0	0	1	0	0	0
Rosângela Gomes	0	0	0	1	0	0	0
Rubens Pereira Júnior	0	0	0	0	0	0	1
Ságuas Moraes	1	0	0	0	0	0	1
Sandro Alex	1	0	0	0	0	0	0
Sergio Zveiter	1	0	0	0	0	0	0
Shéridan	1	0	0	0	0	0	0
Sibá Machado	2	0	0	0	0	0	0
Silas Câmara	0	1	0	2	0	0	0
Silas Freire	0	0	0	2	0	0	0
Silvio Costa	2	0	0	1	0	0	2
Simão Sessim	4	0	0	9	0	0	0
Soraya Santos	3	0	1	1	0	0	0
Sóstenes Cavalcante	1	0	1	2	0	0	0
Subtenente Gonzaga	0	0	0	2	0	0	0
Tadeu Alencar	0	0	0	1	0	0	0



USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Comunicação Inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem
Tereza Cristina	0	0	0	1	0	0	0
Uldurico Junior	0	0	0	1	0	0	0
Valdir Colatto	2	0	0	2	0	0	0
Valmir Assunção	2	0	0	0	0	0	0
Valtenir Pereira	0	0	1	0	0	0	0
Vanderlei Macris	2	0	0	1	0	1	0
Vicentinho	0	0	0	0	0	1	0
Vicentinho Júnior	0	0	0	1	0	0	0
Victor Mendes	1	0	0	0	0	0	0
Vinicius Carvalho	1	1	0	0	0	0	0
Vitor Lippi	1	0	0	0	0	0	0
Wadiah Damous	2	1	4	0	0	0	0
Walney Rocha	0	0	0	1	0	0	0
Washington Coração Valente	0	0	0	0	0	1	0
Weliton Prado	2	0	1	2	0	1	0
Weverton Rocha	2	0	1	0	0	0	0
Wilson Filho	1	0	0	0	0	0	0
Yeda Crusius	1	0	0	0	0	0	0
Zé Carlos	0	1	0	0	0	0	0
Zé Geraldo	3	0	1	1	0	2	0
Zé Silva	0	0	0	6	0	0	0

Conteúdo da participação dos
Congressistas:



Relatório
Dinâmico

D



COMISSÕES MISTAS

No Congresso Nacional, assim como no Senado Federal, os parlamentares se reúnem em comissões para discutir e aprimorar ideias legislativas. São as comissões mistas, assim chamadas por serem compostas por deputados e senadores (RCCN, art. 9º ao 21 e resoluções específicas).

As comissões mistas podem ser permanentes ou temporárias (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 71). As permanentes, como o próprio nome explicita, não têm prazo de encerramento. As temporárias são criadas para examinar uma matéria determinada e se encerram quando seu objetivo é atingido ou quando o prazo estabelecido para seu funcionamento expira (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 76).

Em regra, uma comissão mista é formada por 11 deputados e 11 senadores (RCCN, art. 10), mas as resoluções de criação de cada comissão podem prever diferentes composições. Cada comissão mista também possui um presidente eleito, a quem compete designar o relator da matéria em exame (RCCN, art. 10, § 3º).

NESTE ANO,

4

COMISSÕES MISTAS
PERMANENTES

REALIZARAM

33

REUNIÕES

19

AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS*

RELATARAM

79

PARECERES

*Nesta e nas próximas páginas, o número de audiências públicas está contido no de reuniões.

D.1 Comissões Mistas Permanentes

Também denominadas comissões temáticas, são perenes. Entre elas, a Comissão Mista de Orçamento tem expressa previsão constitucional (CF, art. 166, 1º).

CMO

Comissão Mista de Planos, Orçamentos
Públicos e Fiscalização

Atribuições específicas: RCN 1/2006

Quantidade de membros: Senadores - **11** titulares e **11** suplentes
Deputados - **31** titulares e **31** suplentes

Reuniões:

14

Ordinárias

Dentre essas →

8

Audiências públicas:

Pareceres proferidos:

79

Terminativos

CMMC

Comissão Mista Permanente sobre
Mudanças Climáticas

Atribuições específicas: RCN 4/2008

Quantidade de membros: Senadores - **12** titulares e **12** suplentes
Deputados - **12** titulares e **12** suplentes

Reuniões:

12

Ordinárias

Dentre essas →

7

Audiências públicas:

CCAI

Comissão Mista de Controle das
Atividades de Inteligência

Atribuições específicas: RCN 2/2013

Quantidade de membros: Senadores - **6** titulares
Deputados - **6** titulares

Reunião:

1

Ordinária

CMCVM

Comissão Permanente Mista de Combate
à Violência contra a Mulher

Atribuições específicas: RCN 1/2014

Quantidade de membros: Senadores - **12** titulares e **12** suplentes
Deputados - **12** titulares e **12** suplentes

Reuniões:

6

Ordinárias

Dentre
essas

4

Audiências públicas:

AGUARDANDO DESIGNAÇÃO/INSTALAÇÃO

PREVISTAS (AGUARDANDO DESIGNAÇÃO/INSTALAÇÃO)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
FIPA	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas	RCN 2/2007
CMCPLP	Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	RCN 2/2014
CMCF	Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal	ATN 1/2017

D.2 Comissões Mistas Temporárias

Criadas para examinar matéria específica, se extinguem quando seu objetivo é atingido ou por decurso de prazo. São temporárias as Comissões Especiais, as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CF, art. 58, § 3º), as Comissões Representativas do Congresso Nacional (CF, art. 58, § 4º) e as Comissões Mistas de Medidas Provisórias (CF, art. 62, § 9º).

A constituição também prevê a possibilidade de criação de comissão para análise de leis delegadas (CF, art. 68 e RCCN, art. 124).

D.2.1 - Comissões Especiais

Criadas por iniciativa de qualquer parlamentar mediante requerimento. Suas regras de funcionamento foram definidas pela Presidência do Congresso Nacional na sessão conjunta de 11/12/1991 (DCN de 12/12/1991, p. 4505).

Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir*

Atribuições específicas:
RQN 2/2017

Quantidade de membros: Senadores - **12** titulares e **12** suplentes
Deputados - **12** titulares e **12** suplentes

Reunião:

1

Ordinária

*Concluída

D.2.2 - Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

Comissões de natureza investigatória criadas mediante requerimento de um terço tanto dos senadores quanto dos deputados para a apuração de um fato determinado, por prazo previamente estabelecido (CF, art. 58, §3º). Sua composição deve ser paritária; ou seja, com um mesmo número de deputados e de senadores (RCCN, art. 21, parágrafo único).

D.2.3 - Comissão Representativa do Congresso Nacional

Designada para atuar durante o recesso parlamentar. É composta por senadores e deputados, eleitos pelas respectivas Casas na última sessão ordinária de cada período legislativo (CF, art. 58, §4º e RCN 3/1990 c/c RCCN, art. 10-A).

CRCN

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Atribuições específicas: RCN 3/1990

Quantidade de membros: Senadores - **8** titulares e **8** suplentes
Deputados - **17** titulares e **17** suplentes

Não foram realizadas reuniões da comissão neste ano.

D.2.4 - Comissões Mistas de Medida Provisória

Criadas para examinar e emitir parecer sobre medidas provisórias, antes da apreciação no plenário de cada uma das Casas (CF, art. 62, § 9º). São compostas por treze senadores e treze deputados e igual número de suplentes (RCN 1/2002, art. 2º, § 2º c/c RCCN, art. 10-A).

Comissões Mistas de Medida Provisória

Atribuições : RCN 1/2002

Número de Comissões:

59

Estatísticas:

3833

Emendas
Recebidas

39

Medidas Provisórias
receberam parecer

Reuniões:

131

Reuniões

Dentre
essas

Audiências
Públicas:

31

64,9

Média de
Emendas por
Comissão

2,2

Média de
Reuniões por
Comissão

Mapas de reuniões
das Comissões Mistas:



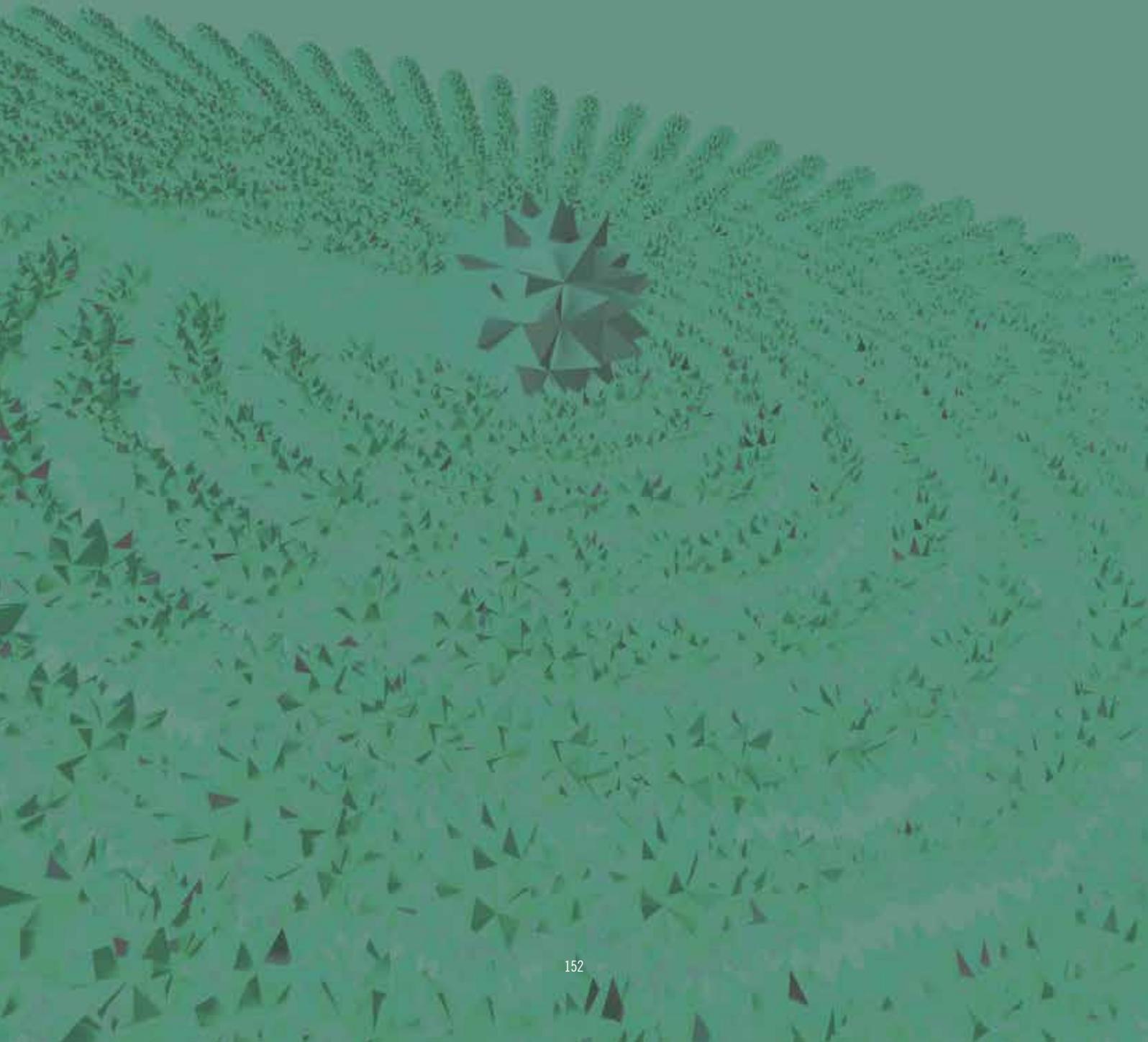
Relatório
Dinâmico

Composições inicial e final
das Comissões Mistas:



Relatório
Dinâmico

E



ÓRGÃOS

O Congresso Nacional possui conselhos e órgãos para auxílio na execução de suas competências constitucionais e legais. Eles podem ser órgãos de caráter representativo, consultivo ou de premiação.

ÓRGÃOS DE CARÁTER REPRESENTATIVO

São criados com o objetivo de representar o Congresso Nacional em órgãos ou eventos nacionais e internacionais, como é o caso da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

ÓRGÃOS DE CARÁTER CONSULTIVO

Têm a finalidade de auxiliar, quando consultados, na elaboração de estudos, pareceres e propostas legislativas. É o caso do Conselho de Comunicação Social, que tem a função de elaborar estudos, pareceres e outras solicitações do Congresso sobre temas de comunicação e mídia.

ÓRGÃOS DE PREMIAÇÃO

Premiam pessoas ou empresas que tenham contribuições relevantes em áreas como educação e cidadania, por exemplo. É o caso do Conselho da Ordem do Congresso Nacional e, ainda, do Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro.

E.1 Órgão de Caráter Representativo

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - RBPMER

RCN 1/2011 e 2/2015

Órgão composto por deputados e senadores que representam o Brasil no Parlamento do Mercosul.

E.2 Órgão de Caráter Consultivo

Conselho de Comunicação Social - CCS

CF, art. 224 e Lei
8389/91

Sua função é elaborar estudos, pareceres e outras solicitações encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito de temas de comunicação social. Compõe-se de representantes das empresas de mídia, jornalistas e outros profissionais de comunicação, que se reúnem em comissões de trabalho temáticas.

E.3 Órgãos de Premiação

Conselho da Ordem do Congresso Nacional - COCN*

Decreto 70/1972

Premiação de reconhecimento do Poder Legislativo a pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras. Participam, como Grão-Mestre, o Presidente do Senado Federal, e como Chanceler, o presidente da Câmara dos Deputados.

* Não foi realizada reunião desse órgão.

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro - DMEDR*

RCN 2/1999

Premia pessoas ou instituições com contribuições relevantes para a educação brasileira.

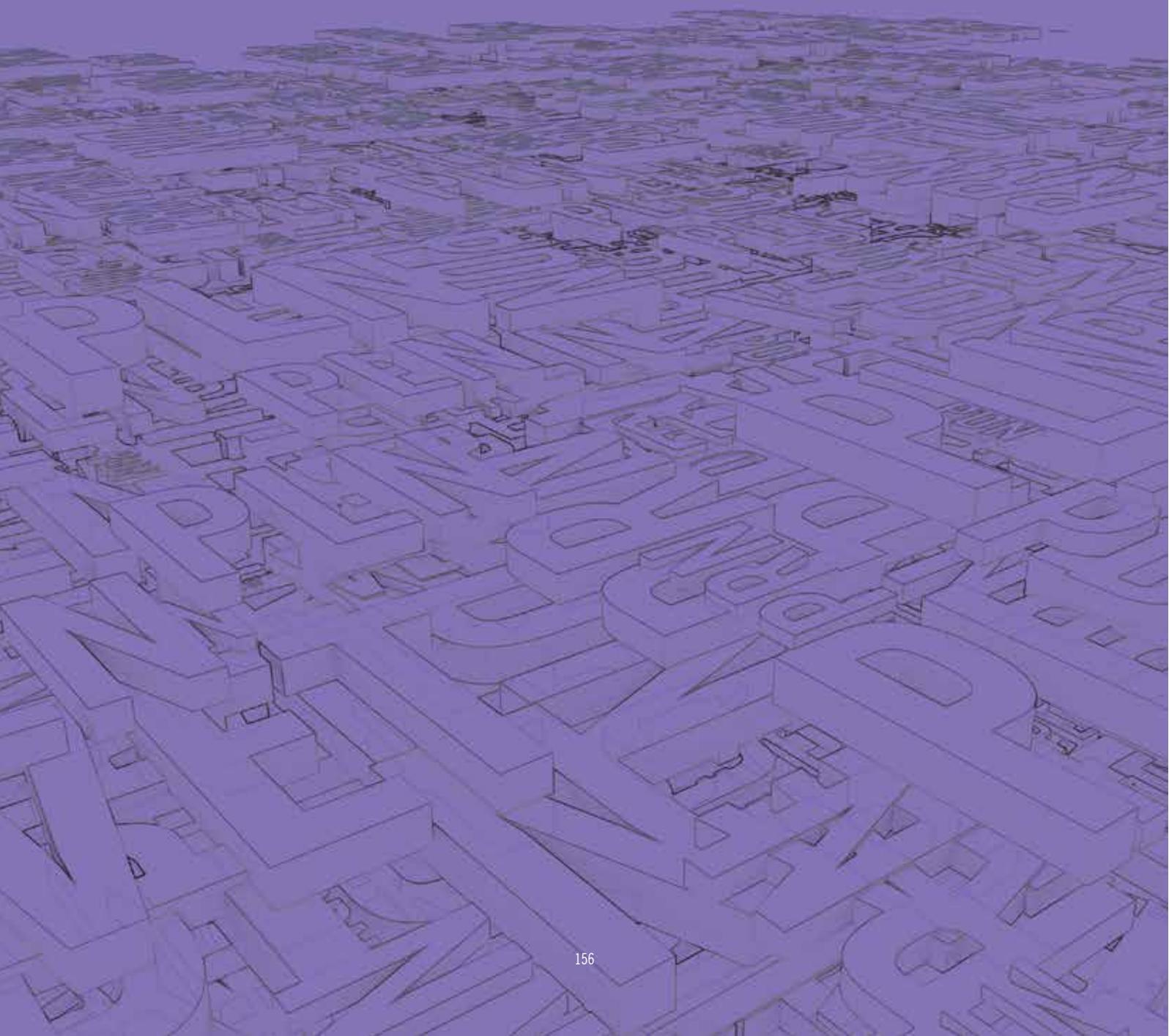
* Não foi realizada reunião desse órgão.

Composições inicial e final, mapas de reuniões e outras informações dos Órgãos:



Arquivo
PDF

F

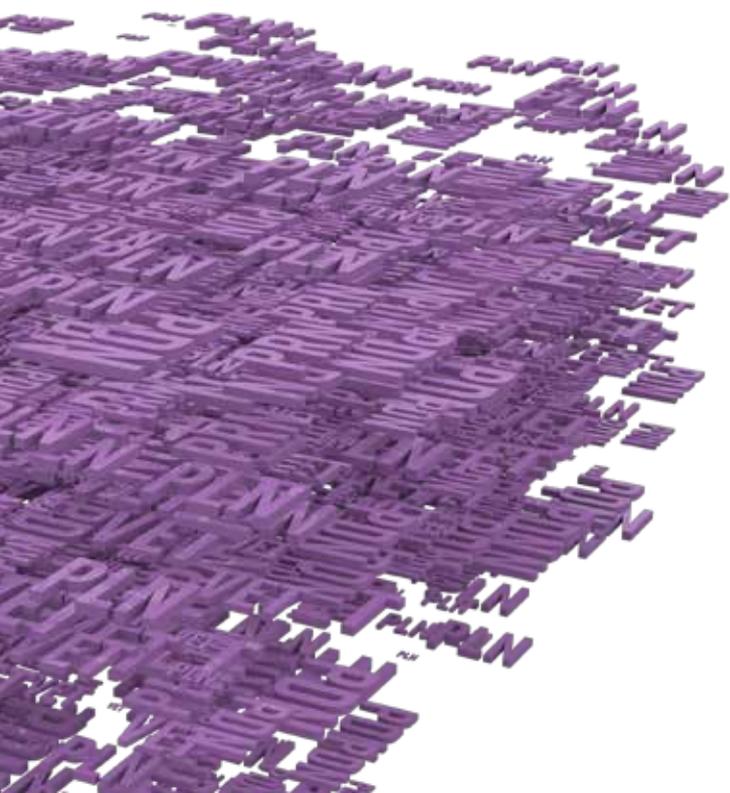


MATÉRIAS LEGISLATIVAS

Em regra, as matérias legislativas passam pelo crivo dos senadores e dos deputados separadamente, em diferentes momentos do processo legislativo. Há, entretanto, algumas situações em que a apreciação deve ser conjunta.

No caso da análise de vetos presidenciais, senadores e deputados se reúnem em sessão conjunta e em uma comissão mista. O mesmo acontece com a discussão e deliberação de matéria orçamentária (RCCN, art. 1º, V e VI). Também as medidas provisórias, antes de serem votadas separadamente em cada uma das Casas, são discutidas em uma comissão mista do Congresso Nacional (CF, art. 62, § 9º e RCN 1/2002). O Congresso também aprecia em conjunto seus Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução.

Além das matérias legislativas acima, há ainda as que não geram normas jurídicas, mas são partes essenciais do processo legislativo e fundamentam a atividade parlamentar. Estão nesse grupo os Vetos, Avisos, Mensagens, Ofícios, Requerimentos e Pareceres.



QUADRO GERAL DE MATÉRIAS

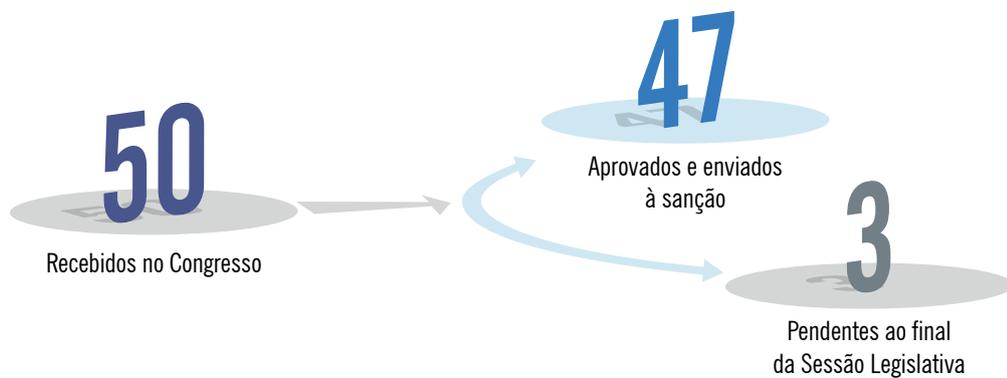
	PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	VETO
APROVADOS PELO PLENÁRIO	47	0
MANTIDOS OU MANTIDOS PARCIALMENTE	0	37
REJEITADOS PELO PLENÁRIO	0	4
PREJUDICADOS	0	3
TOTAL	47	44

F.1

Projetos e Medidas Provisórias

Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN)

Tratam de matérias orçamentárias, como plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais. Este tipo de proposição é de iniciativa do Presidente da República e deve ser examinado pela Comissão Mista de Orçamento. Após parecer da comissão, o projeto é votado em sessão conjunta do Congresso Nacional (CF, art. 166, caput e § 1º c/c RCCN, art. 102).



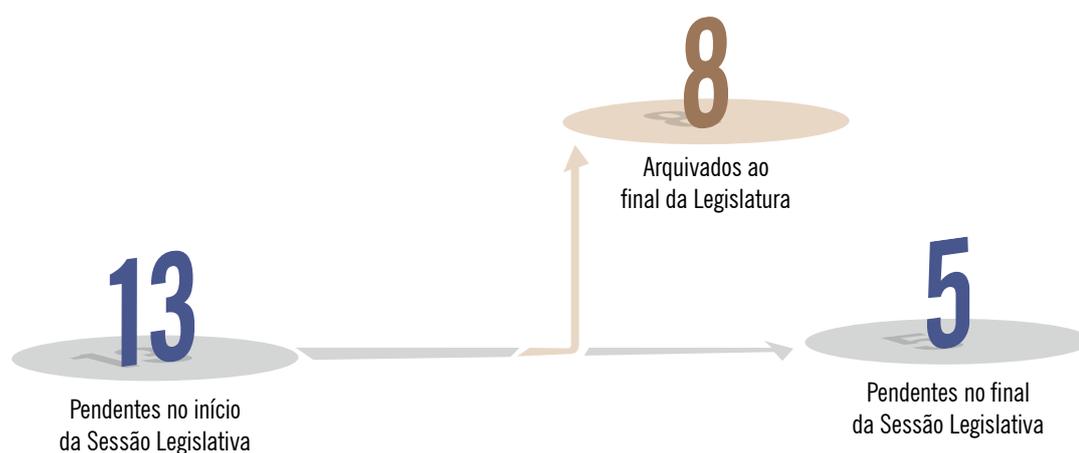
Projetos de Decreto Legislativo (PDN)

Projetos de atos legislativos de competência do Congresso Nacional. São apresentados após conclusão de relatório de fiscalização de obras e serviços. Podem determinar a continuidade ou a suspensão da execução orçamentária para uma obra ou serviço público (RCN 1/2006, arts. 124, I e 125).



Projetos de Resolução do Congresso Nacional (PRN)

Proposições legislativas sobre assuntos de competência privativa do Congresso Nacional, como alterações no Regimento Comum e em resoluções conexas (RCCN, art. 128).



Medidas Provisórias (MPV)

Atos normativos com força de lei editados em casos de relevância e urgência pelo Presidente da República (CF, art. 62, caput). São discutidas em comissão mista e depois votadas separadamente em cada uma das Casas.

Neste item do Relatório, o leitor pode visualizar as Medidas Provisórias editadas antes da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Tais matérias devem permanecer em vigor, com força de lei, enquanto não forem deliberadas em definitivo pelo Congresso Nacional ou revogadas por lei posterior. Vale destacar que tais matérias devem seguir o rito de deliberação vigente à época de sua edição, isto é, em sessão conjunta do Congresso Nacional. As demais Medidas Provisórias estão detalhadas na Seção H da parte I deste Relatório (Senado Federal).

MPVs anteriores à EMC 32/2001



F.2 Vetos e demais Matérias Legislativas

Vetos (VET)

Rejeição, total ou parcial, do Presidente da República a um projeto de lei aprovado pelo Legislativo Federal, por considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público (CF, art. 66, §1º). O veto é encaminhado ao Congresso Nacional e submetido a deliberação em sessão conjunta (CF, art. 66, § 4º).

Pendentes no início da Sessão Legislativa	220
Recebidos no Congresso Nacional	42
Mantidos	35
Mantidos parcialmente	2
Prejudicados	3
Rejeitados pelo Plenário	4
Total Apreciados	44
Pendentes no final da Sessão Legislativa	218

Avisos (AVN), Mensagens (MCN/MSG) e Ofícios (OFN)

Matérias originadas em órgãos externos ao Legislativo e submetidas ao conhecimento ou apreciação do Congresso Nacional, a depender do assunto.

	AVN	MCN/MSG	OFN
Pendentes no início da Sessão Legislativa	14	12	10
Recebidos no Congresso Nacional	41	15	8
Conhecidos	18	12	8
Transformados em Projeto de Decreto Legislativo	4	0	0
Prejudicado	0	1	0
Total Apreciados	22	13	8
Pendentes no final da Sessão Legislativa	33	14	10

Requerimentos (RQN)

Solicitações feitas por iniciativa de senadores ou de deputados para diversas finalidades, como, por exemplo, encerramento de discussão de determinada proposta ou criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito.

Pendente no início da Sessão Legislativa	0
Apresentados no Congresso Nacional	93
Aprovados pelo Plenário	2
Inadmitido	1
Recebidos	83
Rejeitados pelo Plenário	3
Retirados pelo autor	4
Total Apreciados	93
Pendente no final da Sessão Legislativa	0

Pareceres (P.N)

Manifestação das comissões sobre matérias submetidas a seu exame (RISF, art. 137, caput). Os pareceres analisam a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e o mérito das matérias legislativas. Podem concluir pela aprovação, total ou parcial, ou pela rejeição da matéria. Também podem propor apresentação de substitutivo, de emendas e de subemendas (RCCN, art. 16, caput).

PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO	
Plenário	19
Mesa da Câmara dos Deputados	1
CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	79
Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir	1
CMMPV - Comissões Mistas de Medida Provisória	39
TOTAL	139

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NORMAS PROMULGADAS NA 55ª LEGISLATURA

Promulgação é a etapa do processo legislativo em que se atesta a existência da lei, e a partir da qual lhe é dada publicidade.

Cabe às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em sessão solene do Congresso Nacional, proceder à promulgação das Emendas à Constituição (CF, art. 60, § 3º).

No caso das Leis Ordinárias e Complementares, existem algumas possibilidades: sancionado o projeto pelo Presidente da República, dá-se a subsequente promulgação; caso não se pronuncie – sanção tácita – ou se o eventual veto presidencial for rejeitado pelo Congresso Nacional, a promulgação continua sob sua responsabilidade. Se não o fizer, no entanto, a responsabilidade de promulgar a nova lei é do Presidente do Senado Federal e, na sua omissão, do 1º Vice-Presidente do Senado (CF, art. 66).

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO POR TIPO DE AUTOR				
ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO		TOTAL
		SF	CD	
2015	0	2	4	6
2016	1	1	3	5
2017	0	2	2	4
2018	0	0	0	0

LEIS ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES POR TIPO DE AUTOR								
ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO		PODER JUDICIÁRIO	MPU	TCU	DPU	TOTAL
		SF	CD					
2015	73	37	49	8	1	0	0	168
2016	94	30	40	8	1	1	1	175
2017	74	28	73	1	0	0	0	176
2018	89	23	90	3	1	0	0	206

Listagem descritiva das Normas Promulgadas:



Relatório
Dinâmico

INDICAÇÕES DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA E DEMAIS AUTORIDADES, DELIBERADAS

MAGISTRADOS, PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 3/2018	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	Alexandre Luiz Ramos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/02/2018
MSF 64/2018	Defensor Público-Geral Federal	Gabriel Faria Oliveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/10/2018
MSF 90/2018	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	Luiz José Dezena da Silva	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 31/10/2018
MSF 95/2018	Ministro do Superior Tribunal Militar	Carlos Vuyk de Aquino	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 30/10/2018

MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO				
OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
OFS 12/2018	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Valter Shuenquener de Araújo	Supremo Tribunal Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/04/2018
OFS 77/2018	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	Senado Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/12/2018
OFS 79/2018	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Otávio Luiz Rodrigues Junior	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/12/2018
OFS 14/2018	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Humberto Eustáquio Soares Martins	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 11/04/2018
OFS 20/2018	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Henrique de Almeida Ávila	Senador Eunício Oliveira	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/06/2018
OFS 59/2018	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/11/2018
OFS 78/2018	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Maria Tereza Uille Gomes	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/12/2018

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 4/2018	Embaixador do Brasil junto à República Nigéria	Ricardo Guerra de Araújo	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/03/2018
MSF 5/2018	Embaixador do Brasil na República de El Salvador	João André Pinto Dias Lima	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 14/03/2018
MSF 8/2018	Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade	Vivian Loss Sanmartin	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/04/2018
MSF 9/2018	Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos	Fernando Simas Magalhães	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/04/2018

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 10/2018	Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz	Márcia Donner Abreu	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 09/05/2018
MSF 11/2018	Embaixador do Brasil junto à República da Albânia	Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/04/2018
MSF 13/2018	Embaixador do Brasil junto à República do Mali	Rafael de Mello Vidal	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2018
MSF 15/2018	Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Claudio Frederico de Matos Arruda	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2018
MSF 16/2018	Embaixador do Brasil na República da Coreia	Luís Henrique Sobreira Lopes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 09/05/2018
MSF 18/2018	Embaixador do Brasil na República do Peru	Rodrigo de Lima Baena Soares	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/06/2018
MSF 21/2018	Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma	Fernando José Marroni de Abreu	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/06/2018
MSF 22/2018	Embaixador do Brasil na República Libanesa	Paulo Cordeiro de Andrade Pinto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 28/05/2018
MSF 23/2018	Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra	Alexandre Guido Lopes Parola	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/06/2018
MSF 24/2018	Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai	Antonio José Ferreira Simões	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/07/2018
MSF 30/2018	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas	Marcos Bezerra Abbott Galvão	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/05/2018
MSF 32/2018	Embaixador do Brasil no Japão	Eduardo Paes Saboia	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/06/2018
MSF 33/2018	Embaixador do Brasil na República do Equador	João Almino de Souza Filho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/06/2018
MSF 34/2018	Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha	Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/06/2018
MSF 38/2018	Embaixador do Brasil junto à República do Malawi	Artur José Saraiva de Oliveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/10/2018
MSF 39/2018	Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia	Paulo Estivallet de Mesquita	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/06/2018
MSF 40/2018	Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão	Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/06/2018



CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 41/2018	Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão	Tovar da Silva Nunes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2018
MSF 43/2018	Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra	Pompeu Andreucci Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/06/2018
MSF 46/2018	Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular	Flavio Marega	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/06/2018
MSF 47/2018	Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein	Evandro de Sampaio Didonet	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2018
MSF 49/2018	Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo	Haroldo de Macedo Ribeiro	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/06/2018
MSF 52/2018	Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia	Nelson Antonio Tabajara de Oliveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/09/2018
MSF 53/2018	Embaixador do Brasil na República da Polônia	Hadil Fontes da Rocha Vianna	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/08/2018
MSF 54/2018	Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão	André Aranha Corrêa do Lago	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/07/2018
MSF 55/2018	Embaixador do Brasil na República da Finlândia	João Luiz de Barros Pereira Pinto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/10/2018
MSF 56/2018	Embaixador do Brasil na República da Áustria	José Antonio Marcondes de Carvalho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2018
MSF 57/2018	Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/07/2018
MSF 60/2018	Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul	Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 31/10/2018
MSF 61/2018	Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar	Carlos Alfonso Iglesias Puente	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 31/10/2018
MSF 62/2018	Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles	Antonio Augusto Martins Cesar	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 30/10/2018
MSF 63/2018	Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru	Sérgio Eduardo Moreira Lima	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/09/2018

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 72/2018	Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro	Eduardo Botelho Barbosa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 31/10/2018
MSF 73/2018	Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã	Fernando Apparicio da Silva	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 30/10/2018
MSF 74/2018	Embaixadora do Brasil na República do Panamá	Glivânia Maria de Oliveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 30/10/2018
MSF 76/2018	Embaixador do Brasil na República da Costa Rica	Antonio Francisco da Costa e Silva Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/11/2018
MSF 77/2018	Embaixadora do Brasil na República da Guatemala	Vera Cintia Alvarez	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/11/2018
MSF 78/2018	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau	Fabio Guimarães Franco	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 21/11/2018
MSF 81/2018	Embaixador do Brasil na República da Namíbia	José Augusto Silveira de Andrade Filho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/11/2018
MSF 82/2018	Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen	Marcelo Souza Della Nina	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 28/11/2018
MSF 94/2018	Embaixadora do Brasil na República do Sudão	Patrícia Maria Oliveira Lima	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 31/10/2018
MSF 101/2018	Embaixador do Brasil na República de Belarus	Paulo Fernando Dias Feres	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/12/2018
MSF 111/2018	Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria	Fabio Vaz Pitaluga	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/12/2018

DEMAIS AUTORIDADES				
MSF/DFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 20/2018	Diretora do Banco Central do Brasil	Carolina de Assis Barros	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/04/2018
MSF 25/2018	Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	Adalberto Tokarski	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2018
MSF 26/2018	Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Rodrigo Limp Nascimento	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/05/2018
MSF 27/2018	Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Sandoval de Araújo Feitosa Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/05/2018
MSF 28/2018	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Davidson Tolentino de Almeida	Presidente da República	Retirada pelo Autor Sessão: 03/09/2018
MSF 29/2018	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Rogério Scarabel Barbosa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/06/2018
MSF 31/2018	Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Weber Ciloni	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/06/2018

DEMAIS AUTORIDADES				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 44/2018	Diretor da Agência Nacional de Mineração – ANM	Tasso Mendonça Junior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/10/2018
MSF 45/2018	Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Mariana Ribas da Silva	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/06/2018
MSF 50/2018	Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração – ANM	Victor Hugo Froner Bicca	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 31/10/2018
MSF 51/2018	Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração – ANM	Lília Mascarenhas Sant'Agostino	Presidente da República	Retirada pelo Autor Sessão: 03/09/2018
MSF 65/2018	Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	José da Silva Tiago	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/08/2018
MSF 66/2018	Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Efrain Pereira da Cruz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2018
MSF 67/2018	Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	André Pepitone da Nóbrega	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2018
MSF 76/2017	Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	Paula Farani de Azevedo Silveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/02/2018
MSF 85/2018	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Carlos Alberto Rebello Sobrinho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/09/2018
MSF 86/2018	Diretora da Agência Nacional de Mineração – ANM	Debora Toci Puccini	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/11/2018
MSF 88/2018	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/09/2018
MSF 89/2018	Diretor da Agência Nacional de Mineração – ANM	Eduardo Araujo de Souza Leão	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/10/2018
MSF 91/2018	Diretor da Agência Nacional de Mineração – ANM	Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/10/2018
MSF 97/2018	Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Elisa Bastos Silva	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/11/2018
MSF 98/2018	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Rodrigo Sérgio Dias	Presidente da República	Retirada pelo Autor Sessão: 19/12/2018
MSF 100/2018	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Moisés Queiroz Moreira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 28/11/2018
MSF 116/2018	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Vicente Bandeira de Aquino Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/12/2018

QUESTÕES DE ORDEM, DECISÕES E ESCLARECIMENTOS

Sessão do dia 20 de fevereiro de 2018 - Questão de Ordem 1/2018

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre a instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2018, que versa sobre a aprovação da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro prevista no Decreto nº 9.288, de 2018.

Afirma que o decreto permite ao interventor requisitar junto à administração federal os meios necessários para cumprir o objetivo da intervenção, o que seria potencialmente gerador de despesa pública. Em vista disso, entende que o projeto deveria estar acompanhado da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, conforme estabelece o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, afirma que não há questão de ordem, pois neste momento não seria possível fazer qualquer estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Destaca, ainda, que o decreto não interfere com o orçamento da União, mas sim autoriza o interventor a requisitar recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro.

O Senador Lindbergh Farias recorre da decisão do Presidente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicação: DSF de 21.02.2018, pp. 31 a 33.

Sessão do dia 20 de fevereiro de 2018 - Questão de Ordem 2/2018

O Senador Randolfe Rodrigues suscita questão de ordem solicitando a distribuição aos demais senadores e o apensamento ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2018, relativo ao Decreto nº 9.288, de 2018, de Nota Técnica Conjunta expedida pela Subprocuradora-Geral da República Deborah Duprat. Referido documento apontaria possíveis violações à ordem constitucional e aos direitos humanos decorrentes do decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, decide que não há questão de ordem, ao tempo em que aceita a ponderação realizada pelo Senador como informação ao Plenário. Determina, ainda, a distribuição da nota técnica aos senadores e indefere o apensamento ao processado.

Publicação: DSF de 21.02.2018, pp. 33 e 34.

Sessão do dia 20 de fevereiro de 2018 - Questão de Ordem 3/2018

O Senador Renan Calheiros suscita questão de ordem sobre suposta inconstitucionalidade do Decreto nº 9.288, de 2018. Afirma que o art. 36, §1º, da Constituição Federal determina que o decreto de intervenção especificará a “amplitude, o prazo e as condições de execução”, o que entende não ter ocorrido no caso.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, destacou que não há questão de ordem e recebeu a intervenção do Senador como pela ordem. Diante da insistência do requerente pela análise da questão de ordem, o Presidente indeferiu a questão de ordem, sob a fundamentação de que o requerente estaria discutindo o mérito do projeto e não a falta de pressupostos intrínsecos do decreto.

Publicação: DSF de 21.02.2018, pp. 47 a 49.

Sessão do dia 13 de março de 2018 - Questão de Ordem 4/2018

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre o procedimento de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018. Afirma que na votação da matéria foram violados os arts. 337, pelo qual entende-se que a urgência não dispensa o quórum necessário para aprovação da matéria; e 172, que limitaria as hipóteses em que se admite a inclusão na ordem do dia de matéria não instruída com pareceres das comissões para as quais foi despachada, ambos do Regimento Interno.

Pondera, ainda, que após a votação da matéria, foi requerida a verificação da votação

pelo Senador Roberto Requião, com o apoio dos Senadores Paulo Paim, Vanessa Grazziotin e do próprio suscitante, embora a verificação tenha sido indeferida pelo Presidente em exercício sob a justificativa de falta do apoio regimental requerido.

Pelos motivos declinados, pede seja anulada a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, afirmou que não poderia responder de imediato a questão de ordem, pois não presidiu a sessão em que foi realizada a votação questionada. Acolhe a questão de ordem para posterior resposta.

Na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 20 de março de 2018, o Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem com a fundamentação de que não houve o apoio mínimo de 3 senadores para o requerimento de verificação de votação. Relata que, após a visualização dos vídeos da sessão deliberativa, foi informado pela Secretaria-Geral da Mesa que no momento em que solicitada a verificação de quórum estavam presentes os Senadores Roberto Requião e o suscitante, os quais foram acompanhados pela Senadora Vanessa Grazziotin, que chegava ao plenário naquele momento. Em razão da falta do apoio de mais um Senador, afirma ter sido correto o indeferimento da verificação de quórum pelo Presidente em exercício e indefere a questão de ordem suscitada, franqueando ao requerente a interposição de recurso da decisão para o Plenário da Casa.

O Senador Lindbergh Farias recorre da decisão ao Plenário.

Publicação: DSF de 14.03.2018, pp. 56 e 57.

Publicação: DSF de 21.03.2018, pp. 63 e 64 (decisão).

Sessão do dia 21 de março de 2018 - Questão de Ordem 5/2018

O Senador Jorge Viana suscita questão de ordem sobre a viabilidade de requerimento de votação nominal quando não decorrido o prazo regimental de uma hora da última verificação de votação nominal realizada, quando esta tiver sido deferida de ofício pela Mesa.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, afirmou que a Mesa tem a prerrogativa de

determinar de ofício que seja feita a votação nominal ou a verificação de votação de qualquer matéria. Na hipótese de a verificação de votação ser determinada de ofício, não incide o prazo regimental de uma hora para que nova verificação seja solicitada, observados os demais requisitos regimentais.

Publicação: DSF de 22.03.2018, pp. 87 e 88.

Sessão do dia 29 de maio de 2018 - Questão de Ordem 6/2018

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2018. Afirma que o requerimento de urgência aprovado apenas permite a apreciação da matéria na quarta sessão deliberativa ordinária que se seguir à concessão da urgência, conforme estabelece o art. 345, inc. III, do Regimento Interno, não se admitindo a imediata apreciação desta.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, considera prejudicada a questão de ordem sob a fundamentação de que foi apresentado novo requerimento de urgência, fundamentado no art. 336, I, do Regimento Interno, o qual será submetido à imediata deliberação do Plenário e, se aprovado, permitirá a imediata deliberação da matéria.

Publicação: DSF de 30.05.2018, pp. 65 e 66.

Sessão do dia 12 de junho de 2018 - Questão de Ordem 7/2018

O Senador Randolfe Rodrigues suscita questão de ordem sobre o procedimento a ser adotado na análise de petições de crime de responsabilidade apresentadas em face de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Pondera que a inexistência de prazo legal ou constitucional para a realização de juízo de admissibilidade não exime o Senado Federal de fazê-lo em prazo razoável, por entender aplicável ao caso o princípio da razoável duração do processo.

Postula ao Plenário da Casa que seja dado regular andamento às petições de crime

de responsabilidade de Ministros do Supremo Tribunal Federal, especialmente a Petição nº 4, de 2018.

O Senador João Capiberibe apoia a questão de ordem apresentada e defende a necessidade de os Senadores discutirem comportamentos adotados por alguns membros do Poder Judiciário.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, afirma que a tramitação das petições por crimes de responsabilidade é pública e todas elas são remetidas à análise da Advocacia do Senado Federal, independentemente de qual a autoridade a que se refira.

Adicionalmente, em sessão realizada em 13 de junho de 2018, o Presidente, Senador Eunício Oliveira, informa que não há prazo regimental para a manifestação da Mesa sobre a admissibilidade da petição.

Publicação: DSF de 13.06.2018, pp. 49 a 51.

Sessão do dia 12 de junho de 2018 - Questão de Ordem 8/2018

O Senador Lasier Martins suscita questão de ordem sobre o procedimento a ser adotado na análise de petições de crime de responsabilidade apresentadas contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.

Destaca que há uma série de pedidos de impeachment protocolizados em face do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, em relação aos quais não teria sido dado conhecimento ao Plenário.

Entende que a análise de tais pedidos competiria à Mesa do Senado Federal, e não ao Presidente da Casa; seguida pela leitura da petição no Período do Expediente e, se for o caso, da instalação da comissão especial processante.

Por fim, formula três questionamentos sobre como deve ser procedida a análise do pedido de impeachment em tais casos:

1. A qual órgão compete a decisão inicial quanto ao recebimento de denúncia por crime de responsabilidade de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou Procurador-Geral, ou Advogado-Geral da União?

2. Em caso de decisão pelo não recebimento da denúncia por crime de responsabilidade, qual seria o procedimento para recurso ao Plenário?

3. Qual o prazo para a decisão sobre o recebimento ou não de denúncia por crime de responsabilidade? Quando não respeitado o prazo estabelecido, qual o procedimento a ser adotado?

O Senador João Capiberibe apoia a questão de ordem apresentada e defende a necessidade de os Senadores discutirem comportamentos adotados por alguns membros do Poder Judiciário.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, na sessão de 13 de junho de 2018, informou que todas as petições são instruídas e encaminhadas à Advocacia do Senado Federal para proferir parecer, após o que são submetidas à análise da Mesa. Adicionalmente, informou que não há prazo regimental para a manifestação da Mesa sobre a admissibilidade da petição.

Publicação: DSF de 13.06.2018, pp. 51 a 53.

Sessão do dia 12 de junho de 2018 - Questão de Ordem 9/2018

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre a suposta impossibilidade de o Líder do Governo e o Líder da Maioria declararem obstrução, visto que o art. 13, §2º, do Regimento Interno conferiria esta prerrogativa apenas aos Líderes de Partido e de Bloco Parlamentar. Em face do exposto, requer sejam considerados ausentes os Senadores que não participarem da votação em razão do apelo do Líder do Governo.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, afirma que a consideração da presença ou da ausência de Senador compete unicamente à Mesa do Senado Federal, não adstrita à compreensão de qualquer liderança parlamentar.

Publicação: DSF de 13.06.2018, p. 74.

Sessão do dia 16 de outubro de 2018 - Questão de Ordem 10/2018

O Senador Eduardo Braga suscita questão de ordem sobre o rito de apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2018. Afirma que a matéria recebeu parecer na Comissão de Serviços de Infraestrutura, último colegiado para o qual a matéria foi despachada, diverso dos pareceres oferecidos pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relata que a diferença de mérito entre as comissões reside na permissão para alienação do controle acionário pelo Estado de distribuidoras de energia elétrica e que o parecer da Comissão de Serviços de Infraestrutura possui emendas que não foram objeto de análise nas demais comissões.

Por fim, indaga qual será o rito adotado pela Mesa, no tocante à apreciação da matéria e das emendas a ela apresentadas.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, afirma que a discussão dos projetos e das emendas é feito em conjunto e em turno único e que as emendas serão votadas separadamente, de acordo com o parecer que tenha recebido na Comissão de Serviços de Infraestrutura, ressalvados eventuais destaques para votação em separado.

Publicação: DSF de 17.10.2018, pp. 54 a 57.

Sessão do dia 30 de outubro de 2018 - Questão de Ordem 11/2018

O Senador Cássio Cunha Lima suscita questão de ordem sobre a natureza jurídica (se de redação ou de mérito) da Emenda de Plenário nº 4 ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2018.

Afirma haver dúvida sobre se a emenda deve ser considerada como de redação ou de mérito. Destaca que emenda de idêntico teor foi apresentada nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido rejeitada em ambas por ter sido considerada emenda de mérito e não emenda de redação, o que determinaria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Observa que compete à Comissão de

Constituição e Justiça, nos termos do parágrafo único do art. 234 do Regimento Interno, dirimir dúvida sobre o caráter redacional ou não de emenda.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, acolhe a questão de ordem, dispensa a nova oitiva da CCJ, dado que esta já tinha se manifestado pela natureza de emenda de mérito, e determina que o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2018, e a Emenda de Plenário nº 4, sejam apreciados pelo Plenário do Senado Federal, consignando que, caso a emenda considerada de mérito seja aprovada, a matéria retornará à Câmara dos Deputados.

Publicação: DSF de 31.10.2018, pp. 43 a 45.

Sessão do dia 7 de novembro de 2018 - Questão de Ordem 12/2018

O Senador Reguffe suscita questão de ordem sobre a constitucionalidade da edição da Medida Provisória nº 849, de 2018. Afirma que ela teria o mesmo objeto da Medida Provisória nº 805, de 2017, cuja eficácia foi exaurida em 8 de abril de 2018, motivo pelo qual entende que ela não poderia ter sido editada, em razão de dispositivo constitucional que veda a reedição, na mesma Sessão Legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Pede que a Medida Provisória seja devolvida ao Poder Executivo.

O Presidente em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares, orienta o suscitante a encaminhar a questão de ordem à Mesa do Senado Federal.

Publicação: DSF de 8.11.2018, p. 21.

Sessão do dia 5 de dezembro de 2018 - Questão de Ordem 13/2018

O Senador Lasier Martins suscita questão de ordem sobre o procedimento de eleição dos membros da Mesa do Senado Federal. Sustenta que a transparência e a publicidade dos atos da administração pública seriam mandamentos constitucionais e que a intenção do constituinte seria privilegiar a realização de votações abertas, as quais apenas

poderiam ser secretas nas hipóteses assim qualificadas.

Narra, ainda, que após a Emenda Constitucional nº 76, que retirou o caráter secreto das deliberações de cassação de mandatos e de vetos presidenciais, o Senado Federal deliberou a perda do mandato de Senador de forma ostensiva, embora o Regimento Interno determine a votação secreta nesta situação.

Entende que situação semelhante é verificada em relação à eleição dos membros da Mesa do Senado Federal, em que a Constituição Federal não trata sobre a forma de deliberação da matéria e o regimento estabelece a votação secreta, e pede que o mesmo entendimento seja adotado para a eleição dos membros da Mesa do Senado Federal, de forma a serem realizadas de forma aberta.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem sob a fundamentação de que o art. 60 do RISF é expresso ao dispor que a eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto.

Publicação: DSF de 6.12.2018, pp. 73 a 77.

Sessão do dia 4 de dezembro de 2018 - Questão de Ordem 14/2018

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre procedimento adotado na votação do Projeto de Lei do Senado nº 408/2018 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Narra que o presidente em exercício da Comissão teria anunciado equivocadamente a votação do Projeto de Lei nº 480, o que teria impossibilitado a bancada de participar do debate e pede que a matéria seja novamente submetida à deliberação da Comissão.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, inicialmente informa que a questão de ordem será recolhida para conferência das notas taquigráficas da reunião da Comissão.

Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, presta esclarecimentos ao Plenário sobre a questão. Pontua que nada obstante a menção inicial incorreta ao número do projeto de lei, a ementa deste foi lida corretamente, o Presidente do Colegiado e o relator da matéria leram corretamente o número do projeto e a ementa deste; após o que foi feito um pedido de vista da matéria. Sustenta que a situação apenas representa

um ligeiro equívoco no início da deliberação da matéria, a qual ainda não foi votada.

Ato contínuo às informações prestadas, o Senador Lindbergh Farias solicita a retirada da questão de ordem.

Publicação: DSF de 5.12.2018, pp. 53 a 55 e 61 a 63.

Sessão do dia 12 de dezembro de 2018 - Questão de Ordem 15/2018

O Senador Ronaldo Caiado suscita questão de ordem sobre a interpretação do art. 60 do Regimento Interno. Narra que o dispositivo indica que a votação para Presidente do Senado Federal será realizada por maioria simples, presente a maioria absoluta dos Senadores, e manifesta sua preocupação com a eleição de algum postulante sem a necessária legitimidade para comando da Mesa, dada a anunciada multiplicidade de candidaturas ao cargo da Presidência.

Defende a importância de responder a presente questão de ordem, a fim de que as articulações já em andamento para a eleição do próximo Presidente do Senado Federal levem em conta a correta interpretação regimental e que se garanta a segurança jurídica do pleito.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, responde a questão de ordem no sentido de que a eleição do Presidente reclama a obtenção da maioria dos votos dos Senadores, no caso, quarenta e um. Caso nenhum dos postulantes ao cargo atinja esse quantitativo, defende a realização de tantas eleições quantas forem necessárias para que algum candidato alcance este número.

Publicação: DSF de 13.12.2018, pp. 60 a 65.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA | 2018

OBSERVAÇÕES RELATIVAS ÀS MATÉRIAS LEGISLATIVAS

CORREÇÕES DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DE 2018		
Matérias Legislativas	Situação publicada no Relatório 2017	Situação corrigida para este Relatório
DEN 1/2017	Tramitando	Indeferida pelo Conselho de Ética
MCN 9/2015	Não constou	Tramitando
MCN 2/2017	Tramitando	Transformada em Projeto de Decreto Legislativo
OFS 27/2015	Tramitando	Publicado
PDS 170/2017	Tramitando	Prejudicado
VET 27/2008	Tramitando	Prejudicado
VET 17/2012	Não constou	Tramitando

Numerações não utilizadas: RQS 417, 418, 422 e 623/2018.

MATÉRIAS CITADAS PELO PRESIDENTE NO TEXTO DE APRESENTAÇÃO	
Projeto Aprovado	Identificação da matéria aprovada
Proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	PLS 90/2007
Altera dispositivos da lei de criação do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)	PLS 25/2014
Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens	PLS 240/2016
Altera dispositivos da lei de criação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações para gerir o bloqueio de sinais de radiocomunicação em estabelecimentos penitenciários e análogos	PLS 285/2017
Institui obrigatoriedade da instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicação em estabelecimentos penitenciários e análogos	PLS 32/2018
Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça	PLS 63/2018
Disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade da mulher gestante	PLS 64/2018
Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação	PLC 8/2018
Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp)	PLC 19/2018
Altera legislação relativa ao Fundo Nacional de Segurança Pública, à destinação do produto de arrecadação das loterias e à cooperação federativa no âmbito da segurança pública	MPV 846/2018
Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias	PLN 2/2018
Projeto de Lei Orçamentária Anual	PLN 27/2018

SIGLAS UTILIZADAS NESTE RELATÓRIO

Art.	Artigo referente a algum dispositivo normativo
ATD	Ato da Comissão Diretora
ATN	Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara
ATS	Ato do Presidente do Senado Federal
AVN	Aviso ao Congresso Nacional
AVS	Aviso ao Senado Federal
CD	Câmara dos Deputados
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
DC	Democracia Cristã
DCN	Diário do Congresso Nacional
DEM	Democratas
DEN	Denúncia
DPU	Defensoria Pública da União
DSF	Diário do Senado Federal
ECD	Emenda da Câmara a Projeto de Lei do Senado
EMC	Emenda à Constituição
INS	Indicação
MCN	Mensagem ao Congresso Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Memo	Memorando
MPU	Ministério Público da União
MPV	Medida Provisória
MSF	Mensagem ao Senado Federal
MSG	Mensagem
Of.	Ofício
OFN	Ofício ao Congresso Nacional
OFS	Ofício ao Senado Federal
P.N	Parecer do Congresso
P.S	Parecer do Senado Federal
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDN	Projeto de Decreto Legislativo (tramitando no Congresso Nacional)
PDS	Projeto de Decreto Legislativo (tramitando no Senado Federal)
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PET	Petição
PFS	Proposta de Fiscalização e Controle
PLC	Projeto de Lei da Câmara
Plen	Plenário do Senado Federal

PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
PLS	Projeto de Lei do Senado
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PPR	Portaria do Presidente
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Projeto de Resolução do Congresso Nacional
PROS	Partido Republicano Social
PRS	Projeto de Resolução do Senado
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
R.S	Recurso
RCCN	Regimento Comum do Congresso Nacional
RCN	Resolução do Congresso Nacional
REDE	Rede Sustentabilidade
RISF	Regimento Interno do Senado Federal
RQN	Requerimento do Congresso Nacional
RQS	Requerimento
RSF	Resolução do Senado Federal
SCD	Substitutivo da Câmara a Projeto de Lei do Senado
SF	Senado Federal
SUG	Sugestão
TCU	Tribunal de Contas da União
VET	Veto

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA | 2018

Coordenação de Estatísticas,
Pesquisa e Relatórios Legislativos

Secretaria de Informação
Legislativa

Secretaria-Geral
da Mesa



Esta publicação foi impressa no mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, na Secretaria de Editoração e Publicações, sendo Presidente do Senado Federal o Senador Eunício Oliveira, no 193º aniversário do Senado Federal e no 130º aniversário da Proclamação da República